



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) NA SUSTENTABILIDADE DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO**

MARIA JOSIANE DE LIMA GUEDES

RECIFE, AGOSTO DE 2018.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA) NA SUSTENTABILIDADE DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO**

MARIA JOSIANE DE LIMA GUEDES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof^o. Dr. Almir Silveira Menelau

RECIFE, AGOSTO DE 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO DE

MARIA JOSIANE DE LIMA GUEDES

***INFLUÊNCIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA
SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO***

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata **MARIA JOSIANE DE LIMA GUEDES** APROVADA em ____/____/____.

Orientador:

Prof. ALMIR SILVEIRA MENELAU, DSc
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Banca Examinadora:

Prof. TALES WANDERLEY VITAL, DSc
Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. EMANUEL SAMPAIO SILVA, DSc
Universidade Salgado de Oliveira

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Luiz (*In Memoriam*),
por sua luta e amor à terra e à minha mãe
Luiza.

“Bate a enxada no chão
Limpa o pé de algodão
Pois pra vencer a batalha,
É preciso ser forte, robusto, valente ou nascer no sertão

Tem que suar muito pra ganhar o pão
E a coisa lá "né" brinquedo não

Mas quando chega o tempo rico da colheita
Trabalhador vendo a fortuna se deleita

Chama a família e sai, pelo roçado vai
Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai,

Sertanejo do norte
Vamos plantar algodão
Ouro branco que faz nosso povo feliz
Que tanto enriquece o país
Um produto do nosso sertão”.

Algodão (Luiz Gonzaga)

AGRADECIMENTO

Este trabalho de dissertação é parte da realização dos sonhos de menina. Hoje sei que toda caminhada tem valida a pena. Persisto em trilhar este caminho de superação e de desafios.

Primeiramente ao meu orientador Prof. Menelau que esteve ao meu lado, apoiando e incentivando a realização deste trabalho.

Ao meu “namorado” Carlos Rios pelo companheirismo, amor, compreensão e por toda ajuda em todos os momentos e durante esta jornada.

A todos os professores do Mestrado que a cada disciplina contribuíram para meu crescimento profissional e para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de mestrado que compartilharam conhecimentos, momentos de confraternização e de amizade, especialmente Marcione, Érika, Elenice, Raíza, Luany Milly, Auristela, Alfa, Talinny, Vanessa, Hugo, Raphael, Kennedy, Renan, Joabe.

A minha família, que mesmo distante, é o alicerce onde sempre me apoio nos momentos mais crucias. Especialmente minha mãe Luiza e minhas irmãs Janailsa e Josenir pelo amor e carinho de todo dia.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, instituição que possibilitou essa grande oportunidade e ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural que contribuiu para meu crescimento profissional e pessoal.

Ao coordenador do Mestrado Prof. André Melo, por toda ajuda, compreensão, pela empatia, pelo altruísmo e pelo cuidado com cada mestrando do PADR.

Aos colaboradores do PADR Mauriceia e Luiza, por toda atenção, pelo profissionalismo.

Ao Presidente da COOPEAFA, Sr. Severino, por todo apoio e colaboração com esta pesquisa. Ao técnico agrícola da COOPEAFA Ermerson, pela fundamental ajuda na realização da pesquisa em campo e a todos os agricultores familiares que responderam as questões de forma solista.

A todos, quero expressar meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação tem como temática a sustentabilidade da agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. O objetivo geral do trabalho foi analisar a sustentabilidade da agricultura familiar através da perspectiva socioeconômica no âmbito do PAA, tendo como instrumento para mensurá-la, a existência e o uso dos meios para facilitar a comercialização dos produtos, a formação efetiva e contínua da renda da produção, e os efeitos da renda advinda deste programa para a qualidade de vida dos agricultores familiares. Para atender ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos, utilizou-se a metodologia qualitativa, de natureza descritiva em relação a caracterização dos objetivos e os procedimentos consistiram em levantamento. Para obter os dados, foi realizado aplicação de questionário e entrevista com agricultores participantes do PAA e com o gestor da cooperativa dos agricultores. A amostra desta pesquisa foi composta por 28 agricultores dos três municípios que compõem o universo da amostra. Após a análise dos dados, constatou-se, que o PAA tem fortalecido a agricultura familiar da região por meio da geração de renda, garantia de preço e da absorção de parte da produção da agricultura familiar. Contudo, constatou-se que ainda existem gargalos na comercialização da produção familiar. Com relação à Capacidade, averiguou-se que os agricultores familiares buscam outros canais de comercialização, adaptando-se também as novas demandas do mercado, aumentando a capacidade produtiva e diversificando a produção. Com relação a Equidade, constatou-se através das variáveis sociais que existe qualidade de vida para as famílias produtoras. Em relação a sustentabilidade da agricultura familiar, aponta-se que, a atividade agrícola da região tem contribuído para uma melhor qualidade de vida dos agricultores, por meio do acesso a bens, saúde e alimentação, participação política e inclusão social da mulher e por meio das oportunidades e do acesso a informação. Conclui-se que, o PAA tem influenciado a sustentabilidade da agricultura familiar em Pernambuco.

Palavras-chave: Programa de aquisição de alimentos, agricultura familiar, políticas públicas, sustentabilidade.

ABSTRACT

The theme of this work is the sustainability of family agriculture Family and the Agriculture Food Acquisition Program (PAA). The general objective of the study was to analyze the sustainability of family agriculture through the socioeconomic perspective within the scope of the PAA, having as a tool to measure it, the existence and use of the means to facilitate the commercialization of the products, the effective and continuous formation of income of the production, and the effects of the income from this program for the quality of life of family farmers. In order to meet the research problem and the proposed objectives, the qualitative methodology was used, with a descriptive nature in relation to the characterization of the objectives and the procedures consisted of a survey. To obtain the data, a questionnaire and interview with farmers participating in the PAA and with the manager of the farmers' cooperative were carried out. The sample of this research consisted of 28 farmers from the three municipalities that compose the universe of the sample. After analyzing the data, it was verified that the PAA has strengthened family agriculture in the region through income generation, price guarantee and the absorption of part of the family agriculture production. However, it has been observed that there are still bottlenecks in the commercialization of family production. Regarding the Capacity, it was verified that the family farmers seek other commercialization channels, adapting also the new demands of the market, increasing the productive capacity and diversifying the production. With respect to Equity, it was found through the social variables that there is a quality of life for the producing families. Regarding the sustainability of family agriculture, it is pointed out that, the agricultural activity of the region has contributed to a better quality of life for the farmers, through access to goods, health and food, political participation and social inclusion of women and through opportunities and access to information. It is concluded that, the PAA has influenced the sustainability of family agriculture in Pernambuco.

Keywords: Food acquisition program, family agriculture, public policies, sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do Programa de Aquisição de Alimentos	33
Figura 2: Configuração do Programa de Aquisição de Alimentos	38
Figura 3: Operacionalização do Desenvolvimento Rural Sustentável	56
Figura 4: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável	57
Figura 5: Pré-condições da Sustentabilidade	58
Figura 6: Modelo Analítico da sustentabilidade da agricultura familiar	60
Figura 7: Localização dos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE	72
Figura 8: Alimentos da agricultura familiar armazenados na COOPEAFA	78
Figura 9: Estufa com plantação de hortaliças orgânicas no Distrito de Água Vermelha, Bonito-PE	85
Figura 10: Região de plantio dos agricultores de Monte Sombrio, Bonito-PE	89
Figura 11: Agricultora familiar que produz banana no Distrito de Engenho Floresta, Bonito-PE	97
Figura 12: Preservação de uma nascente no Distrito de Monte Sombrio, Bonito-PE	101
Figura 13: Produtores de inhame e cará na região do Distrito de Engenho Floresta, Bonito-PE	104
Figura 14: Diversificação da produção de hortaliças (coentro e alface)	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Aspectos Estruturais do PAA	39
Quadro 2: Resumo das Modalidades do PAA.....	43
Quadro 3: Número de agricultores e quantidade de recursos aplicados pelo MSD nos estados do Nordeste em 2016	48
Quadro 4: Esquema dos procedimentos de análise dos objetivos específicos	68
Quadro 5: Formas de comercialização da COOPEAFA com as Instituições	76
Quadro 6: Os instrumentos de política agrícola presentes nos municípios Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE	95
Quadro 7: Percepção dos agricultores caso fosse extinguido o Programa de Aquisição de Alimentos.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução dos Recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA no período de 2003 a 2017	46
Tabela 2: Formas de comercialização da produção dos agricultores familiares participantes da pesquisa.....	86
Tabela 3: Formas de comercialização dos agricultores antes de aderir ao PAA	87
Tabela 4: Percepção dos agricultores quanto aos aspectos sociais do PAA	92
Tabela 5: Percepção dos agricultores familiares sobre preservação do meio ambiente	100
Tabela 6: Faixa de renda dos agricultores familiares após participação no PAA ...	102
Tabela 7: agricultores familiares – área média dos estabelecimentos (em ha)	103
Tabela 8: Percepção dos agricultores familiares quanto a execução do Programa nos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de Recursos do MDS para a execução do PAA nos Estados em 2017	45
Gráfico 2: Evolução dos recursos liberados segundo as Modalidades do PAA de 2009 a 2017 (valor em reais)	47
Gráfico 3: Participação das mulheres no PAA no período de 2009 a 2017	48
Gráfico 4: Volume de recursos do PAA executados pela CONAB nos municípios do estado de Pernambuco em 2016	49
Gráfico 5: Série histórica do volume de plantação de banana nos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE, no período de 2004 a 2016	73
Gráfico 6: Principais produtos comercializados pela COOPEAFA e quantidade em (kg) em 2017.	77
Gráfico 7: Localização dos produtores familiares cooperados na COOPEAFA	79
Gráfico 8: Faixa etária dos agricultores familiares participantes do PAA	81
Gráfico 9: Relação com a terra dos agricultores familiares participantes do PAA....	81
Gráfico 10: Escolaridade dos agricultores familiares participantes do PAA	82
Gráfico 11: Número de pessoas que vivem na mesma residência dos participantes do PAA	83
Gráfico 12: Principais culturas produzidas pelos agricultores participantes da pesquisa	84

LISTA DE SIGLAS

APAC	Agência Pernambucana de Águas e Clima
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPEAFA	Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operação da Conab
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preço Mínimo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA	16
1.2.1 Questão da Pesquisa	18
1.3 OBJETIVOS.....	18
1.3.1 Geral.....	18
1.3.2 Específicos.....	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	19
2.1.1 O conceito	19
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	24
2.2.1 Políticas Públicas	24
2.2.2 Política Pública para a agricultura familiar.....	27
2.2.2.1 O Programa de Alimentação Escolar -PNAE	28
2.2.2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF.....	29
2.2.2.3 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	30
2.2.2.4 O Programa Nacional de Crédito Fundiário -PNCF.....	30
2.2.2.5 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar -PGPAF	31
2.2.2.6 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.....	31
2.2.2.6.1 Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos	35
2.2.2.6.2 Composição do Programa.....	36
2.2.2.6.3 Modalidades do PAA	39
2.2.3 Programa de Aquisição de Alimentos em números.....	45
2.2.3.1 O Programa de Aquisição no Nordeste	48
2.3 QUESTÃO CONCEITUAL: SUSTENTABILIDADE	50
2.4 SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR À LUZ DA LITERATURA.....	53
3 METODOLOGIA	55
3.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE.....	55

3.2 O MODELO ANALÍTICO DA PESQUISA	59
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
3.3.1 Caracterização da Pesquisa.....	61
3.3.2 Composição do Universo da Pesquisa e Amostra	63
3.3.3 Procedimentos de coleta de dados	64
3.3.4 Procedimento de análise dos dados	66
3.3.5 Características dos Municípios pesquisados neste estudo	70
3.5.5.1 O município de Camocim de São Félix-PE	70
2.5.5.2 O Município de Bonito-PE	71
2.5.5.3 O Município de Sairé-PE	72
3.5.5.4 Características físicas e da produção agrícola nos municípios pesquisados	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
4.1 A COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO - COOPEAFA.....	74
4.2 O PAA E A COOPEAFA.....	79
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DO PAA NOS MUNICÍPIOS DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX-PE, BONITO-PE E SAIRÉ-PE	80
4.4 ELEMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE.....	85
4.4.1 Capacidade	85
4.4.1.1 Buscar novas oportunidades de negócios.....	85
4.4.1.2 Acesso aos serviços técnicos.....	89
4.4.1.3 Acesso a financiamento	90
4.4.2 Equidade	91
4.4.2.1 Melhoria na qualidade de vida.....	91
4.4.2.2 Prover recursos, oportunidades e capacidades	94
4.4.2.3 Inclusão da Mulher	96
4.4.3 Aspectos da Sustentabilidade	99
4.4.3.1 Aspectos ambientais dos agricultores familiares participantes do PAA	99
4.4.3.2 Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA.....	101
4.4.4 Percepção dos agricultores familiares quanto a participação no Programa de Aquisição de Alimentos	105
5 CONCLUSÕES	109
REFERÊNCIAS.....	115

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA PARA OS AGRICULTORES ..	121
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA COM O PRESIDENTE DA COOPEAFA.....	127

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a agricultura familiar tem sido debatida largamente e ganhou legitimidade econômica, social e política, estando presente nos discursos dos movimentos sociais, dos órgãos governamentais e dos estudiosos acadêmicos que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar “*lato sensu*”. Os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil, surgiu tardiamente, quando se compara aos países desenvolvidos, este segmento social ganhou maior expressividade na década de 90 do século XX (SCHNEIDER, 2006).

Dois eventos ocorreram nesse período, um de caráter político, representado pelo sindicalismo rural e outro de caráter social como o “Grito da Terra”¹. Diante dos desafios do sindicalismo rural na época – impactos da abertura comercial, escassez de crédito e queda dos preços dos produtos agrícolas de exportação – a noção de agricultura familiar foi capaz de absorver um conjunto de grupos sociais, como assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, e demais categorias que não faziam parte dos chamados pequenos produtores ou trabalhadores rurais.

De acordo com Schneider (2006), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político estão associados à legitimação dada pelo Estado, em 1996, ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o qual atendeu as pressões sindicais rurais, que teve como objetivo apoiar a agricultura dos pequenos produtores rurais, por meio do crédito agrícola e apoio institucional. Com efeito, o crédito rural sempre foi o principal instrumento de política agrícola brasileira. Mesmo nas décadas de 1970 e 1980, quando a garantia de preços mínimos e a assistência técnica contaram com muitos recursos, o crédito foi a base para a modernização da agricultura (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

O Pronaf caracterizou-se como uma conquista dos agricultores familiares e suas organizações, como cooperativas e associações, configurando-se como

¹ Manifestação nacional, mobilizada pela Contag, de caráter reivindicatório, presente no movimento sindical do campo, onde participam trabalhadores rurais e da agricultura familiar de todo país (Contag, 2017).

pioneiro no que concerne à linhas de crédito destinadas à agricultura familiar no Brasil.

Em 2003, o Pronaf passou a ser um programa com maior visibilidade em face dos recursos aplicados pelo governo. Nesse contexto, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar-PAA, visando garantir renda e possibilidade de comercialização da produção dos produtores familiares mais descapitalizados, além de criar um instrumento de garantia de preços para parte da produção familiar (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

1.1 Delimitação do Problema

Enquanto as *commodities* dominam o mercado de exportação, a agricultura familiar ganhou o mercado nacionalmente, sendo responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no mundo (FAO, 2018). De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, nos últimos anos, a região Nordeste vem recebendo cada vez mais recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS aplicados ao Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB, 2018).

Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e pelas demais estruturas delimitadas por Resoluções do Grupo Gestor do PAA – GGPA (MDS, 2018).

A CONAB executa em Pernambuco a Modalidade Compra com Doação Simultânea, que diz respeito a compra com entrega automática pela cooperativa/associação a instituição beneficente da rede socioassistencial. Dessa forma, o PAA garante renda aos agricultores familiares e, garante alimento a população que se encontra em situação de vulnerabilidade nutricional.

Dentre os programas governamentais que visam a sustentabilidade da agricultura familiar, encontra-se o PAA, que ajuda no processo de escoamento da produção familiar, com dispensa de licitação, conforme Lei 10.696 de 2003,

alterada pela Lei 12.512 de 2011 e o Decreto n. 7.775 de 2012. Esse arcabouço institucional forneceu ferramentas essenciais a comercialização da produção familiar.

Além disso, o Ministério da Educação em parceria com o PAA, compra alimentos da agricultura familiar para as escolas públicas dos municípios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O PNAE é executado pelas Prefeituras Municipais, o qual garante, por um lado, a compra de boa parte dos produtos da agricultura familiar do entorno e, por outro lado, a valorização da cultura local.

Diante do exposto, esta pesquisa busca, conhecer e analisar como se materializa a sustentabilidade da produção familiar por meio dos mecanismos de comercialização do Programa de Aquisição de Alimentos colocados à sua disposição. A proposta da pesquisa objetiva analisar a contribuição do PAA para formação e sustentabilidade da atividade agrícola e comercial dos produtores familiares, utilizando-se para isso, instrumentos de análise social, ambiental, tecnológica, política e econômica.

1.2 Justificativa e contribuição da pesquisa

A agricultura familiar por muito tempo foi percebida como produção de subsistência. Porém, a potencialidade dessa força produtiva foi melhor utilizada na contemporaneidade. Hoje, a maior parte dos alimentos que chegam as mesas dos brasileiros vem da agricultura familiar. A agricultura familiar participa da oferta de cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil e no mundo, de acordo com a FAO (2017). Apesar disso, os agricultores familiares ainda se defrontam com desafios a serem superados na comercialização e na organização da produção (PORTAL BRASIL, 2011).

Um desafio de primeira grandeza, refere-se à necessidade de os produtos serem comercializados de forma direta ao consumidor, sem intermediários e/ou atravessadores. De modo geral, isto é realizado através das vendas em feiras livres e através das vendas aos programas institucionais, como é o caso do PAA.

O marco jurídico que instituiu o PAA possibilitou maior presença do poder público no tocante ao incentivo dos processos de absorção da produção dos agricultores familiares, bem como trouxe segurança no planejamento de suas atividades, ofertando-lhes acesso aos mercados e a segurança de comercialização de seus produtos, gerando emprego e renda e contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de várias pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional no País.

Desde 2003, o PAA vem crescendo em número de agricultores beneficiados, em recursos e experiência na gestão da operacionalização. O PAA tem garantido a muitos agricultores familiares a cobertura de seus custos de produção, inclusive a remuneração de sua mão de obra, a organização e o planejamento da oferta e das etapas de classificação, acondicionamento, armazenamento e sanidade dos produtos. Para os beneficiários consumidores, tem-se ampliado a diversidade e a qualidade dos alimentos, contribuindo para a preservação de hábitos alimentares e de culturas regionais (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

O PAA vem crescendo em número de agricultores beneficiados e em quantidade de recursos aplicados, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – Sead. Em 2017, o valor repassado aos estados pelo MDS, chegou a quase 4 bilhões, atendendo a mais de 27 mil agricultores familiares em todo País (PAADATA, 2018).

A região nordeste, por sua vez, vem crescendo em relação a quantidade de recursos recebidos quando comparada com outras regiões (Sul e o Sudeste) do Brasil, como também no que se refere ao número de agricultores beneficiados. Em 2017, o volume de recursos destinado a região nordeste chegou ao montante de R\$ 48.870.701 reais. Pernambuco ocupa o quarto lugar no ranking em relação aos recursos aplicados na execução do PAA nos estados região nordeste (PAADATA, 2018a).

Apesar do posicionamento da região Nordeste no contexto do PAA, a maior parte dos estudos relacionados a análise de políticas públicas para a agricultura

familiar, como no caso do PAA, refere-se aos estados da região Sul e Sudeste do Brasil.

Dessa forma, tendo em vista os valores envolvidos na execução do PAA no Nordeste e no estado de Pernambuco, busca-se com este trabalho, contribuir para uma melhor compreensão sobre a execução do PAA no estado de Pernambuco, em particular, nos municípios de Camocim de São Félix-PE, Bonito-PE e Sairé-PE.

Além disso ressalta-se a importância do estudo em tela, visto abordar-se também a sustentabilidade da agricultura familiar, viabilizada por meio das políticas públicas que promovem a sua inserção no mercado dos produtos agrícolas e a sua dinamização como instrumento para promoção da produção no meio rural.

1.2.1 Questão da Pesquisa

O Programa de Aquisição de Alimentos vem crescendo ao longo dos anos em volume de recursos aplicados, produção mobilizada e número de beneficiários envolvido. Contudo, ainda persistem problemas relacionados à venda dos produtos. Assim questiona-se: O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem contribuído para a sustentabilidade da agricultura familiar no estado de Pernambuco?

A hipótese subjacente a ser provada é de que o PAA contribuiu para a sustentabilidade da agricultura familiar por ser uma ferramenta política agrícola de comercialização e de preços; e por ter criado um mercado cativo para os deste segmento econômico.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar a sustentabilidade da agricultura familiar através da perspectiva socioeconômica no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, tendo como instrumento para mensurá-lo, a existência e o uso dos meios para facilitar a comercialização dos produtos, a formação efetiva e contínua da renda da produção, e os efeitos da renda advinda do PAA sobre a qualidade de vida dos agricultores familiares.

1.3.2 Específicos

- 1 Identificar e analisar os desdobramentos dos meios de comercialização utilizados para os produtos da agricultura familiar no sentido de facilitar ou obstaculizar as vendas da produção.
- 2 Caracterizar e analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos na perspectiva da geração de renda nos sistemas de produção antes e depois da participação do agricultor familiar no Programa.
- 3 Identificar e caracterizar indicadores que denotem melhoria na qualidade de vida das famílias participantes do PAA por meio das variáveis sociais.
- 4 Identificar e caracterizar práticas ambientais sustentáveis, no âmbito dos processos produtivos da agricultura familiar.

1.3 Estrutura da Dissertação

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo, como visto, compreende a introdução, o problema da pesquisa, a justificativa e os objetivos. O segundo aborda o referencial teórico, onde estão inseridos a agricultura familiar, as políticas públicas de modo genérico, as políticas públicas para a agricultura familiar e os dados sobre o PAA no Brasil e em Pernambuco.

O terceiro capítulo traz a metodologia, na qual trata-se da operacionalização conceitual da sustentabilidade e dos procedimentos metodológicos: caracterização da pesquisa, universo e amostra, procedimentos de coleta e de análise dos dados. O quarto capítulo contempla a análise dos dados da pesquisa e; por fim, o quinto capítulo refere-se as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

2.1.1 O conceito

O conceito de agricultura familiar, em sua expressão maior, foi incorporado na agenda das políticas públicas, em meados dos anos 1990, no Brasil. Até então, este tipo de agricultura praticada em estabelecimentos de

menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões, como mini fundiários, pequenos produtores, agricultura de subsistência ou, como era corriqueiro na década de 1970, agricultores de baixa renda. A atividade econômica destes produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre foi denominada de pequena produção. Camponês, foi palavra apenas ocasionalmente empregada em documentos de vulgarização, como jornais e, até hoje, pelos próprios produtores (SCHNEIDER, 2006).

Regionalmente, outras expressões nomearam este agrupamento social, como lavradores, especialmente no Nordeste, ou colonos, particularmente, na região do Sul do Brasil, onde ocorreram processos de colonização com famílias de origem europeia (SILVA et al., 2010).

Agricultura familiar não é um termo recente, contudo a partir dos dados divulgados pelo IBGE, em 1996, sobre as características das propriedades rurais brasileiras, na qual encontravam-se os pequenos produtores, o termo ganhou maior relevância nas comunidades acadêmicas, na sociedade e nas políticas de governo.

O pequeno produtor familiar, a partir dos anos 1980, ganhou maior visibilidade com a retomada dos movimentos organizados no campo, cuja maior expressão e representatividade desse setor materializou-se na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a qual passou a reivindicar não só os direitos trabalhistas, mas também as demandas por terras.

A proposta de reforma agrária da Contag em 1979, continha dentre as proposições, distribuir terras àqueles que nela trabalham, além da busca por representação política desta, feito através do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, buscando cumprir-se o Estatuto da Terra (Lei. nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que considerava a Reforma Agrária um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição de terras e uma política agrícola capaz de desenvolver a economia do meio rural (CONTAG, 2018).

Estes esforços dos agricultores familiares e dos movimentos aliados, buscavam, sem dúvida, confrontar a concentração da propriedade da terra que é um traço marcante da estrutura fundiária no Brasil. A estrutura agrária é, sem

dúvida, um dos condicionantes mais fortes do desenvolvimento da agricultura familiar (WILKINSON *et al.*, 2007).

Nesse íterim, outros movimentos sucederam-se no País. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST em 1984, reivindicaram uma Reforma Agrária que contemplasse os trabalhadores rurais que trabalhavam a terra. Em 1995, ampliou-se o debate acerca da proposta do MST que pleiteavam a reforma agrária, em contraposição as novas tecnologias usadas na agricultura comercial, principalmente, na monocultura das grandes propriedades rurais com vistas a obtenção de grandes volumes de lucro, por serem essencialmente predatórios no que concerne à preservação do meio ambiente. Buscavam inserir nesse contexto, o uso democrático da terra, por meio da sua função social e como forma de minimizar os efeitos adversos da agricultura industrial no meio ambiente, e obviamente, resolver os problemas da massa de trabalhadores sem-terra (STEDILE, 2012).

Nesse momento de mudanças e reivindicações, surge também o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, movimento camponês, de caráter nacional e popular, constituído de famílias camponesas, atualmente presente em 17 estados do País (MPA, 2018).

Ressalta-se que, em 2002, o Programa Vida Digna no Campo, tinha como objetivo, uma Política de Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Dentre as proposições, apontava-se o fortalecimento da agricultura familiar, propondo mudanças no modelo atual que priorizava a agricultura extensiva e de escala, por uma agricultura familiar capaz de produzir para o autoconsumo e para o mercado, geração de empregos, de melhorias da qualidade de vida das famílias rurais e maior diversidade produtiva (STEDILE, 2012).

Ressalta-se também que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, em 2000, elaborou o projeto de cooperação técnica, e assim, definiu o universo familiar como estabelecimentos que atendam simultaneamente, as seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, o trabalho familiar é superior a mão-

de-obra contratada e a propriedade tem área de até 15 módulos fiscais (GUANZIROLI & CARDIM, 2000).

A legislação brasileira, por sua vez, define a propriedade familiar como imóvel rural que, direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absolve toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e progresso socioeconômico, com área máxima fixada para cada região assim como seu tipo de exploração, podendo ser, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros (Estatuto da Terra, Lei 4.504/64).

Decorrente das pressões sociais e por representações de grupos de trabalhadores rurais, a Lei nº 11.326 de 2006, assegurou legitimidade e delimitou algumas características pertinentes aos trabalhadores/empreendedores rurais, a qual considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, e que não detenha área maior que quatro módulos fiscais², utilize predominantemente mão-de-obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento e detenha a gestão do estabelecimento familiar. O valor da unidade “módulo fiscal” é fixado pelo INCRA, e varia de município para município, com base nos critérios do art. nº 4 do Decreto 84.685/80 (GUANZIROLI, 2000).

Para Wilkinson (2007), a agricultura familiar pode ser caracterizada como ilha em meio a médias e grandes propriedades. A agricultura familiar contempla todas as atividades agrícolas de base familiar e está vinculada a vários setores do desenvolvimento rural. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar tem maior prevalência no setor de produção de alimentos. As condições para o desenvolvimento da agricultura familiar (agroecologia, normas, acessos ao mercado, à terra e aos recursos naturais, tecnologia, serviços de extensão, como também acesso ao crédito, entre outros) são fatores preponderantes para o desenvolvimento da produção rural.

² Módulo Fiscal é uma unidade expressa em hectares, fixada para cada município, considerando a exploração predominante, renda obtida com a exploração predominante; e conceito de propriedade familiar. O INCRA mostra que, o módulo fiscal difere para cada município. Sendo assim, para a área geográfica de estudo deste trabalho, 1 módulo fiscal é equivalente a 30 hectares em Camocim de São Félix- PE, na região de Bonito-PE equivale a 28 hectares e em Sairé-PE equivale a 35 hectares.

É imperioso ressaltar que, em 2006 foi realizado o Censo Agropecuário e, pela primeira vez no Brasil, obteve-se dados estatísticos relativos a agricultura familiar. No censo foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Em conjunto, a agricultura familiar ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Registra-se que, apesar dos estabelecimentos não familiares corresponderem a 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada (GUANZIROLI, 2000).

A realização desse Censo foi extremamente importante, pois até então, a “pequena produção” era vista como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Este trabalho revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante do ponto de vista econômico e social (GUANZIROLI, BUAININ, DI SABBATO, 2012).

Sem dúvida, as discussões, a respeito da importância da agricultura familiar no Brasil, têm envolvido vários setores da sociedade, principalmente em torno dos debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local (GUANZIROLI & CARDIM, 2000). Atualmente, as políticas Públicas para o setor, reforçam a importância dessa categoria de produção para a sociedade.

Nesse aspecto, afigura-se importante ressaltar que esta fatia de mercado, conquistada pela agricultura familiar teve no Programa de Aquisição de Alimentos, uma alavanca primordial para que esta conquista fosse possível. Com efeito, lançado em 2003, o PAA assentado no objetivo de absorver a produção dos agricultores familiares, viabilizou novos mercados para a agricultura familiar, os quais até antes do seu lançamento não faziam parte do portfólio de mercado deste segmento produtivo brasileiro.

É salutar que antes do advento do Programa, a agricultura familiar, ocupava, marginalmente, os mercados locais do País. A rigor, sua participação era circunscrita as feiras livres dos municípios. Com o advento do Programa, o mercado institucional, caracterizado no Programa Brasil sem Miséria, foi descontinuado e, em função disso, a agricultura familiar ocupou uma fatia de

mercado que antes não ocupava. Isso foi fundamental pois, com o Programa, os alimentos passaram a ser adquiridos diretamente do agricultor ou de suas formas associativas, minimizando a intermediação, fato que sem dúvida, contribuía para o decréscimo das rendas dos agricultores familiares.

Sem dúvida, o PAA tornou-se uma ferramenta de apoio à comercialização que sustenta a agricultura familiar, criando um canal de escoamento da produção em parcerias com outras políticas de combate à fome. O Programa tem importância na promoção da agricultura familiar e no combate à fome. Garante, por um lado, a manutenção do homem no campo, valorizando a cultura local e, por outro lado, a inclusão e sustentabilidade de programas sociais de combate à fome no Brasil.

Dessa forma, o estudo proposto materializa sua relevância, em especial, no que concerne à aferição da sustentabilidade do Programa na agricultura familiar por meio da geração de renda, a inclusão social das comunidades e a utilização de práticas ambientais sustentáveis.

2.2 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

2.2.1 Políticas Públicas

As Políticas Públicas são elementos essenciais para materialização das ações de governo na busca do desenvolvimento de qualquer sociedade. Nas últimas décadas, cresceu a importância de estudos relativos as políticas públicas, sobretudo no Brasil, tendo em vista que, as políticas de restrição de gastos, orçamentos equilibrados e restrição à intervenção da ação do Estado, passou a fazer parte do cenário político a partir dos anos 80, particularmente na América Latina (SOUZA, 2003). Além disso, nos países da América Latina, havia um desequilíbrio entre a promoção da inclusão social e o desenvolvimento econômico a partir das políticas públicas.

Para um maior entendimento do tema, diversos autores debruçaram-se sobre o universo conceitual de políticas públicas. No entanto, no Brasil o termo ainda é bastante genérico, não há um consenso sobre o que seja política pública. Para tanto, é preciso partir do entendimento que uma política pública é aquela

que faz parte do planejamento, da ação e execução do Estado junto à sociedade e outras instituições ou está relacionada as demandas com prerrogativas mais amplas, como as questões sociais, ambientais e econômicas.

Conforme pontua Secchi (2013), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Apesar das diferentes abordagens, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, em uma perspectiva no qual o todo é maior do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que exista diferenças sobre a importância relativa desses fatores (SOUZA, 2006).

“Política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças de rumo ao curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006. pag 7).

Frey (2000), parte da tese de que as políticas socioeconômicas e políticas sociais devem ser tratadas de forma diferente da abordagem feita em democracias mais desenvolvidas. Nos países em desenvolvimento, é necessário adaptar os instrumentos da “*policy analysis*” tradicional as peculiaridades de cada sociedade.

Conforme debatido por Frey (2000a), a política pública, traz três dimensões para o debate político. Dentro da “*policy analyses*” os conceitos de ‘policy’ – ‘politics’ e ‘polity’ são colocados como dimensões essenciais para compreensão das políticas públicas – em especial para os processos de pesquisas e dos estudos de caso.

Para Frey (2000b), as dimensões trazem diferenciação teórica a respeito dos aspectos das políticas e ilustram categorias que podem ajudar nos projetos de pesquisa. Para compreensão dessas categorias de análises o autor diferencia como:

- ‘Polity’ - dimensão institucional – refere-se a ordem do sistema político, delineado pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político administrativo;

- Referente a dimensão processual 'politics' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito a imposição de objetivos, aos conteúdos e as decisões de distribuição;
- A dimensão material 'policy' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, a configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Dentre as várias definições e modelos de políticas públicas, Souza (2006), extraiu e sintetizou alguns elementos importantes:

- Política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, ele faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impacto no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Castro e Oliveira (2014), sustenta que políticas públicas representam um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, que tem objetivo de enfrentar desafios e aproveitar as oportunidades de interesse da sociedade. Essas políticas, programas e ações são ofertas de bens e serviços que possam atender as demandas resultantes da arena política sobre os interesses públicos. Dessa forma, cabe ao estado/governo prover políticas públicas de interesse coletivo.

Secchi (2013, pag. 2), traz dois conceitos sobre essa concepção, no primeiro considera que quando a ação parte do Estado, configura-se como uma abordagem estadista ou estadocêntrica (*state-centered policy making*), na qual, as políticas públicas, analiticamente, são monopólio de atores estatais. De acordo com essa abordagem, o que determina se a política é ou não pública é a

personalidade jurídica do ator protagonista. No segundo, conforme argumenta o autor, a abordagem multicêntrica considera as organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), coadjuvantes aos atores estatais, promotor de políticas públicas.

Secchi (2013), corrobora com o entendimento de que políticas públicas é o problema público. O que a define se é ou não uma política pública é a intenção em responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal.

2.2.2 Política Pública para a agricultura familiar

De forma geral, as políticas agrícolas no Brasil até a década de 90, eram voltadas às grandes empresas rurais e a produção de commodities. Não havia até então, políticas voltadas para o atendimento das necessidades do segmento social dos produtores familiares.

A partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, buscou-se atender as reivindicações dos trabalhadores familiares, que demandam políticas públicas voltadas a atender as necessidades específicas dos agricultores familiares brasileiros.

Após a criação do Pronaf, outras políticas públicas foram implementadas, não só para o financiamento da produção, mas também para uma gama de mecanismos que pudessem criar sustentabilidade da produção por meio da comercialização dos seus produtos. Além disso, era necessário que houvesse investimento em tecnologia para desenvolver as atividades rurais, aliado ao crédito rural e ao canal de comercialização.

Diante da importância da produção familiar na economia, principalmente porque percebeu-se o impacto na economia local; e diante as novas demandas por novos representantes sociais, foram criados uma série de Programas que viabilizam a produção familiar e valorizam cultura local, objetivando contribuir com uma melhor qualidade de vida, em especial, das pessoas em situação de insegurança alimentar e garantir renda ao produtor familiar. Dentre esses

Programas está o Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF, a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar – PGPAF, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, dada a proporcionalidade e importância para esta pesquisa.

2.2.2.1 O Programa de Alimentação Escolar -PNAE

O Programa de Alimentação Escolar teve seu marco legal em 2009, por meio da Lei 11.947 de 16 de junho. A partir da instituição dessa lei, o reconhecimento da alimentação como um direito humano, contemplado no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e por meio da Emenda Constitucional nº 64 aprovada em 2010, teve conquistas importantes, principalmente porque coloca o Estado como responsável por proteger, promover e prover a alimentação da população (FNDE, 2018).

Este Programa atende alunos de toda educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), matriculados em escolas públicas, filantrópicas ou em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) (FNDE, 2018a).

Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30%, deverão ser utilizadas na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural e de suas organizações, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (Lei, 11.947/2009, Art. 14).

A aquisição de alimentos para o PNAE ocorre sem a necessidade do processo Licitatório, conforme § 1º do Art.14 da Lei 11.947. Dessa forma, a aquisição de alimentos para as escolas deve priorizar os produtores locais, contudo, quando há uma demanda maior que a oferta local, os alimentos poderão ser adquiridos por agricultores e suas organizações de regiões próximas, no mesmo território rural, estado e no país.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado pela sociedade civil e por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (FNDE, 2018b).

Por meio desse Programa, o agricultor tem a garantia de renda, dinamiza a economia local e garante alimentos frescos e de qualidade na alimentação escolar, garante maior sustentabilidade da produção familiar por meio dos circuitos de comercialização e valoriza os produtos da região.

Grisa e Schneider (2014), sustentam que essa política tem contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica ou orgânica e têm ressignificado os produtores da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade a essa categoria de produtores, os quais estão relacionados à justiça social, equidade, artesanidade, cultura e tradição.

2.2.2.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

A criação do Pronaf pode ser considerada a primeira política pública destinada exclusivamente a agricultora familiar. Criado em 1996, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho, o PRONAF tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria da renda (MDA, 2018).

Este Programa permite o acesso a recursos financeiros por agricultores familiares. Para isso é preciso que os Estados, municípios, a iniciativa privada e os agricultores familiares cumpram as normas operacionais do Programa. Existem diversas linhas de crédito do Pronaf, dentre elas: microcrédito rural (atende agricultores com menor renda), Pronaf Mulher (esta linha de crédito atende especificamente as mulheres, não só para produção agrícola, mas inclui também atividades como o turismo rural e o artesanato), Pronaf Semiárido (financia projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, além das outras linhas que priorizam a agroecologia e produção orgânica, os projetos agroflorestais e de investimento em infraestrutura para o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária (MDA, 2018a).

Para acessar os recursos do Programa, os produtores rurais de verão fazer a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é um instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (DAP-SEAD, 2018).

2.2.2.3 Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A ATER é uma política pública que leva assistência técnica as propriedades rurais. Esta política pública funciona com parceria entre o MDA e instituições públicas estaduais e privadas, em especial as instituições sem fins lucrativos. As atividades da ATER buscam ampliar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda dos agricultores (MDS, 2018).

Esta política pública visa auxiliar na estruturação e melhoria da produção nos assentamentos, prestar os serviços da ATER para os beneficiários da reforma agrária; e por meio de políticas públicas como o PAA, o PNAE e o fomento do Plano Brasil Sem Miséria, promovendo um aumento da produtividade dos agricultores familiares (MDS, 2018a).

2.2.2.4 O Programa Nacional de Crédito Fundiário -PNCF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, possa comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. Os recursos também podem ser usados para projetos produtivos e contratação de assistência técnica e extensão rural (MDA, 2018).

O Art. 2º do Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, define o PNCF como um conjunto de ações que visa, por meio do crédito fundiário, a promoção do acesso à terra e a investimentos básicos e produtivos, que permitam estruturar os imóveis rurais adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, qualificando a redistribuição de terras de forma a consolidar as propriedades rurais da agricultura familiar, visando a um justo compartilhamento fundiário (MDA, 2018a).

Esta política pública possui três linhas de créditos que visam atender as necessidades dos agricultores familiares: o PNCF Social, que atende a região Norte e a área da SUDENE, o PNCF Mais, que atende todas as regiões do País,

menos a região de atuação da SUDENE; e o PNCF empreendedor que atende a todo Brasil. O PNCF busca, a partir das linhas de financiamento, combater a pobreza rural e consolidar a agricultura familiar por meio da ampliação da área de cultivo dos produtores (MDA, 2018b).

2.2.2.5 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar -PGPAF

Este Programa foi criado em 2006 por meio do Decreto 5.996, configura-se nas ações do Pronaf e visa garantir a remuneração dos custos de produção dos agricultores familiares usuários do Pronaf, garantindo o pagamento do crédito as financiadoras.

O Programa é uma das ações de apoio ao setor que integra o Pronaf, e tem como objetivo garantir a sustentação de preços da agricultura familiar, estimular a diversificação da produção agropecuária e articular as diversas políticas de crédito e de comercialização da produção agrícola (MDA, 2018).

O Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar – PGPAF garante as famílias produtoras que acessem o Pronaf Custeio e o Pronaf Investimento, equacionando os preços de venda quando os preços de mercado tiverem abaixo do preço de garantia do produto (MDA, 2018a).

O PGPAF visa equilibrar o preço médio mensal de mercado, quando este apresentar-se abaixo do preço de garantia da safra, será calculado um bônus em percentual equivalente a essa diferença de preços. Este bônus será aplicado pelo banco no saldo devedor dos financiamentos de custeio do Pronaf efetivados para os produtos do PGPAF, garantindo que os agricultores familiares tenham assegurado o custo de produção para o pagamento do financiamento (MDA, 2018b).

2.2.2.6 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

Em 2003, durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi implementado a agenda de política de combate à fome. Dentre os instrumentos dessa política, buscava-se realinhar as políticas de garantia de preços para que se adequassem à realidade da agricultura familiar. Nesse contexto, surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA, que tinha por objetivos: incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, corroborando com a segurança alimentar, gerar renda entre os agricultores

familiares mais pobres com a venda da produção ao governo federal; incentivar a criação e o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades, onde estes eram frágeis ou inexistentes; ampliar os estoques de alimentos para distribuição pelos programas alimentares; e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conexo a intersectorialidade das políticas de combate à fome. Desenhado dentro da perspectiva do Programa Fome Zero em 2002, faz parte de programas e ações governamentais de combate à fome e a pobreza no Brasil. Essa diretriz alinha-se, primordialmente, à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, conforme contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. E que, no Brasil, esse direito foi incluído por meio da Emenda Constitucional nº 64, no artigo 8º da Constituição Federal.

O Programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, em vigor desde de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, constando no inciso IX do artigo 2º, de 04 de julho de 2012 e suas alterações. Este Decreto elenca as finalidades do Programa, como incentivar a agricultura familiar e ao consumo dos alimentos produzidos por ela, a melhoria da qualidade de vida da população carente por meio da promoção de acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, a constituição de estoques públicos, bem como o estímulo ao cooperativismo e associativismo (CONAB, 2017).

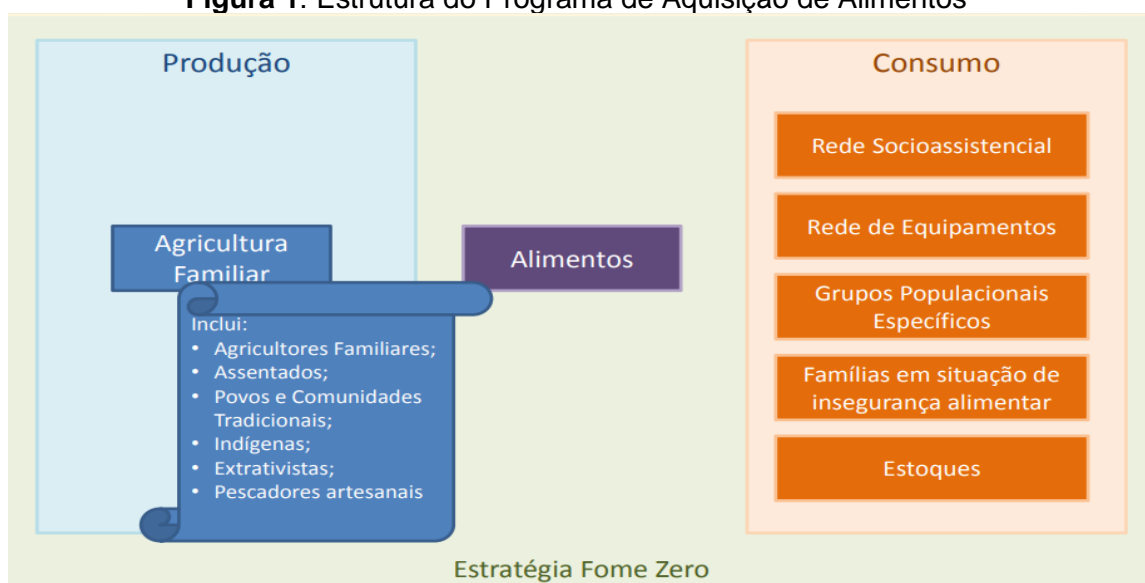
O Programa de Aquisição de Alimentos compreende as finalidades de: promover o direito humano à alimentação adequada, no contexto da política de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante:

- O suporte a rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socioassistenciais;
- A estruturação de circuitos locais de abastecimento;

- A formação de estoques de alimentos para a assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar;
- Fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações econômicas: desenvolvimento local, preços mais justos garantindo renda, regulação de preços.

A estrutura do Programa é descrita na figura 1.

Figura 1: Estrutura do Programa de Aquisição de Alimentos



Fonte: PAA DATA-MDS, 2018.

A Lei Federal nº12.512, de 2011 estabelece normas para promover a produção sustentável, altera a Lei Federal nº10.696, de 02 de julho de 2003, inclui em seu Capítulo IV o combate à fome e a insegurança alimentar por meio do incentivo à agricultura familiar e valorização dos produtos oriundos do PAA, compreendidos os seguintes termos:

I – Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção e sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e a geração de renda.

II- Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

III - Promover o acesso a alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e

nutricionais, sob a perspectiva do direito humano a alimentação adequada e saudável.

IV - Promover o abastecimento alimentar, que compreenda as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar.

V – Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares.

VI- Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar, e

VII – Fortalecer circuitos locais, regionais e redes de comercialização.

O parágrafo 1º da Lei Federal nº12.512, de 2011, que trata da do PAA, em seu artigo III, estabelece que os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nestes termos serão destinados integralmente as ações de combate à fome e a promoção da insegurança alimentar e nutricional.

Na perspectiva de cumprir com os princípios e diretrizes das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, o PAA visa realizar a compra dos alimentos com dispensa do procedimento licitatório. O alimento adquirido por meio do PAA pode ser destinado tanto as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional ou a entidades da rede socioassistencial. Dessa forma, o Programa busca, contribuir para fortalecer o abastecimento alimentar, fortalecer os circuitos locais de e regionais de comercialização, promover e valorizar a biodiversidade; e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.

No desenho atual do Programa, adotou-se o critério de priorizar a inclusão da mulher na seleção e execução. A participação mínima deve ser de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na Modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA), nº 44 de 16 de agosto de 2011 (CONAB, 2017a). Essa medida visa consolidar a valorização do trabalho da mulher, aumento da renda e garantia de inserção

socioeconômica. É salutar que, o fortalecimento do trabalho e da renda da mulher no campo tem implicações significativas na segurança alimentar de suas famílias.

2.2.2.6.1 Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA é operacionalizado pelo Distrito Federal, estados e municípios, e ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. A CONAB, operacionaliza o Programa nos estados, por meio dos termos de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Para acessar ao Programa por meio da CONAB, o beneficiário tem acesso ao Manual de Operações da CONAB (MOC), que os orienta quanto aos tipos de modalidades operacionalizadas pela CONAB, quem pode participar, que tipo de produto pode ser comercializado e o valor máximo por unidade familiar no ano civil (CONAB, 2017b).

Os alimentos oriundos da agricultura familiar participante do Programa são comprados pela CONAB, Prefeituras locais, e por instituições públicas, tendo um preço de referência fixado, equivalente ao preço de mercado. Esse preço de referência tem trazido grande benefícios para os produtores, pois o preço de mercado, às vezes, encontra-se abaixo do preço de referência do Programa, podendo assim, conferir maior renda ao produtor (CONAB, 2017c).

A CONAB operacionaliza o Programa por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O montante de recursos provenientes da SEAD e do MDS repassados à Conab totalizou R\$ 124.708.501,88 em 2017. Eles foram distribuídos entre as modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS): R\$ 98.220.665,84, Aquisição de Sementes: R\$ 5.015.546,32, Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF): R\$ 16.619.105,34, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque): R\$ 4.853.184,39 e recursos que envolvem a operacionalização do Programa: R\$ 980.245,34, além das despesas com impostos (CONAB, 2017d).

2.2.2.6.2 Composição do Programa

Por sua intersectorialidade e abrangência, a gestão do PAA é realizada pelo Comitê Ministerial com participação do Ministério da Fazenda- MF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Educação MEC/FNDE. Ademais, é instância de controle do PAA, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), nas esferas municipal, estadual e federal (MDS, 2018).

O Grupo Gestor foi criado pelo governo federal, cujo objetivo é criar normas para as diversas ações das diferentes modalidades do Programa, bem como definir diferentes estratégias de abrangência dessa política nos diversos estados, principalmente, pela diversificação de culturas e predominância de diferentes influências climáticas, dada a extensão territorial do país.

Ainda, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos de Assistência Social poderão acompanhar as ações do PAA. Além disso, o PAA conta também com a participação social em um Comitê composto por representantes governamentais e da sociedade civil, de caráter consultivo, que assessora o Grupo Gestor e acompanha a implementação do Programa (CARTILHA DO PAA, 2018).

Segundo determinações contidas no Decreto Nº 7.775/12, Capítulo VII, art. 44, são instâncias de controle social do PAA os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas nacional, estadual e municipal. O parágrafo primeiro do mesmo artigo ainda define que, excepcionalmente, na hipótese de inexistência de conselhos de segurança alimentar e nutricional, deverá ser indicada a instância de controle social responsável pelo acompanhamento da execução do PAA, preferencialmente o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social (MDS, 2018).

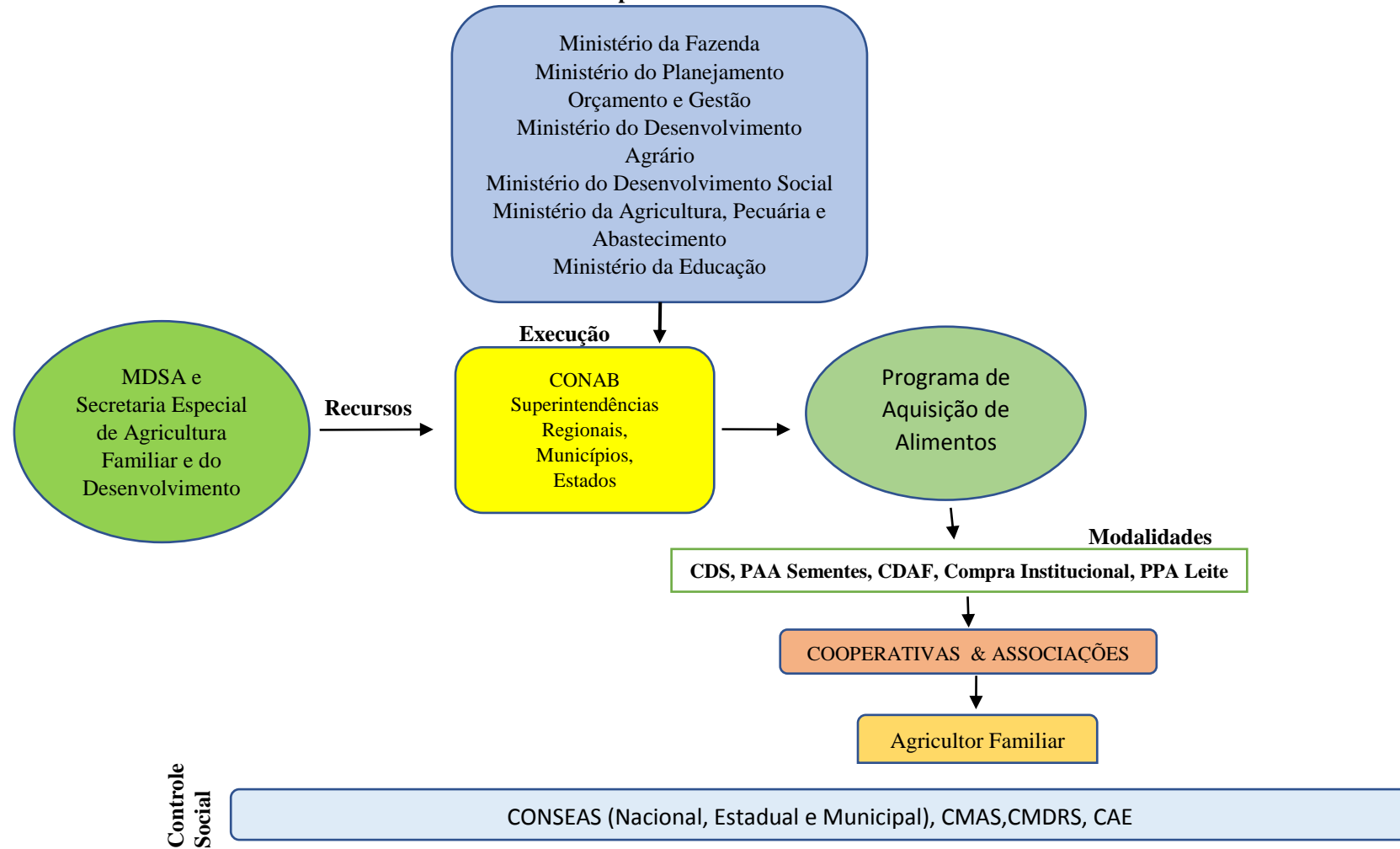
O Grupo Gestor orienta e acompanha a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções. O GGPA é responsável por definir, no âmbito do PAA:

- a forma de funcionamento das modalidades do programa;

- a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar;
- a metodologia para definição dos preços e as condições de venda dos produtos adquiridos;
- as condições de doação dos produtos adquiridos;
- as condições de formação de estoques públicos;
- os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores;
- as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares;
- a forma de seu funcionamento, mediante a aprovação de regimento interno; e
- outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (MDS, 2018).

O Programa de Aquisição de Alimentos acha-se configurado na figura 2.

Figura 2: Configuração do Programa de Aquisição de Alimentos
Grupo Gestor



Fonte: MDS(2018), adaptado.

2.2.2.6.3 Modalidades do PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos é composto por Modalidades definidas pelo Grupo Gestor e executadas pelos órgãos de execução nos estados e municípios.

As Modalidades do PAA compreendem os aspectos estruturais do Programa como: público-alvo, órgãos de execução, âmbito onde será executado, finalidades, formas de execução e origem dos recursos. Dessa forma, o quadro 1 faz uma síntese dos aspectos estruturais do Programa que direcionam os processos para cumprir os objetivos delineados pelo Grupo Gestor.

Quadro 1: Aspectos Estruturais do PAA

PARA QUEM?	Fornecedor: agricultores familiares, com prioridade para comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares pobres e suas organizações Consumidor: população em situação de vulnerabilidade alimentar e em vulnerabilidade social, Redes de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (Restaurantes populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos) e pela rede Socioassistencial (CRAS e CREAS).
COM QUEM?	Execução federalizada em parceria com a CONAB Execução descentralizada por meio de parcerias com Governos Estaduais, Distrital e Municipal
ONDE?	Em todo território nacional com prioridade para as Regiões Metropolitanas, Semiáridos, Territórios da Cidadania e Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSADs).

Continua

Quadro 1: Aspectos Estruturais do PAA - Continuação

PARA QUÊ?	<p>Instrumento de Política do SAN para fortalecimento do SISAN, objetivando promover o abastecimento alimentar da população mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◇ O suporte a rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e a rede de instituições socioassistenciais, ◇ A estruturação de circuitos locais de abastecimento alimentar; ◇ A formação de estoques de alimentos para assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em insegurança alimentar; ◇ Fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações econômicas e promoção do desenvolvimento local por meio da compra direta de alimentos a preços mais justos, garantindo renda para os agricultores familiares e contribuindo para a regulação, de forma indireta, do preço de mercado.
COMO?	<p>Operando Sistemas Públicos descentralizados de Soberania Alimentar (produção-comercialização-consumo), integrando as políticas de desenvolvimento agrícola e social, Atuação coordenada de todos os executores do PAA.</p>
COM QUANTO?	<p>Recursos públicos (orçamento do MDS e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrária (extinto o MDA), visando cumprir as funções estabelecidas nos regulamentos e deliberadas pelo Órgão Gestor.</p>

Fonte: PAA DATA, 2018.

Visando atender as finalidades delineadas na Política Nacional de Combate à Fome e a Insegurança Alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos encontra-se estruturado em modalidades descritas abaixo:

I - Compra com Doação Simultânea - CDS: a finalidade dessa modalidade é a aquisição de alimentos de organizações fornecedoras, que atendam a Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que trata das doações para unidades receptoras que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta Modalidade propicia a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e automaticamente disponibiliza a doação dos alimentos as entidades da rede de promoção e proteção social.

As organizações fornecedoras devem ser constituídas juridicamente e detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – DAP. Executado em parcerias com Estados e Municípios e por intermédio da CONAB, essa modalidade tem o limite de aquisição é de até R\$ 8.000,00 reais por agricultor familiar/ano civil e de R\$ 2.000.000,00 milhões por organização fornecedora por ano civil (CONAB, 2018).

II – Apoio a Formação de Estoque: Essa modalidade compreende apoio financeiro para formação de estoques por organizações para ser comercializado posteriormente e devolvido os recursos ao Poder Público. Propicia aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preço e agrega valor à produção, disponibilizando recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares sócio/filiados, beneficie e forme estoque de produtos para serem comercializados posteriormente ou distribuído para populações em situação de insegurança alimentar.

O público alvo são as cooperativas formais que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – DAP. Os beneficiários fornecedores não podem ultrapassar o limite de R\$ 8.000,00 por agricultor/ano civil e as organizações fornecedoras não podem ultrapassar R\$ 1.500.000,00.

III – Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF: a finalidade dessa modalidade é garantir com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, de acordo com o art. 19 da Lei Federal nº 10.969, de 02/07/2003. Fazem parte dessa modalidade os agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive povos de comunidades tradicionais, de acordo com o Decreto Federal nº 6.040, extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, trabalhadores indígenas e agricultores familiares. Esta modalidade permite a

aquisição de alguns produtos específicos como arroz, castanha de caju, farinha de mandioca, feijão, milho, trigo, leite em pó, farinha de trigo, para distribuição ou para formação de estoques públicos. Esta modalidade é executada pela CONAB e tem o limite de até R\$ 8.000,00 reais por agricultor/ano civil.

IV – Aquisição de Sementes: corresponde à aquisição de sementes de Organizações Fornecedoras para doação, de acordo com o Decreto Federal nº. 8.293, de 12/08/2014. Essa modalidade atende as cooperativas e outras organizações formalmente constituídas, que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – DAP. O limite de aquisição nessa modalidade é de até R\$ 16.000,00 por unidade familiar/ano civil e de até R\$ 6.000.000,00 por Organização Fornecedor por ano civil (CONAB, 2017).

V – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: esta modalidade corresponde a compra de leite, que após o processamento, é doado aos beneficiários consumidores, com o objetivo de atender as demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Contribui para o aumento do consumo de leite pelas famílias atendidas e incentiva a produção de agricultores familiares. Esta modalidade é executada em parceria com Governos Estaduais no Nordeste do Brasil e no Estado de Minas Gerais. Esta modalidade prevê a participação, por agricultor familiar, de R\$ 4.000,00 por semestre (CONAB, 2017).

VI – Compra Institucional: a aquisição nesta modalidade é voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e municípios, com recursos financeiros próprios.

Nessa perspectiva, as Compras Institucionais estão no bojo do PAA, viabilizando a agricultura familiar por meio da aquisição de produtos que são produzidos localmente. Essa modalidade permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta comprar alimentos da agricultura familiar através das chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa do processo licitatório. As compras são permitidas para quem fornece alimentação como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, entre outros.

Os principais fornecedores nessa modalidade são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (MDS, 2017). Um resumo das Modalidades do PAA é apresentado no quadro 2.

Quadro 2: Resumo das Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Modalidade responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	R\$ 8 mil	Recursos próprios das Instituições	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: MDS, 2018.

Para o agricultor familiar ter acesso ao PAA é necessário que ele apresente ao órgão mediador a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é um instrumento criado pela Secretaria da Agricultura Familiar (MDA) que identifica os beneficiários do PRONAF, conforme estabelecido no Manual do Crédito Rural (MCR) do Banco do Brasil (ARAÚJO, 2012. p. 143).

Nesse sentido, após mais de uma década do PAA, estudos caracterizam o Programa como um embaixador no Brasil no combate à fome e à insegurança alimentar. O sucesso do Programa é resultado de um conjunto de ações, em especial, a canalização do poder de compra do Estado para o elo mais fraco: agricultores familiares e de subsistência. Estes produtores têm um papel crucial no abastecimento alimentar da maioria dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Outro fator preponderante no sucesso do PAA, são os vínculos substanciais com outras políticas públicas como Programa Fome Zero, que dotou o PAA de legitimidade por meio de um arcabouço institucional complementar, que assegura a consistência do programa. Além disso, o sistema de monitoramento permanente das aquisições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e a ampliação de uma rede de órgãos públicos garantem a operacionalização das aquisições junto ao produtor. Nesse sentido, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB viabiliza a execução do Programa em todo Brasil. Dada a dimensão territorial do país, as parcerias com estados e municípios são fundamentais, visam, por um lado, apoiar o pequeno produtor local e, por outro, canalizar sua oferta para o mercado local como também para os Programas alimentares no município.

A Superintendência do Estado de Pernambuco, através do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, desenvolve ações nos estados de Pernambuco e Alagoas com a finalidade de formalizar aquisição de produtos agropecuários incentivando a produção e promovendo a sustentação de preços como também a distribuição gratuita de alimentos às pessoas em situação de risco alimentar e nutricional (CONAB, 2017).

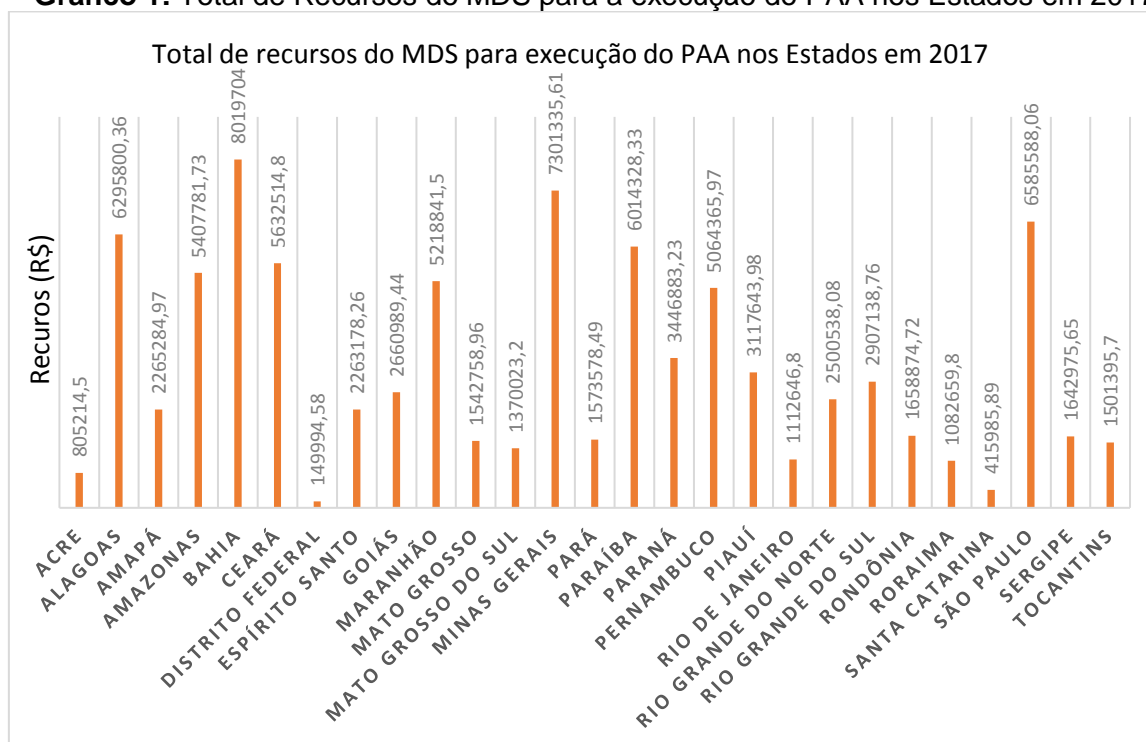
Dessa forma, o Programa visa à geração de renda, viabilidade de comercialização e mecanismos de garantia de preço de referência para o produtor

familiar, corroborando com o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, desenvolvimento local e sustentabilidade socioeconômica.

2.2.3 Programa de Aquisição de Alimentos em números

Os recursos provenientes do MDS e MDA, atual (SEAD) que foram repassados para execução do Programa de Aquisição de Alimentos, de 2003 a 2017, chegou ao montante de R\$ 3.957.094,022. O PAA atendeu, em 2017, um total de 27.792 agricultores familiares. Destes, 16.069 são mulheres, enquanto que 11.723 são homens. Em relação ao total de recursos disponibilizados por sexo, foram destinadas o valor de R\$ 107.740.588 para as agricultoras familiares, em 2017 e, R\$ 80.263.897 para os agricultores. Esses resultados, corroboram com um dos objetivos do PAA, que destina 40% dos recursos às mulheres agricultoras (PAADATA, 2018). São apresentados os recursos do MDS para execução do PAA por estado, em 2017, no gráfico 1.

Gráfico 1: Total de Recursos do MDS para a execução do PAA nos Estados em 2017



Fonte: Elaborado a partir dos dados do PAADATA, 2018.

A partir da análise do gráfico 1, pode-se observar que os estados que receberam o maior volume de recursos em 2017 foram Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Amazonas e Pernambuco. A cada ano, desde sua concepção em 2003, o volume de recursos destinados ao Programa vem aumentando substancialmente, principalmente na região nordeste (ver tabela 1).

Tabela 1: Evolução dos Recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA no período de 2003 a 2017

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
TOTAL	270.610.181	1.210.177.548	361.251.143	915.285.968	1.199.769.182	3.957.094.022

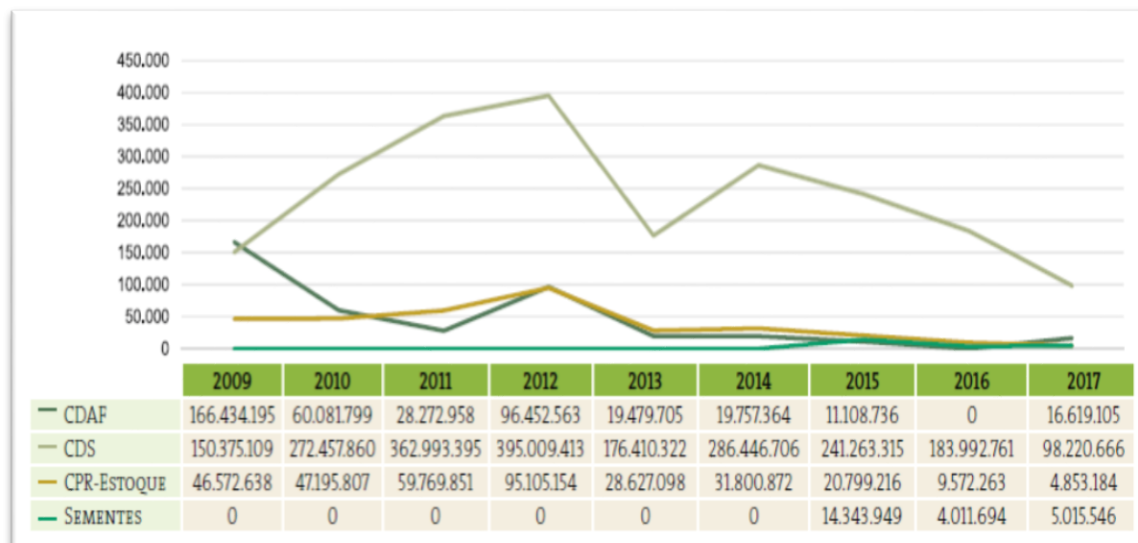
Fonte: CONAB, 2018.

De acordo com a CONAB (2018), as regiões Norte e Nordeste somam 56% dos recursos na execução do Programa, uma vez que essas regiões foram elencadas como prioritárias para recebimento dos recursos em conformidade com as deliberações do GGPA. Os resultados demonstram que a demanda pelo PAA varia devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e do acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores e de suas representações legais (CONAB, 2018).

Ainda de acordo com a Conab, o maior volume de recursos, oriundos do MDS, foram aplicados na Modalidade Compra com Doação Simultânea. Isso deve-se ao fato de que a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar como hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros, entre outros, são adquiridos por meio de organizações fornecedoras e entregues a organizações receptoras³ (ver gráfico 2).

³ Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art.

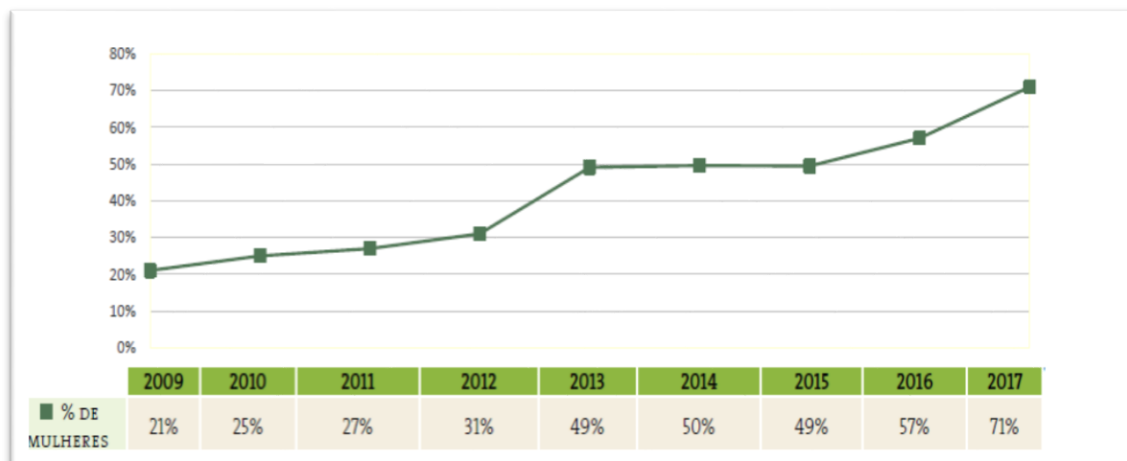
Gráfico 2: Evolução dos recursos liberados segundo as Modalidades do PAA de 2009 a 2017 (valor em reais)



Fonte: CONAB, 2018.

Para acessar o PAA, adotou-se em 2011, como critério de priorização na execução, a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do GGPA, nº 44 de 16 de agosto de 2011. De acordo com a CONAB, a participação feminina nas modalidades do PAA, alcançou 71% em 2017, consolidando a valorização do seu trabalho, o aumento da renda e a inserção socioeconômica da mulher (ver gráfico 3).

3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (CARTILHA DO PAA, 2018).

Gráfico 3: Participação das mulheres no PAA no período de 2009 a 2017

Fonte: CONAB, 2018.

2.2.3.1 O Programa de Aquisição no Nordeste

Desde 2003, o PAA vem crescendo de forma exponencial nos estados do Nordeste Brasileiro. O volume de recursos destinados ao Programa no Nordeste, atingiram o montante de R\$ \$ 48.870,701. O quadro 3 contém o número de beneficiários e os valores executados nos estados do Nordeste (PAADATA, 2018).

Quadro 3: Número de agricultores e quantidade de recursos aplicados pelo MSD nos estados do Nordeste em 2016

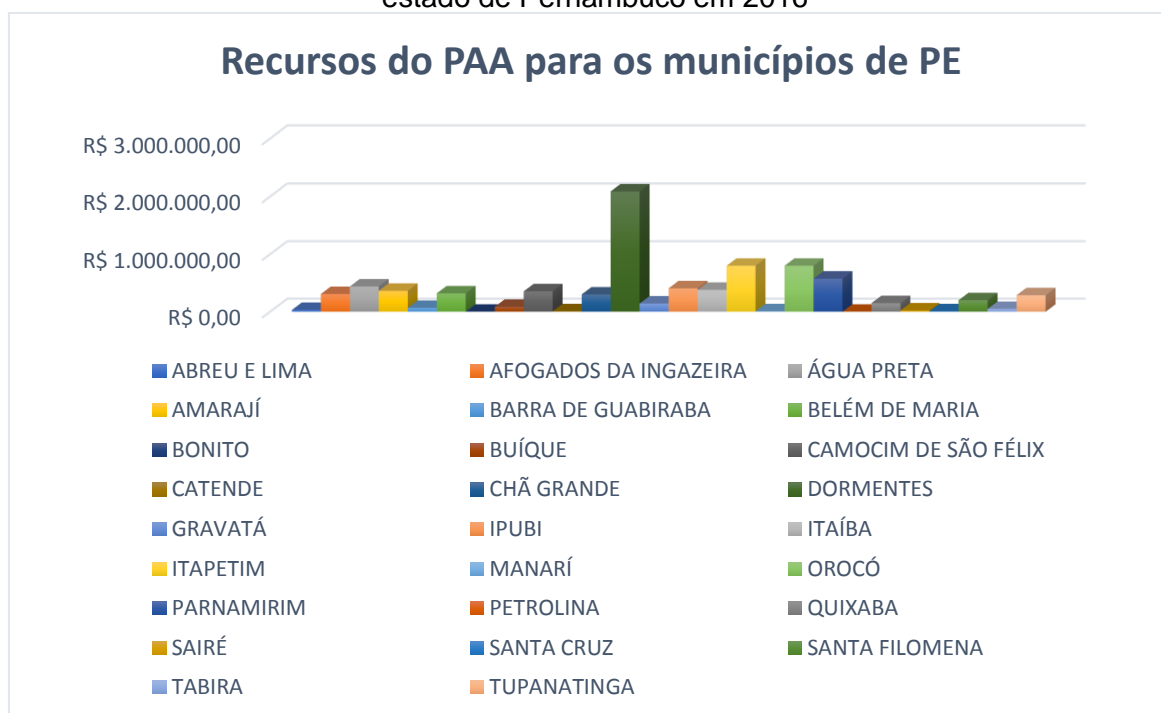
Região Nordeste	Quantidade de agricultores	Recursos (R\$)
Alagoas	255	1.178.970,90
Bahia	3.688	23.465.056,80
Ceará	1.160	8.663.734,86
Maranhão	824	5.713.056,00
Paraíba	1.574	12.462.648,38
Pernambuco	1.152	8.856.533,06
Piauí	1.248	6.457.185,35
Rio Grande do Norte	586	4.105.084,63
Sergipe	529	3.740.057,76

Fonte: Elaborado a partir do PAA Data, 2018.

De acordo com o quadro 3, a região Nordeste, atendeu em 2016 a 11.016 agricultores familiares. O estado da Bahia, atendeu ao maior número de agricultores quando comparado aos estados da região nordeste, como também executou o maior volume de recursos.

Em 2016 a CONAB executou operações do PAA no valor de R\$ 8.856.536,06 no estado de Pernambuco, atendendo a 1.151 agricultores/extrativistas familiares. Desse total, R\$ 355.905,09 foram destinados a execução do PAA no Município de Camocim de São Félix-PE, R\$ 244.682,08 foram destinados as compras dos agricultores do município de Bonito-PE; enquanto os agricultores do município de Sairé-PE, recebeu apenas R\$ 22.248,06 (ver gráfico 4).

Gráfico 4: Volume de recursos do PAA executados pela CONAB nos municípios do estado de Pernambuco em 2016



Fonte: PAADATA, 2018. Elaborado pela autora.

No gráfico 4 mostra-se o volume de recursos destinados aos municípios do estado de Pernambuco que participam do PAA. Dos 185 municípios de Pernambuco, apenas 26 fazem parte do Programa. Isso mostra que, ainda é preciso maior participação das prefeituras municipais ou maior engajamento político dos agricultores em organizações como cooperativa ou associação para que se viabilize a inserção de outros municípios ao PAA.

2.3 Questão Conceitual: Sustentabilidade

O Conceito de sustentabilidade é bastante amplo e em alguma medida aplicável a diversos setores. O principal entendimento do que é sustentabilidade está no Relatório das Nações Unidas para a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, denominado Relatório Brundtland publicado em 1987. Entre outros aspectos, na época, difundiu-se o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, o qual passou a fazer parte das discussões internacionais.

Sachs (2009) argumenta que o termo sustentabilidade refere-se à sustentabilidade ambiental. Porém é preciso ressaltar que existem outras dimensões. Para isso, o autor elenca outras dimensões indispensáveis para a análise da sustentabilidade:

- a sustentabilidade social vem na frente, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental;
- um corolário: a sustentabilidade cultural;
- a sustentabilidade do meio ambiente vem em decorrência;
- outro corolário: distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades;
- a sustentabilidade econômica é uma necessidade, mas em hipótese alguma é condição prévia para as anteriores;
- o mesmo pode ser dito quanto a governabilidade política, e em virtude da importância da sustentabilidade política frente ao processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade,
- e novamente um corolário: a sustentabilidade do sistema internacional para manter a paz.

Baseado nessas premissas, Sachs (2009), criou oito critérios de sustentabilidade, que segundo o autor, são necessários para alcançar um patamar de sustentabilidade. A Sustentabilidade Social (alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa;

emprego pleno ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais);

Sustentabilidade Cultural (mudanças no interior da continuidade; equilíbrio entre respeito a tradição e inovação; capacidade de autonomia para a elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança combinado com abertura para o mundo);

Sustentabilidade Ecológica (preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis);

Sustentabilidade Ambiental (respeitar e realçar a capacidade de autodepuração de ecossistemas naturais); Sustentabilidade Territorial (configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para as áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);

Sustentabilidade Econômica (desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos níveis de produção; razoável nível de pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional);

Sustentabilidade Política nacional (democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social);

Sustentabilidade Política internacional (eficácia do sistema de prevenção da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; controle internacional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, mudanças globais negativas, biodiversidade e gestão do patrimônio global; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional).

Para Ehlers (2009) o conceito de sustentabilidade procura transmitir a ideia de que o desenvolvimento deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais.

“...a sustentabilidade é compreendida como a capacidade de um sistema de manter sua produtividade quando submetido a estresses e perturbações...” (ALTIERE, 1998, pg 83).

Chambers e Conway (1992), analisa a sustentabilidade por meio de dois grupos: o social e o ambiental:

“The sustainability of livelihoods raises many questions. They fall into two groups. Whether a livelihood is sustainable environmentally, in its effects on local and global resources and other assets; and whether it is sustainable socially, that is, able to cope with stress and shocks, and retain its ability to continue and improve. Sustainability is thus a function of how assets and capabilities are utilized, maintained and enhanced so as to preserve livelihoods”
(CHAMBERS e CONWAY, 1992:9)

A sustentabilidade ambiental para esses autores, está ligada ao pensamento tradicional, à preservação ou aprimoramento da base de recursos produtivos, principalmente para as gerações futuras (GOMES, 2004:13).

Para Chambers e Conway (1992), a sustentabilidade ambiental diz respeito ao impacto externo dos meios atuais de subsistência sobre os antigos meios de subsistência, enquanto a sustentabilidade social refere-se à sua capacidade interna de resistir a pressões externas.

Ainda de acordo com Chambers e Conway (1992), a capacidade, equidade e sustentabilidade são elementos fundamentais dos meios de vida sustentáveis. A capacidade refere-se a capacidade de executar certas funções básicas, lidar com tensões e choques e a capacidade de encontrar e aproveitar oportunidades de subsistência. A equidade é uma distribuição mais igualitária de ativos, capacidades e oportunidades e um fim à discriminação. Sustentabilidade é a capacidade de manter e melhorar os meios de subsistência, mantendo ou aumentando os recursos dos quais dependem os meios de subsistência.

Nesta pesquisa, a sustentabilidade é vista como a capacidade e equidade dos agricultores familiares, que estão relacionados com aspectos sociais das relações, e sua presença no contexto do PAA em análise, será identificada pela renda advinda da renda da agricultura familiar ao PAA e sua constância ao longo do

tempo. Além disso, descreve-se no item 3.2 como operacionaliza-se o conceito de sustentabilidade nesta pesquisa.

2.4 Sustentabilidade na Agricultura Familiar à Luz da Literatura

As consequências da interação do homem com o meio em que vive gera impactos positivos e negativos. Na produção agrícola, os impactos são significativos em decorrência da interdependência entre homem e meio ambiente (natureza, recursos, relações, políticas).

De acordo com Ehlers (2009), a agricultura sustentável pode ser analisada por duas tendências. A tendência “conservadora” refere-se a um conjunto de práticas bem-definidas, as quais podem ser mais ou menos sustentáveis de acordo com a durabilidade dos recursos naturais utilizados. Como a redução do uso de insumos industriais (*low input agriculture*), a aplicação mais eficiente ou mesmo a redução de agroquímicos por insumo biológicos ou biotecnológicos. Por outro lado, as tendências “radicais” nas quais estão presentes organizações não-governamentais é vista como uma possibilidade de se promover transformações sociais, econômicas e ambientais em todos os sistemas agroalimentar. A agricultura sustentável também engloba aspectos como a erradicação da fome e da miséria, a promoção de melhorias na qualidade de vida, a democratização do uso da terra e equidade no acesso aos recursos.

Carmo (1998), trata a agricultura sustentável como uma concepção física que visa manter a produtividade do solo, o que altera o enfoque produtivo da relação nutrição da planta/pragas/doenças para o solo e suas reações as técnicas empregadas.

A sustentabilidade da agricultura familiar pode ser analisada do ponto de vista da produtividade e competitividade de mercado. Para Moreira (1999), quanto maior o grau de concentração da propriedade da terra, menor é o poder de mercado das pequenas propriedades frente as grandes propriedades e às outras formas de capital. No caso da agricultura familiar, o montante de capital para manter a unidade patronal ou a pequena empresa familiar, inclui acesso aos meios de produção e acesso à terra em suas diversas formas (compra, arrendamento).

Abramovay (1999), aponta que há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente. Isso deve-se ao ambiente social que o vincula ao mercado. É o que ocorre, sobretudo, nas regiões

mais pobres do Nordeste, onde os mecanismos de comercialização ligam as famílias a atravessadores, o que os torna o destinatário natural dos resultados das atividades agrícolas (...), as famílias têm suas margens de escolhas de comercialização reduzidas, a dificuldade de acesso a financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação.

Moreira (1999) corrobora com a ideia de que o trabalhador por conta própria, mesmo com alta produtividade e baixos custos de produção, não tem poder de mercado suficiente para operar com lucro e renda da terra acima de zero; não tem poder de mercado para romper com as amarras que a competição intercapitalista lhe impõe, dada a sua condição de “pequeno” (ROMIERE, 1999:176).

Uma alternativa para equalizar essas discrepâncias conjunturais e estruturais, seria o fortalecimento das associações, do cooperativismo e outras formas de organização social, na qual o agricultor familiar fosse capaz de garantir maior estabilidade frente aos choques de mercado.

De acordo com Altieri (1998), a agricultura sustentável traz alguns desafios:

a) Um *desafio ambiental* – considerando que a agricultura é uma atividade causadora de impactos ambientais, decorrentes da substituição de uma vegetação naturalmente adaptada por outra que exige a contenção do processo de sucessão natural, visando ganhos econômicos, o desafio consiste em buscar sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, de tal forma que a dependência de insumos externos e de recursos naturais não renováveis seja mínima.

b) Um *desafio econômico* – considerando que a agricultura é uma atividade capaz de gerar, a curto, médio e longo prazos, produtos de valor comercial tanto maior quanto maior for o valor agregado, o desafio consiste em adotar sistemas de produção e de cultivo que minimizem perdas e desperdícios e que apresentem produtividade compatível com os investimentos feitos, e em estabelecer mecanismos que assegurem a competitividade do produto agrícola no mercado interno e/ou externo, garantindo a economicidade da cadeia produtiva e a qualidade do produto.

c) Um *desafio social* – considerando a capacidade da agricultura de gerar empregos diretos e indiretos e de contribuir para a contenção de fluxos migratórios, que favorecem a urbanização acelerada e desorganizada.

Esse desafio consiste em adotar sistemas de produção que assegurem geração de renda para o trabalhador rural e que este disponha de condições dignas de trabalho, com remuneração compatível com sua importância no processo de produção.

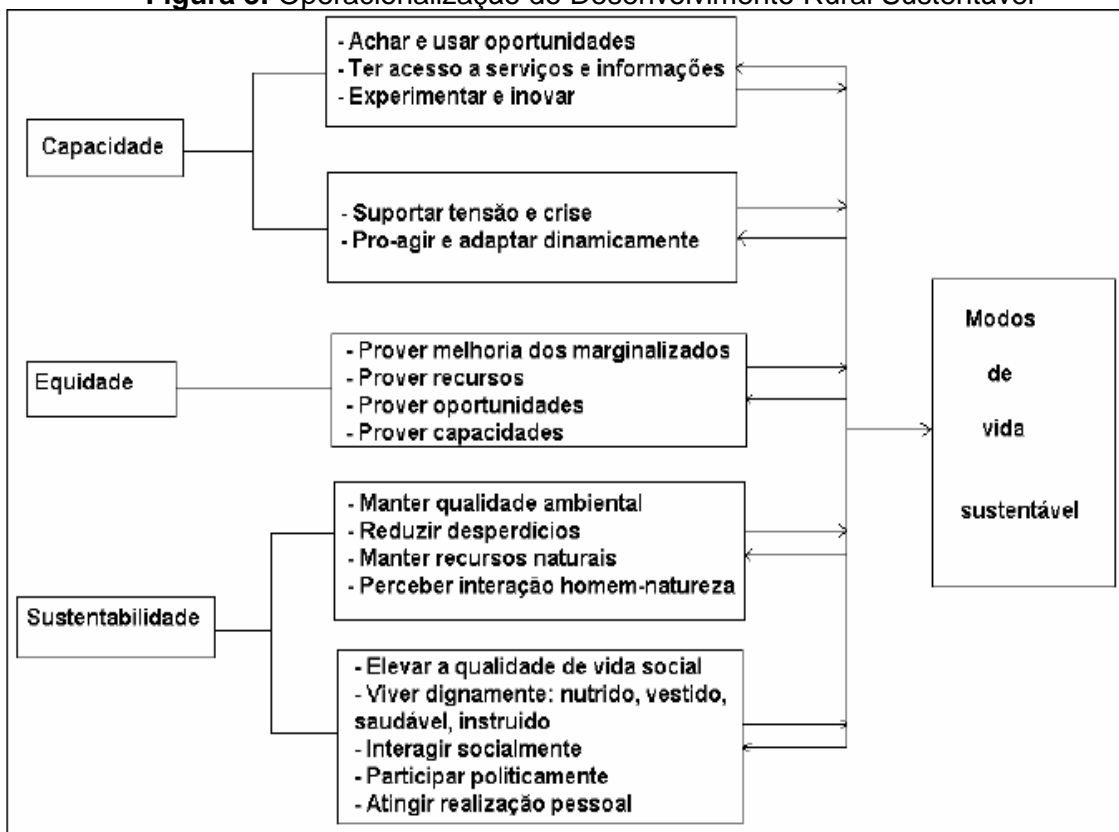
d) Um *desafio territorial* – considerando que a agricultura é potencialmente uma atividade capaz de se integrar a outras atividades rurais, esse desafio consiste em buscar a viabilização de uma efetiva integração agrícola com o espaço rural, por meio da pluriatividade e da multifuncionalidade desses espaços.

e) Um *desafio tecnológico* – considerando que a agricultura é fortemente dependente de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade, e que muitas das tecnologias, sobretudo aquelas intensivas em capital, são causadoras de impactos ao ambiente, urge que se desenvolvam novos processos produtivos nos quais as tecnologias sejam menos agressivas ambientalmente, mantendo uma adequada relação produção/produtividade.

3 METODOLOGIA

3.1 Operacionalização do Conceito de Sustentabilidade

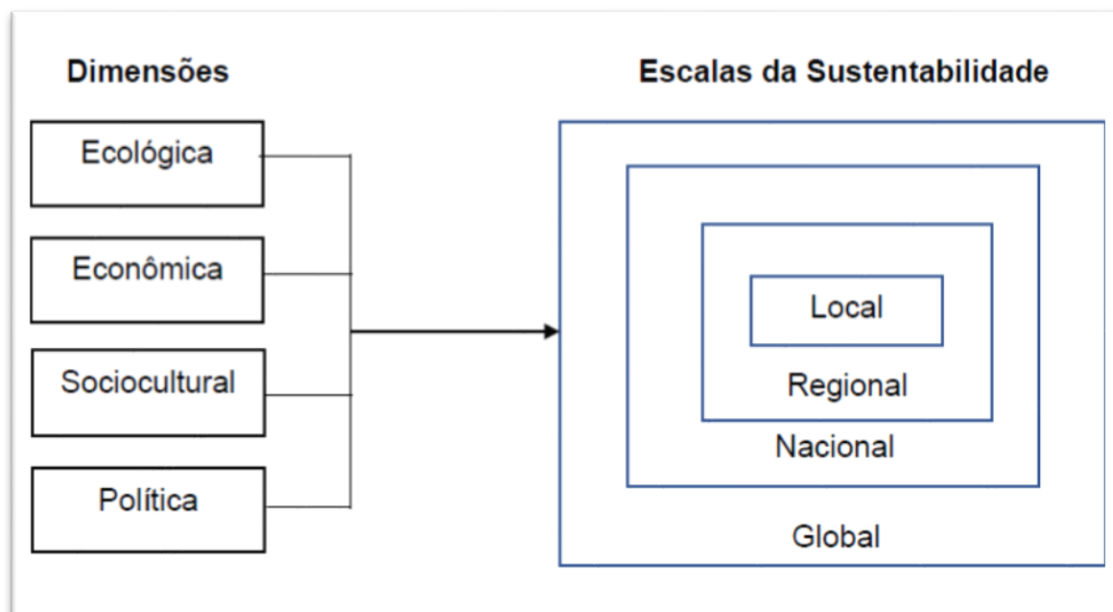
Baseado em Chambers e Conway, Bicalho (1998), desenvolveu uma matriz com três indicadores para o desenvolvimento rural sustentável: Capacidade, Equidade e Sustentabilidade, como exposto na figura 3.

Figura 3: Operacionalização do Desenvolvimento Rural Sustentável

Fonte: Gomes (2004) *apud* Bicalho (1998).

De acordo com Gomes (2004) *apud* Bicalho (1998), esses três indicadores devem ser atendidos pela “operacionalização do desenvolvimento rural sustentável, objetivando modos de vida sustentáveis”. A capacidade está relacionada às funções básicas das pessoas como nutrição adequada, vestimentas confortáveis e boa qualidade de vida. A equidade refere-se à distribuição menos desigual dos bens, habilidades e oportunidades. Abrange a inclusão da mulher e das minorias e o fim da miséria rural e urbana. E; por conseguinte a sustentabilidade está voltada para uma visão holística global sobre questões como poluição, degradação ambiental (floresta, solo, água, etc), além da exploração desenfreado dos recursos não renováveis (GOMES, 2004).

A sustentabilidade é vista sob a ótica de diferentes dimensões e suas relações. Segundo Bicalho (1998), é expressa em um conjunto das relações e interações na esfera das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. De acordo com a autora, são estabelecidos elos entre as dimensões ecológica, econômica, sociocultural e política, visando a integração das decisões no âmbito local, regional, nacional e global. A figura 4 mostra as dimensões do desenvolvimento sustentável.

Figura 4: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

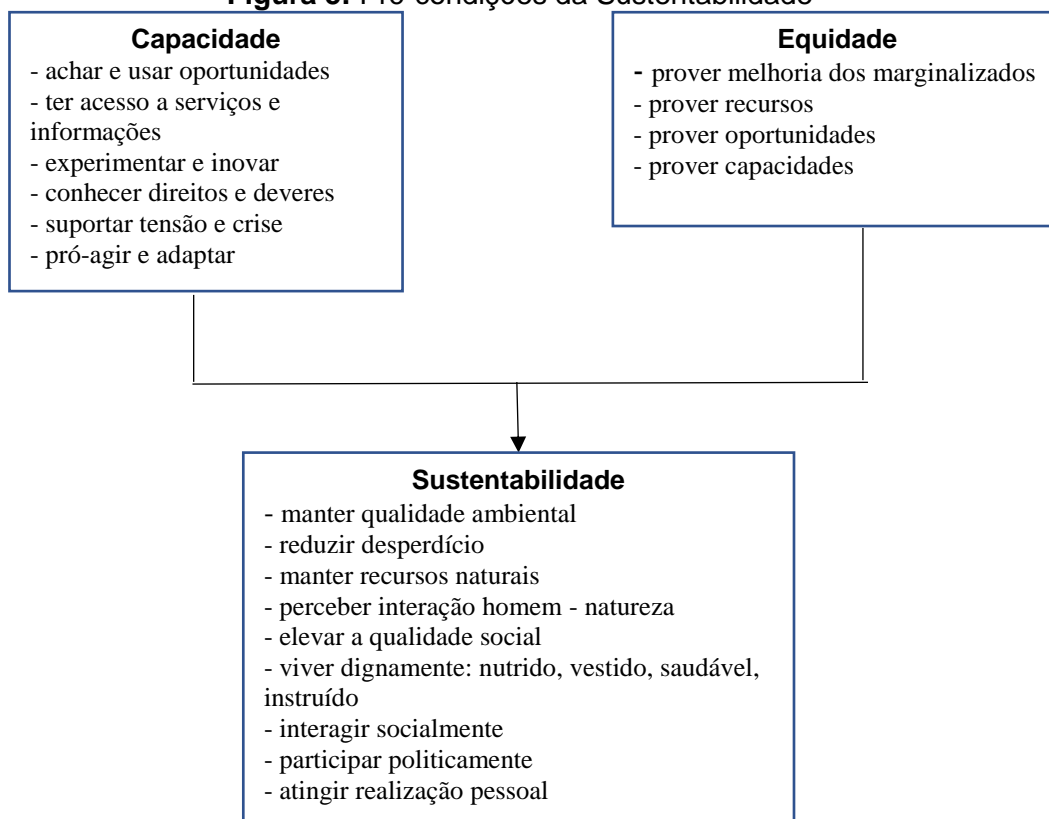
Fonte: Bicalho, Ana Maria de Souza Mello (1998).

Na figura 4, a dimensão ecológica, o foco é a conservação dos recursos ambientais, de modo a disponibilizar recursos para as futuras gerações preservando a natureza e disponibilizando os recursos no longo prazo para a sociedade.

Na dimensão econômica, o foco é a produção e a extração, a transformação dos recursos e o uso do trabalho humano, deve ocorrer de modo a preservar os recursos naturais e o comprometimento da qualidade de vida.

Na perspectiva sociocultural, o objetivo é diminuir as discrepâncias sociais entre o conjunto de indivíduos, por meio de oportunidades iguais com fim a obter qualidade de vida material e social. Visa respeitar os valores e as normas dos diversos agrupamentos da sociedade.

Na concepção da Política, busca-se a participação ativa e consciente da sociedade no processo da tomada de decisão. Por um lado, é obtido por meio da organização dos grupos sociais e, por outro, é reflexo do desempenho político, resultado da interação das dimensões do desenvolvimento sustentável (Bicalho, 1998). De acordo com a autora, a figura 5 representa as pré-condições para a sustentabilidade.

Figura 5: Pré-condições da Sustentabilidade

Fonte: Bicalho, Ana Maria de Souza Mello (1998).

Assim:

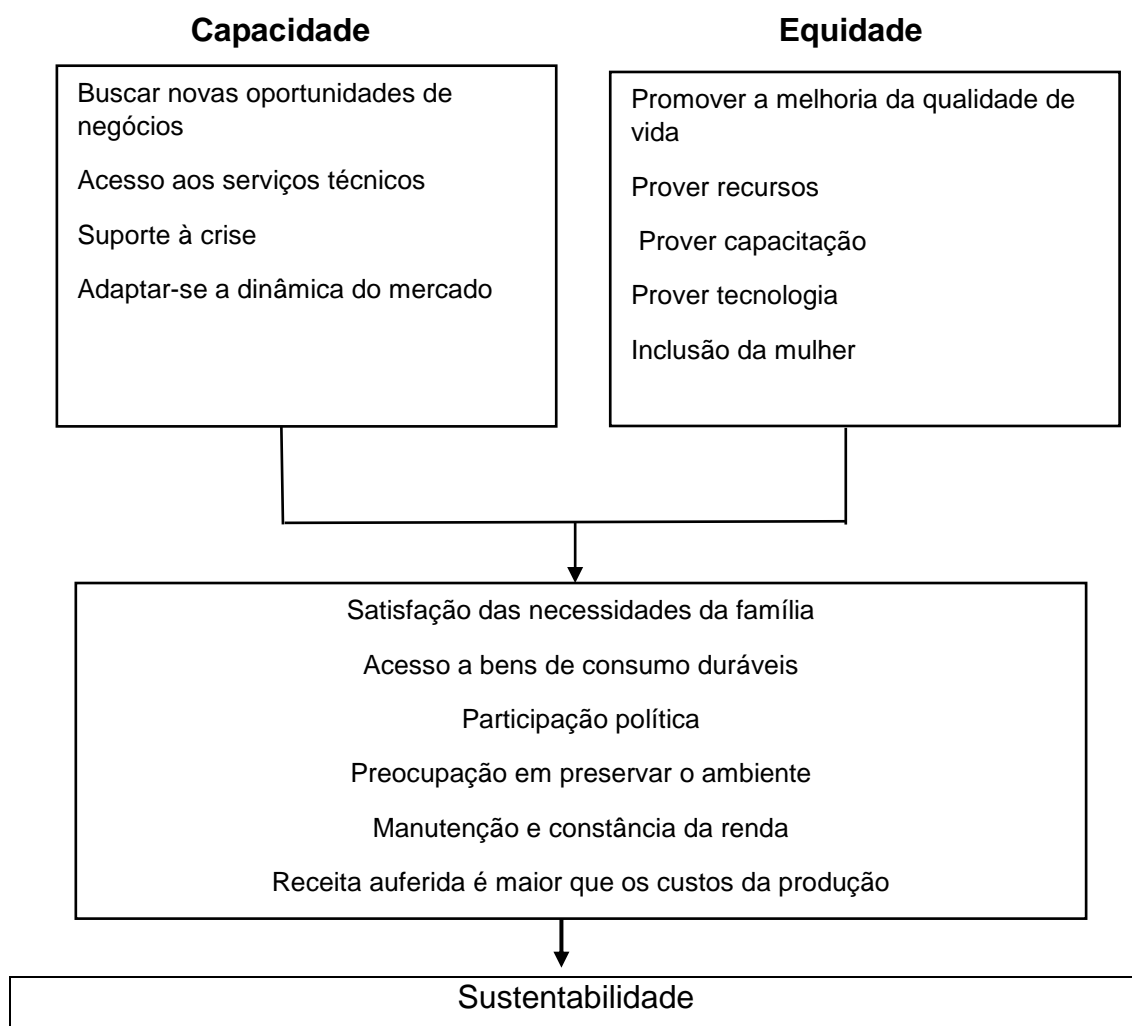
“A sustentabilidade é produto convergente da conciliação das diferentes dimensões e depende do potencial de gestão dos recursos naturais e da aptidão humana, estando, assim, intimamente associado a condições de capacidade e equidade social, sem as quais compromete-se a própria sustentabilidade” (Bicalho, 1998).

Fundamentado em Bicalho (1998), este trabalho formulou um modelo de sustentabilidade da atividade agrícola familiar, ancorado pela capacidade e equidade dos agricultores familiares que visam por meio dos sistemas de produção adotados, gerar renda estável, manter a qualidade de vida e garantir que no futuro, seus familiares possam ter acesso aos recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida.

3.2 O Modelo Analítico da Pesquisa

O Modelo Analítico proposto foi adotado com base em Bicalho (1998), o qual analisa a sustentabilidade sobre o aspecto de modos de vida sustentáveis. Este modelo foi adotado para verificar a sustentabilidade da agricultura familiar dos agricultores participantes do PAA.

Para atender ao Modelo proposto, procurou-se levantar informações a partir dos participantes do PAA nos municípios analisados. Para tanto foi preparado questionário o qual dividido em quatro blocos. O primeiro bloco trouxe aspectos econômicos da atividade agrícola, tais como nível de renda, produção, preços dos produtos, área produzida. O segundo bloco, abordou aspectos sociais dos agricultores familiares, como educação, saúde, acesso a bens. Esses aspectos foram analisados como fatores que impactam na qualidade de vida dos agricultores. O terceiro bloco abordou-se aspectos ambientes da atividade agrícola, como uso de defensivos agrícola, preservação da mata, do solo, das nascentes, dos rios, descarte do lixo, etc,. E por último, o quarto bloco analisou a percepção do agricultor familiar sobre o PAA, na perspectiva *ex ante* e *ex poste* a sua participação no Programa. A figura 6 apresenta o modelo analítico desta pesquisa.

Figura 6: Modelo Analítico da sustentabilidade da agricultura familiar

Fonte: Adaptado de BICALHO, Ana Maria de Souza Mello (1998).

No modelo de análise proposto, na perspectiva Capacidade, buscou-se identificar a iniciativa para encontrar novas oportunidades de comercialização da produção, ou seja, novos mercados. O acesso aos serviços técnicos, visa aumentar a capacidade produtividade e a eficiência para produzir mais com menos impacto ao meio ambiente. O suporte a crise, diz respeito a produzir com maior eficiência, está relacionado ao uso de tecnologias, e a busca de parceiros. Adaptar-se a dinâmica de mercado, está relacionado com fatores como adaptar-se a novas demandas de mercado, produzir com a qualidade exigida pelo mercado, integrar-se a economia local e regional.

Concernente a perspectiva Equidade, inclui-se a promoção da melhoria da qualidade de vida, por meio do acesso aos recursos, como financiamento, acesso a capacitação e a tecnologia, visando também a inclusão social da mulher.

Dessa forma, a Sustentabilidade da agricultura familiar no modelo proposto, diz respeito a satisfação das necessidades da família (elevação da qualidade de vida), manutenção e constância da renda, acesso a alimentação e a bens de consumo duráveis, participação política (associação, cooperativas), e a garantia da receita auferida seja maior do que os custos da produção, visa também a preocupação com o meio ambiente.

3.3 Procedimentos Metodológicos

3.3.1 Caracterização da Pesquisa

Para o desenvolvimento do trabalho, realizou-se pesquisa bibliográfica acerca dos temas: políticas públicas e políticas públicas para a agricultura familiar, bem como sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e sobre a temática da sustentabilidade da agricultura familiar. Por outro lado, foi necessário fazer levantamentos de dados nos sites governamentais que trazem informações pertinentes ao objeto analisado. Assim, foram levantados dados junto a CONAB, PAADATA, IBGE, além de levantamentos feitos nos sites dos MDA e na Secretaria Nacional da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento (Sead, 2018).

Para responder aos objetivos propostos no trabalho, optou-se por realizar pesquisa qualitativa. Conforme Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como uma tentativa para obter compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos objetos da pesquisa ou comportamentos.

Matias-Pereira (2007), argumenta que a pesquisa qualitativa parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não poder ser traduzida em números. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa.

A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. (...) as investigações que se voltam para análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares (RICHARDSON, 1999).

Ainda, de acordo com Richardson (1999), os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir com o processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Em relação a sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, visto buscar uma maior familiaridade com o objeto pesquisado por meio de entrevistas com os sujeitos envolvidos no problema analisado. Marconi; Lakatos (2010) sustentam que este procedimento permite desenvolver familiaridade com o ambiente, fato ou fenômeno. Obtêm-se, frequentemente, tanto descrições quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo.

A pesquisa descritiva realizada é válida, pois se desejou descrever as características do fenômeno. Partiu-se do pressuposto de que o pesquisador responsável pela pesquisa conhece o fenômeno estudado. Isto está de acordo com o que propõe Richardson (1999).

Além disso, conforme Matias-Pereira (2007), a pesquisa descritiva ao visar descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. De forma geral, assume a forma de levantamento.

Deste modo, os procedimentos da pesquisa consistiram em levantamento de dados por meio da pesquisa de campo. Este tipo de pesquisa, conforme Lakatos; Marconi (2010), teve como objetivo conseguir informações acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queria comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

Segundo Parra Filho e Santos (2003), a pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas e questionários junto aos elementos envolvidos, permitindo análise e conclusões, segundo os objetivos estabelecidos previamente, para fins de investigar os fatos tal como ocorrem.

No trabalho, desenvolveu-se dois tipos de questionário (de forma semiestruturado), nos quais continham questões abertas e fechadas. O objetivo

proposto foi captar o máximo de informações necessárias para poder balizar a análise dos dados.

3.3.2 Composição do Universo da Pesquisa e Amostra

Para compor o público deste estudo optou-se por adotar o critério de escolha aleatório dos elementos da amostra do universo de agricultores familiares que compõem a Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco (COOPEAFA). De acordo com Richardson (1999) a amostra aleatória é a melhor forma de controlar as variáveis não desejadas. A distribuição aleatória dos sujeitos entre os diferentes grupos em estudo permite a constituição de grupos estatisticamente iguais. Contudo, pode haver diferenças nas variáveis, mas as diferenças, se existirem, serão menores que as semelhanças.

Dentro do universo dos agricultores cooperados na Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco – COOPEAFA, foram selecionados para a amostra desta pesquisa os agricultores familiares dos municípios de Camocim de São Félix-PE, Bonito-PE e Sairé-PE.

A seleção dos municípios levou em conta características físicas semelhantes (índice pluviométrico durante o ano), sendo a região de Bonito mais chuvosa devido as matas do entorno. Os agricultores familiares dos municípios de Camocim de São Félix-PE, Sairé-PE e Bonito-PE, selecionados para fazerem parte da amostra apresentaram características similares no que diz respeito às suas participações na base econômica de sua formação: cultivo da cana-de-açúcar e posteriormente mudanças para a produção de outras culturas como a banana, o inhame, a macaxeira, o cará, etc.

Optou-se por fazer a pesquisa com uma amostra de 10% da população dos agricultores familiares cooperados, que para este trabalho foi considerado uma amostra representativa do universo de estudo. Contudo, devido à similaridade do tipo de cultura produzida, somente foi possível pesquisar 28 agricultores familiares, o que representou uma amostra de 9,5% do público-alvo.

Dentro do universo pesquisado, 30% da amostra foi composto por mulheres cooperadas. O PAA determina que 40% dos fornecedores de produtos oriundos da agricultura familiar seja do sexo feminino, devido a essa nova exigência do Programa, o número de mulheres agricultoras cooperadas tem aumentado

significativamente, e dessa forma, foi necessário constatar sua inserção na economia local.

3.3.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta dos dados sobre execução do Programa de Aquisição de Alimentos, deu-se por meio de acesso ao Portal da Transparência da CONAB, que disponibiliza o volume de produtos adquiridos da agricultura familiar, valor pago, origem e destinação dos produtos. A CONAB também disponibiliza relatórios que mostram a evolução do Programa, ano a ano, em volume de recursos, quantidade de pessoas atendidas e volume de produção. O site do PAADATA, traz dados de todo Brasil, principalmente àqueles referentes a outras modalidades que não competem a execução pela CONAB, nos estados. O site do MDA e da atual Sead, disponibilizam informações acerca da agricultura familiar e as normas que regulamentam o Programa.

No instrumental de coleta dos dados primários, o questionário semiestruturado foi organizado com perguntas abertas e fechadas. Foram elaborados dois tipos de questionários: um destinado aos agricultores participantes do PAA e, outro, com conteúdo destinado ao gestor da Cooperativa. No que concerne a caracterização dos agricultores familiares, o questionário baseou-se em outros estudos que aplicaram questionários similares. Nesse caso, levou-se em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais dos agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos e, então, formulou-se questões que versavam sobre a sustentabilidade da agricultura familiar por meio do PAA e questões que, versavam sobre os aspectos considerados no modelo desenvolvimento por Bicalho (1998) e adaptado para este trabalho.

De acordo com Richardson (1999), geralmente os questionários cumprem duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Outra função que cumprem os questionários é a medição de variáveis individuais ou grupais. Richardson argumenta que embora haja um limite de perguntas para o questionário, o pesquisador deve determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes daqueles do pesquisador.

Richardson (1999, p.208), argumenta que a entrevista semiestruturada ou semiestruturada visa obter do entrevistado aspectos mais importantes de um determinado problema: as descrições de uma situação em estudo. O questionário abordou questões específicas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos como forma de obter informações necessárias para avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar fomentada pelo Programa.

Dentro os tipos de questionários citados por Richardson, aplicou-se questionários que combinam perguntas abertas e fechadas. As perguntas fechadas, destinaram-se a obtenção de informações sociodemográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade etc.), e respostas de identificação de opiniões (sim- não, conheço – não conheço etc.), e as perguntas abertas, destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistado.

Ressalta-se que foi realizado um pré-teste para se ter ideia do tempo de entrevista e das possíveis ambiguidades das questões ou mesmo identificar alguma necessidade de reformulação das perguntas. No dia 03 de março de 2018 foram aplicados os questionários da pesquisa e; verificou-se que existiam perguntas similares, que, mesmo captando informações diferentes, ou reforçando alguma outra questão, na percepção do entrevistado, ele estava respondendo mais de uma vez a mesma pergunta. Outro aspecto importante foi o tempo de entrevista, na fase de pré-teste o questionário estava um pouco mais extenso, e dessa forma, demandou mais tempo de entrevista, que ficou em torno dos 25 a 30 minutos.

Na fase de pré-teste também se observou que algumas perguntas precisavam ser reformuladas, além disso, percebeu-se que, no que se refere ao quantitativo de perguntas, o questionário estava um pouco extenso. Sendo assim, para a fase após pré-teste, diminuiu-se o número de questões. Ademais, após informações levantadas em campo na fase de pré-teste, viu-se a necessidade de incluir outras variáveis que não estavam presentes na primeira formulação do questionário. Após os ajustes, o tempo de entrevista ficou em torno dos 20 minutos, e as questões similares foram descartadas. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o pré-teste evidenciou possíveis falhas existentes, inconsistência ou ambiguidade das questões. Além disso, no pré-teste também observou-se elementos essenciais à pesquisa: Fidedignidade (qualquer pessoa que o aplique obterá sempre os mesmos

resultados), Validade (os dados recolhidos são necessários à pesquisa) e Operatividade (vocabulário acessível e significado claro).

No pré-teste foram aplicados quatro questionários para os agricultores familiares dos municípios de Camocim de São Félix-PE e Bonito-PE, as pesquisas foram realizadas no local de trabalho dos agricultores. A partir do pré-teste foram incluídas algumas questões e excluídas outras. Após o ajuste do questionário, aplicou-se o questionário para uma amostra de 28 agricultores participantes do PAA e cooperados na COOPEAFA.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: foi aplicado questionários para os agricultores familiares nos municípios de Camocim de São Félix-PE, Sairé-PE e Bonito-PE, no período de 04 a 07 de março de 2018, e em uma segunda etapa entre os dias 21 a 26 de maio de 2018. Também foi aplicado um questionário com o Presidente da COOPEAFA. A pesquisa com o Presidente da COOPEFA objetivou verificar informações essenciais sobre a participação da Cooperativa no Programa e as outras formas de comercialização dos produtos oriundos dos agricultores familiares cooperados.

É oportuno informar que, alguns fatores limitaram o tamanho da amostra: a distância entre os municípios e o acesso ao local de trabalho dos agricultores. No período das chuvas as áreas de trabalho onde estão localizados os agricultores ficam inacessíveis. No ínterim da primeira semana de pesquisa e última semana, os municípios pesquisados receberam um grande volume de chuvas, em especial, na região de Bonito-PE, onde encontravam-se a maior parte da amostra da pesquisa, considerando os municípios selecionados para este trabalho.

3.3.4 Procedimento de análise dos dados

Posterior a coleta dos dados, iniciou-se a fase de tratamento e interpretação dos dados. Para analisar parte da pesquisa com áudios gravados nas entrevistas, utilizou-se a ferramenta do programa MAXQDA versão 2018 para transcrever os áudios, no qual foi possível escutar o áudio e escrever na mesma página. Esta ferramenta tecnológica ainda permite marcar as partes importantes da entrevista.

Matias-Pereira (2007), argumenta que a interpretação e análise dos dados deve ser feita de forma a atender aos objetivos da pesquisa e para comparar ou

confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar hipóteses ou pressupostos da pesquisa.

Com o objetivo de fazer uma análise mais adequada, as informações coletadas foram submetidas ao modelo de análise adaptado de Bicalho (1998). Na consecução da análise dos objetivos, optou-se por delinear os procedimentos e técnicas de análise para cada objetivo. Conforme organizado no quadro 4:

Quadro 4: Esquema dos procedimentos de análise dos objetivos específicos

Objetivos Específicos	Atividade	Procedimentos de coleta dos dados	Fonte dos dados	Técnica de análise dos dados
1) Identificar e analisar os desdobramentos dos meios de comercialização utilizados para os produtos da agricultura familiar no sentido de facilitar ou obstaculizar as vendas da produção.	Pesquisa documental e pesquisa de campo	Levantamento de dados secundários, entrevista e aplicação de questionário	Agricultores familiares e o gestor da COOPEAFA	Uso do Excel, ferramenta do Google Drive e uso do MAXQDA para transcrição da entrevista, Análise descritiva
2) Caracterizar e analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos na perspectiva da geração de renda nos sistemas de produção antes e depois da participação do agricultor familiar no Programa.	Pesquisa documental e pesquisa de campo	Levantamento de dados secundários, aplicação de questionário e entrevista	Agricultores familiares	Uso do Excel, Ferramenta do Google Drive e uso do MAXQDA, Análise descritiva
3) Identificar e caracterizar indicadores que denotem melhoria na qualidade de vida das famílias participantes do PAA por meio das variáveis sociais.	Pesquisa de campo	Aplicação de questionário e entrevista	Agricultores familiares	Uso do Excel, Ferramenta do Google Drive e uso do MAXQDA, Análise descritiva
4) Identificar e caracterizar práticas ambientais sustentáveis, no âmbito dos processos produtivos da agricultura familiar.	Pesquisa de campo	Aplicação de questionário e entrevista	Agricultores familiares	Uso do Excel, Ferramenta do Google Drive e uso do MAXQDA, Análise descritiva

Fonte: Autora, 2018.

Para responder ao objetivo específico 1: “**Identificar e analisar os desdobramentos dos meios de comercialização utilizados para os produtos da agricultura familiar no sentido de facilitar ou obstaculizar as vendas da produção**”, adotou-se o procedimento de coleta de dados primários. Aplicou-se questionários com os agricultores familiares, que abordou um conjunto de questões pertinentes a comercialização da produção. Também foi feita a análise dos documentos disponibilizados pelo MDS sobre os Programas de comercialização Governamental para a categoria econômica dos agricultores familiares.

Para analisar os dados, usou-se uma ferramenta disponibilizada no Google Drive, no qual é possível construir gráficos e tabelas. Com esse instrumento de análise foi possível traçar o perfil dos agricultores familiares no que diz respeito a sua caracterização, forma de comercialização, acesso aos serviços técnicos, participação políticas, analisar a participação da mulher no PAA.

Em relação ao objetivo específico 2: “**Caracterizar e analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos na perspectiva da geração de renda nos sistemas de produção antes e depois da participação do agricultor familiar no Programa.**”, o procedimento de coleta de dados adota foi a aplicação de questionários com os agricultores familiares, com emprego de um conjunto de questões, nas quais foram feitas comparações em relação aos dados de comercialização da produção, renda, antes e após a adesão ao Programa, bem como a percepção de como seria que o Programa fosse extinto. Os dados foram tratados com o uso da ferramenta do Google Drive e uso do Excel e do programa MAXQDA. A análise dos dados foi feita por meio de análise descritiva.

No que tange ao terceiro objetivo específico: “**Identificar e caracterizar indicadores que denotem melhoria na qualidade de vida das famílias participantes do PAA por meio das variáveis sociais.**”, o procedimento de coleta de dados adotado foi a aplicação de questionários com os agricultores familiares e entrevistas, onde abordou-se questões como saúde, educação dos filhos, acesso a alimentação de qualidade e acesso a bens. No tratamento dos dados utilizou-se a ferramenta MAXQDA para a transcrição e pertinente a análise dos dados foi realizada uma análise descritiva.

Em relação ao quarto objetivo específico: “**Identificar e caracterizar práticas ambientais sustentáveis, no âmbito dos processos produtivos da agricultura familiar**”, foram aplicados questionários e entrevistas para os agricultores familiares com questões que versavam sobre uso de defensivos, práticas de produção orgânica, descarte do lixo, preservação dos recursos naturais e percepção dos agricultores sobre preservação do meio ambiente. Para tratar os dados lançou-se mão da ferramenta MAXQDA, utilizou-se o programa do Google Drive e a ferramenta Excel. A análise utilizada foi a descritiva.

3.3.5 Características dos Municípios pesquisados neste estudo

3.5.5.1 O município de Camocim de São Félix-PE

Nome de origem Tupi, Camocim provém de kamu’si: pote, vaso, urna funerária. O município de Camocim de São Félix está localizado entre a cidade de Bezerros e Bonito, que desde a sua formação histórica, serviu como ponto de pouso para os viajantes que se dirigiam para Bonito. Distrito de Bezerros em até 1953, chamava-se Camocituba. Devido as características físicas e ao regime de chuvas, a região desenvolveu-se com a cultura de cana-de-açúcar e do café (IBGE, 2018).

Atualmente, Camocim de São Félix possui uma população equivalente a 18.583 pessoas, conforme dados do IBGE, com uma densidade demográfica de 235,99 hab/km². Em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. Na comparação com o salário médio dos municípios do estado de Pernambuco, ocupava a 26 posições dos 185 municípios do estado, com 6,2% da população ocupada, a população do município é em sua maioria composta por jovens entre 10 e 14 e 15 e 19 anos (IBGE, 2018a).

Na área econômica, o PIB per capita em 2015 era de R\$ 7.610,20, com o maior percentual de suas receitas oriundas de fontes externas. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0.588, em comparação com os municípios do estado (IBGE, 2018b).

O Município de Camocim de São Félix está inserido na unidade geoambiental do planalto da Borborema, formado por maciços e outeiros altos. A vegetação desta região é formada por florestas subcaducifólia e caducifólia, próprias da região do agreste. O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Sirinhaém e o

principal corpo de acumulação de água é o açude Poço da Areia com 2.300.000m³ de água. O solo da região possui fertilidade de média a alta (Prefeitura de Camocim de São Félix, 2018).

2.5.5.2 O Município de Bonito-PE

O Município de Bonito é formado por brejos e encostas de serras, entrecortados por rios e riachos perenes, separados por cordilheiras de montanhas, era até o fim do séc. XVIII cobertos por vastas florestas. Não se sabe ao certo como se deu a fundação da cidade, por falta de registros históricos. Contudo, sabe-se que forasteiros seguiam para a região em busca de caças e estes podem ter sido os primeiros cidadãos Bonitenses. Devido a notícia de tão ricas terras e belíssimas paisagens, os povoadores podem ter utilizados os mesmos caminhos dos primitivos caçadores, proveniente de Bezerros, e ali estabeleceram-se, próximo ao rio que deu nome à cidade no final do século XVIII (Prefeitura de Bonito, 2018).

O Município de Bonito localiza-se a 136 km da capital pernambucana, fazendo limítrofes ao Norte com Camocim de São Félix, Sairé e Barra de Guabiraba, ao Sul com Palmares e Catende, ao Leste com Cortês e Joaquim Nabuco e a Oeste com São Joaquim do Monte e Belém de Maria.

A população em 2015 era de 37.750 habitantes, dos quais 22.995 habitantes vivem em áreas urbanas e 14.755 vivem nas áreas rurais. (Prefeitura de Bonito, 2018). Possui densidade demográfica de 94,26 hab/km², segundo dados do IBGE.

Em 2015 o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos, a proporção da população ocupada em relação à população total era de 7.8%. Na comparação com o salário médio mensal dos outros municípios do estado, Bonito ocupa a 49 posições. O PIB per capita municipal é de R\$ 8.344,73, com 86,8% das receitas oriundas de fontes externas, com IDH de 0.561 (IBGE, 2018c).

O município de Bonito ocupa o 32º lugar no ranking da atividade agropecuária, em relação aos municípios Pernambucanos. A economia da atividade agrícola no município está inserida no Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em parceria com órgãos públicos e organizações sem fins lucrativo, que atuam no município.

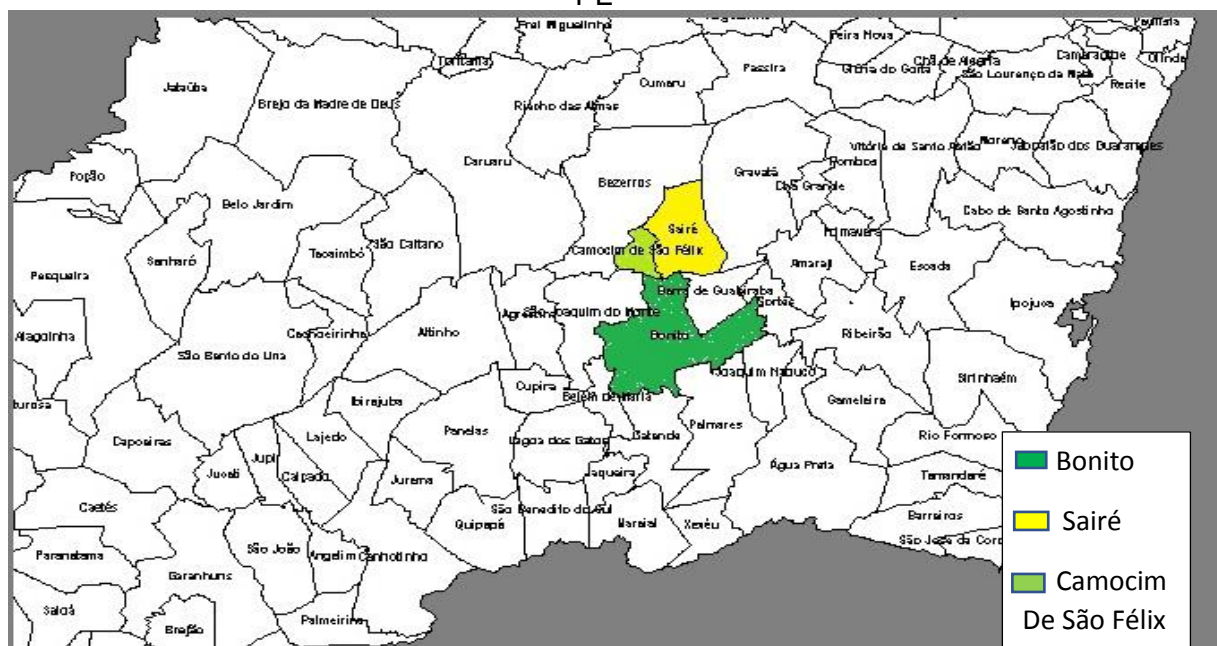
2.5.5.3 O Município de Sairé-PE

O povoamento de Sairé iniciou-se após a abertura de um caminho que ligava Bezerros ao sul do estado. Era uma região de florestas. Os primeiros povoadores dedicaram-se ao cultivo de mandioca e cana-de-açúcar e; posteriormente, o café (Prefeitura de Sairé, 2018).

O município de Sairé localiza-se na região do agreste central, na microrregião do brejo pernambucano. Quando Sairé era distrito de Bezerros, tinha como principal atividade econômica a produção de cana-de-açúcar. A partir do século XX, a atividade da produção açucareira entrou em decadência (Prefeitura de Sairé, 2018a).

Situado a 108,1 km da capital, o município tem uma população de 11.240 habitantes, com uma densidade demográfica de 59,36 hab/km². O salário médio mensal é de 1,7 salários mínimos, a população ocupada em relação à população total era de 10,6%, o que deixa o município no posições 71 dos 185 municípios do estado de Pernambuco. O PIB per capita municipal é de R\$ 13.012,01 e o maior percentual das receitas vem de fontes externas que corresponde a 91,3% (IBGE, 2018d). A figura 7 refere-se ao mapa dos municípios pesquisados.

Figura 7: Localização dos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE



Fonte: Elaborado pela autora no programa Estatcart, 2018.

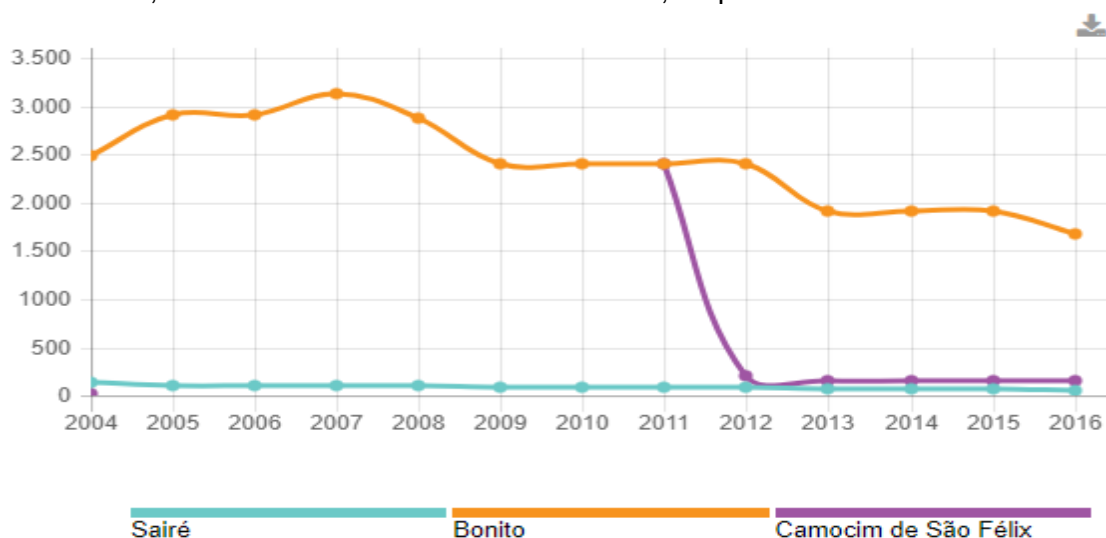
3.5.5.4 Características físicas e da produção agrícola nos municípios pesquisados

Os municípios de Bonito, Sairé e Camocim de São Félix estão localizados na Mesorregião geográfica do Agreste Meridional de Pernambuco e na Microrregião geográfica do Brejo Pernambucano. As precipitações nessa região ocorrem nos meses de abril a agosto e, de setembro a janeiro há ocorrência do período mais seco (APAC, 2018).

A Microrregião de Brejo de Pernambuco mantém uma média pluviométrica anual acima das outras regiões do Agreste de Pernambuco. Os brejos de altitudes como ocorre em Pernambuco e na Paraíba são formações com microclima diferenciado, possui pluviosidade superior as regiões do entorno, que caracteriza o agreste subúmido (JAIME et al., 2018).

Por manter características físicas de precipitações anuais acima da média das regiões do Agreste de Pernambuco, a região de Brejo favorece o desenvolvimento da agricultura, tanto as culturas permanentes com a banana e a laranja, quanto as culturas temporárias com a cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, inhame, e a plantação de leguminosas e grãos. No gráfico 6, apresenta-se a evolução das culturas permanentes nos três municípios.

Gráfico 5: Série histórica do volume de plantação de banana nos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE, no período de 2004 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do IBGE, 2016.

De acordo com a série histórica apresentada no gráfico, percebe-se que ao longo dos anos a cultura da banana tem diminuído no município de Bonito-PE e Camocim

de São Félix-PE, permanecendo constante em Sairé. Uma hipótese para queda da produção da banana, pode ser a diversificação da produção que aquela região tem experimentado para atender as demandas do mercado.

A plantação de abacaxi na região aumentou significativamente a partir de 2010 em Bonito-PE; e em Camocim de São Félix-PE a partir de 2014, produzindo até 200.000 mil unidades, de acordo com dados da produção agrícola nos municípios levantados pelo IBGE (IBGE, 2018).

A plantação de tubérculos (macaxeira/mandioca/ inhame) tem crescido desde 2004. O município de Sairé, produziu em 2016 o equivalente a 1.500 toneladas de tubérculos, gerando uma receita em torno dos 600.000 mil reais. (IBGE, 2018)

Entende-se que as regiões pesquisadas possuem grandes potenciais produtivos e tem, especialmente, a presença do produtor familiar, a diversificação de culturas produtivas, que vem ao longo dos anos, gerando renda, emprego e mantendo o homem no campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco - COOPEAFA

A Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco - COOPEAFA, sediada em Camocim de São Félix, foi formada inicialmente por agricultores familiares oriundos da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nossa Senhora do Carmo, Sítio Tanque de Piaba, Zona Rural. Foi constituída em 05 de fevereiro de 2011, com o intuito de apoiar os aspectos práticos da produção, além de apoiar os agricultores familiares na compra de insumos e comercialização da produção agrícola dos agricultores cooperados. No apoio à comercialização que vêm aumentando o valor a cada ano que passa e, principalmente, na busca de formação e orientações para técnicas de produção sustentáveis. Além disso, um dos objetivos da Cooperativa é garantir a participação dos associados tanto no processo de produção quanto no processo de tomada de decisão e encaminhamentos da Cooperativa.

São 293 (duzentos e noventa e três) cooperados ativos com suas famílias diretamente beneficiadas com as ações da COOPEAFA, além do apoio direto da diretoria e do espaço físico para as ações realizadas.

Na atual conjuntura, a cooperativa se esforça para equilibrar ainda mais os ganhos dos produtores rurais de base familiar nos mercados Institucional e formal, garantindo tanto a participação no processo de discussão e formação quanto no processo de inclusão e geração de renda, mantendo o agricultor no espaço rural, em especial através da agregação de valor a sua produção, utilizando práticas sustentáveis desde o plantio a colheita passando ainda pela seleção e beneficiamento.

A COOPEAFA, tem como objetivo principal, promover a inclusão social, através de práticas cooperativas, em especial através da comercialização e qualificação da produção, por meio dos seguintes objetivos específicos:

- 1) Colaborar com a comercialização da agricultura familiar através do mercado institucional e formal;
- 2) Animar processos de gestão participativa nas decisões da cooperativa;
- 3) Promover a qualificação dos agricultores familiares em técnicas sustentáveis de produção, com o uso de matérias primas locais;
- 4) Reduzir os custos de produção da agricultura familiar com o uso de tecnologias voltadas para os pequenos produtores;
- 5) Dinamizar a produção, através da instalação de novas culturas agrícolas no município (COOPEAFA, 2018).

Atualmente a COOPEAFA atua no mercado formal – Institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e da Compra Institucional, atua também na área comercial – informal, vendendo os produtos dos agricultores familiares para o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA/PE). A COOPEAFA vem fomentando a economia local e regional com 450 (quatrocentos e cinquenta) empregos direto e indireto (COOPEAFA, 2018a).

Atualmente a COOPEAFA vende os alimentos para a alimentação escolar de onze municípios do estado de Pernambuco e para a Secretária Estadual de Educação de Pernambuco, por meio do PNAE. Também comercializa com a CONAB por meio

do PAA. O total de contratos firmados com o PNAE e PAA em 2017, resultou no montante de R\$ 6.117.897,24 (ver quadro 5).

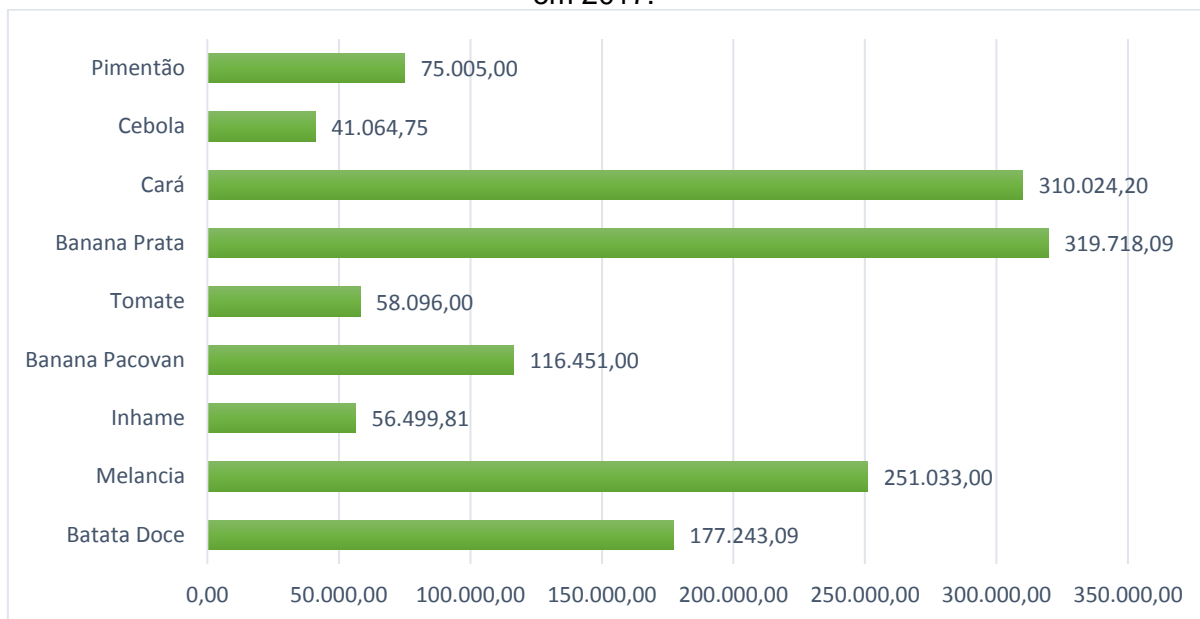
Quadro 5: Formas de comercialização da COOPEAFA com as Instituições

Programa	Entidade
PNAE	Prefeitura de Agrestina
PNAE	Prefeitura de Arcoverde
PNAE	Prefeitura de Barra de Guabiraba
PNAE	Prefeitura Belo Jardim
PNAE	Prefeitura de Bezerros
PNAE	Prefeitura de Brejo da Madre de Deus
PNAE	Prefeitura Cupira
PNAE	Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes
PNAE	Prefeitura de Lagoa dos Gatos
PNAE	Prefeitura de Pombos
PNAE	Prefeitura de Riacho das Almas
PNAE	Secretaria Estadual de Educação
PAA	CONAB
Total de Contratos	6.117.897,24 (Seis milhões cento e dezessete mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos)

Fonte: COOPEAFA, 2018.

Os produtos vendidos para as prefeituras municipais e para a CONAB são frutas, legumes, verduras e tubérculos, os quais são colhidas no ponto de maturação exigido por cada mercado. As ações de pós colheita são de suma importância para processo de classificação e seleção da produção sendo ainda uma exigência muito forte a padronização da mercadoria. No gráfico 6 estão os principais produtos comercializados pela COOPEAFA.

Gráfico 6: Principais produtos comercializados pela COOPEAFA e quantidade em (kg) em 2017.



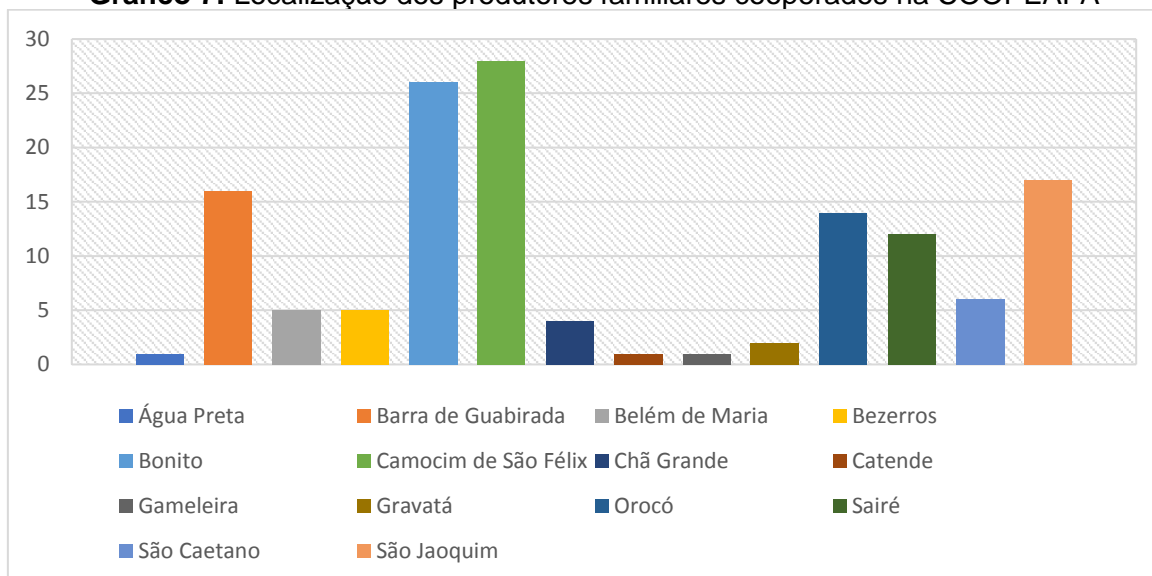
Fonte: COOPEAFA 2018, elaborado pela autora.

Dentre os produtos comercializados pela COOPEAFA, os principais são a banana prata, o cará, a melancia, a batata doce, o tomate, pimentão, cebola, inhame. Outros alimentos são comercializados em menor quantidade, porém sua importância quanto as diversas culturas produzidas e comercializadas, como o maracujá, a goiaba, a laranja pêra, e outros tubérculos como a macaxeira. Na figura 9 são mostrados alguns dos produtos no local de armazenamento da COOPEAFA.

Figura 8: Alimentos da agricultura familiar armazenados na COOPEAFA

Fonte: Autora, 2018.

Os agricultores familiares fornecem os produtos para a COOPEAFA, os quais ficam armazenados no galpão da cooperativa. Os alimentos destinados ao PAA vão do local de armazenamento para a entidade beneficente. De acordo com o presidente da COOPEAFA, a cooperativa possui cooperados de diversos municípios, pois alguns alimentos não são produzidos na região, como no caso da melancia, e para poder fornecer uma diversidade maior de alimentos, os agricultores fornecedores estão localizados tanto no agreste como no sertão de Pernambuco (ver gráfico 7).

Gráfico 7: Localização dos produtores familiares cooperados na COOPEAFA

Fonte: COOPEAFA, 2018, elaborado pela autora.

Os agricultores familiares que fazem parte da COOPEAFA são de vários municípios do Estado de Pernambuco. Pode-se destacar no gráfico 7 que a maior parte dos cooperados são de Camocim de São Félix, Bonito, São Joaquim, Barra de Guabiraba, Chã Grande e Sairé. Também fazem parte da Cooperativa agricultores familiares do sertão pernambucano, como a cidade de Orocó, que produzem, principalmente melancia.

4.2 O PAA e a COOPEAFA

A COOPEAFA participa do PAA por meio da modalidade COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA executada pela CONAB no Estado de Pernambuco. Os agricultores familiares cooperados entregam os produtos no valor de até R\$ 8.000 mil reais por ano a Cooperativa. O recurso vem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, administrado pela CONAB e repassado a Cooperativa, que por sua vez, paga aos produtores cooperados. O alimento comprado, nesta modalidade, vai da cooperativa para a instituição de destino.

Em 2016, a proposta formalizada entre a CONAB e a COOPEAFA foi de R\$ 711.806,58, com vigência até 2018. Em 2017, o volume de recursos formalizado foi muito inferior em relação a 2016, apenas R\$ 96.000,00 mil reais foi formalizado em propostas, com vigência até 2019. O Estado de Pernambuco recebeu do MDS o total de R\$ 5.064.365,97 em recursos para a execução do PAA. Quanto a inserção

dos municípios no Programa, apenas 22 municípios do estado de Pernambuco estão inseridos no PAA.

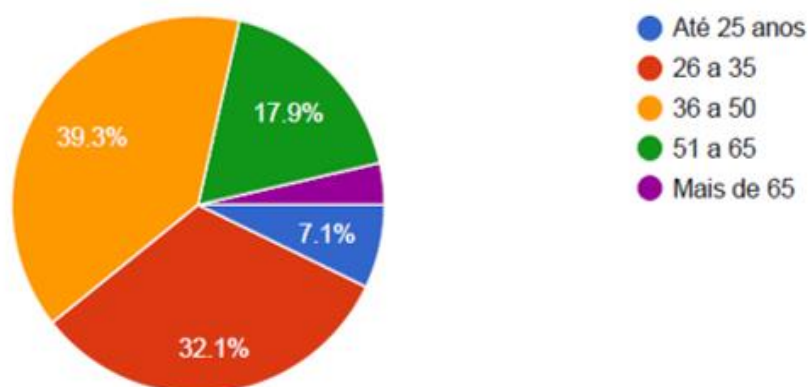
As Cooperativas são essenciais na organização dos agricultores familiares para tornarem-se aptos a participar do PAA. Por esse motivo, elas têm papel crucial nesse processo e fomenta a participação dos municípios menos organizados para ter acesso aos programas que visam desenvolver a agricultura e incluir sócio e economicamente as famílias produtoras do País.

Mesmo com esse volume de produtos comercializados, ainda há perdas de produtos, por diversas razões, seja a quantidade de pedidos que estão cada vez mais diminuindo, principalmente, após os cortes do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a execução do PAA nos estados, ou por diminuição da demanda nos mercados comuns.

4.3 Caracterização dos Agricultores Participantes do PAA nos Municípios de Camocim de São Félix-PE, Bonito-PE e Sairé-PE

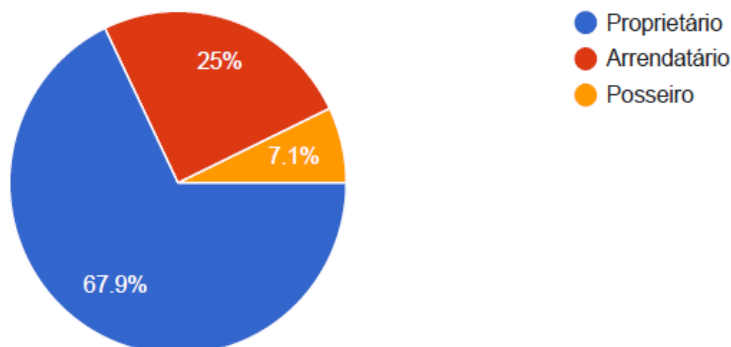
Os participantes desta pesquisa participam do PAA por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, executado pela CONAB, por meio da Modalidade Compra com Doação Simultânea. Isto representa, para a COOPEAFA, o equivalente a 45% da venda dos produtos entregues pelos agricultores familiares. A COOPEFA opera o PNAE com as Prefeituras Municipais. Tais operações representam um total de 60% do volume de alimentos vendidos para as escolas. As vendas por meio da Modalidade Compra Institucional, representam 5% do volume de produtos oriundos da agricultura familiar. Estas modalidades de operação facilitam a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, supre as necessidades por alimentos das instituições públicas em face da dispensa de licitação, que agilizou o processo operacional de compra e venda.

No total dos respondentes, 67,9% são homens e 32,1% são mulheres. Estes representantes, situam-se em termos de faixa etária, 7,1% tem até 25 anos, 32,1% tem entre 26 e 35 anos, 39,3% tem entre 36 e 50 anos, 17,9% tem entre 51 e 65 anos e 3,6 dos entrevistados tem mais de 65 anos (ver gráfico 8).

Gráfico 8: Faixa etária dos agricultores familiares participantes do PAA

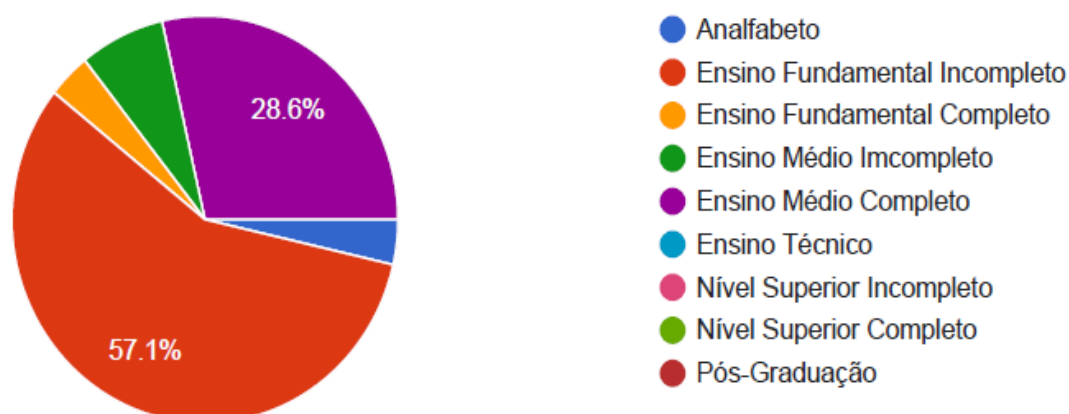
Fonte: Autora, 2018.

Considerando a relação do respondente com a terra, 67,9% afirmaram serem proprietários das terras onde cultivam, 25% trabalham em situação de arrendamento da terra e 7,1% são posseiros, porém já trabalham nas terras há mais de 25 anos (ver gráfico 9).

Gráfico 9: Relação com a terra dos agricultores familiares participantes do PAA

Fonte: Autora, 2018.

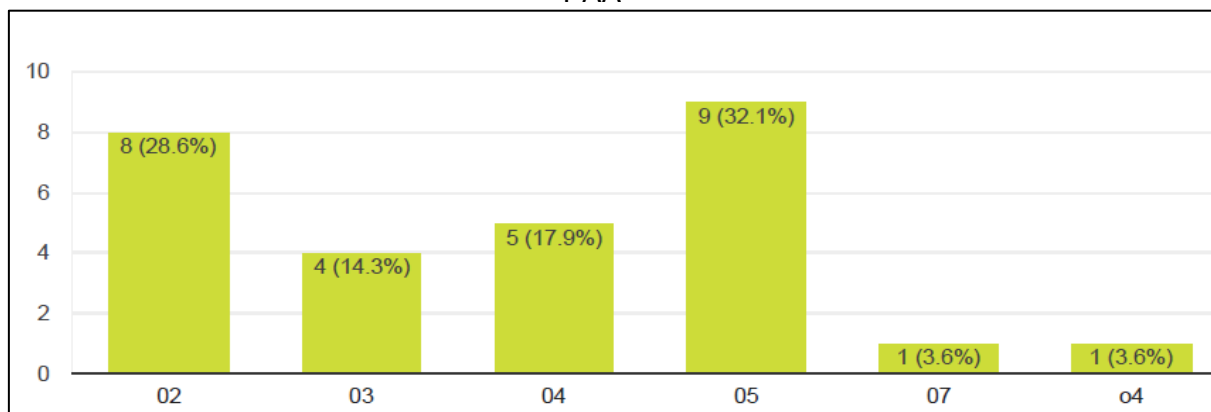
Quanto a escolaridade dos agricultores familiares pesquisados, 57,1% possui ensino fundamental incompleto, 3,6% possui ensino fundamental completo, 28,6% possui ensino médio completo, 7,1% possui ensino médio incompleto, e 3,6% é analfabeto, chama a atenção para o maior percentual de pessoas com ensino fundamental incompleto, que por vezes, impacta diretamente na gestão do negócio familiar (ver gráfico 10).

Gráfico 10: Escolaridade dos agricultores familiares participantes do PAA

Fonte: Autora, 2018.

No que diz respeito ao número de pessoas de cada família, foi constatado que 28,6% tem 02 pessoas na constituição familiar, 14,3% possui 03 pessoas, 21,5% tem família constituída por 04 pessoas, 32,1% tem 05 pessoas na família e apenas 3,6% tem 07 pessoas na família. Quanto ao número de filhos das famílias, foi detectado através da pesquisa que 17,9% dos entrevistados não tem filhos, 17,9% possuem apenas 01 filhos, 32,1% possuem dois filhos, 17,9% possuem 03 filhos, 3,6% possuem 04,05,06 ou 07 filhos. A maioria dos filhos são crianças ou adolescentes e na maioria das vezes não trabalham a terra junto com a família. Verificou-se *in loco*, que os pais desejam que os filhos tenham acesso à educação, por esse motivo, as crianças/adolescentes estão na escola e não na atividade do campo somando força de trabalho. Pode-se observar que 71,4% dos filhos não trabalham na propriedade e apenas 28,6% praticam atividades no campo junto com a família (ver gráfico 11).

Gráfico 11: Número de pessoas que vivem na mesma residência dos participantes do PAA

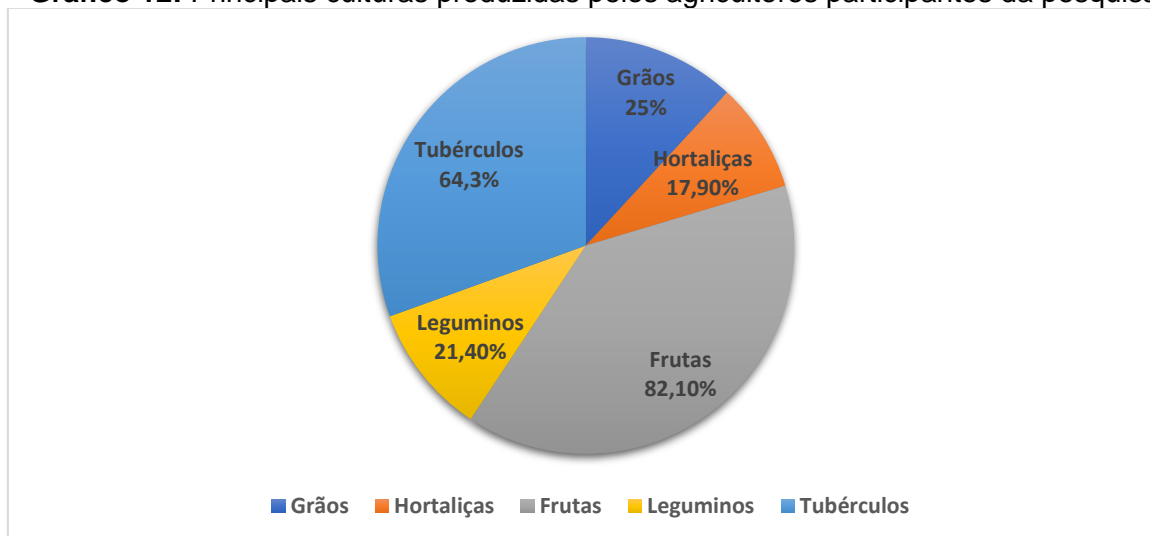


Fonte: Autora, 2018.

Com o intuito de verificar quantos membros da família trabalham na propriedade nos municípios pesquisados, obteve-se o seguinte resultado: 57,1% dos entrevistados possuem até 03 pessoas da mesma família trabalhando na propriedade familiar, 39,3% possuem entre 03 e 05 pessoas trabalhando na unidade familiar e 3,6% tem entre 6 e 8 pessoas trabalhando na mesma propriedade.

Por outro lado, alguns agricultores informaram que contratam mão-de-obra temporária no período da colheita. Justifica-se, pois, como a maioria dos filhos não estão somando força de trabalho, no período de maior demanda, faz-se necessário a contratação, que por sua vez, ocorre de modo informal. O resultado da contratação informal é que os empregos que estão sendo gerados, mas na maioria não impacta no crescimento econômico do município, por falta de controle e gestão eficiente dos órgãos, e substancialmente, impacta na infraestrutura para desenvolver a região.

Em relação ao tipo de cultura produzido, constatou-se que os agricultores produzem uma diversidade de alimentos. Alguns agricultores informaram que mudaram ou diversificaram a cultura para atender as demandas do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. No gráfico 12 são apresentadas as culturas praticadas pelos agricultores familiares dos municípios pesquisados.

Gráfico 12: Principais culturas produzidas pelos agricultores participantes da pesquisa

Fonte: Autora, 2018.

Considerando o gráfico 12, percebe-se que a maior produção corresponde a exploração de cultivo frutíferas, especialmente a banana, a laranja e a goiaba, onde 82,10% dos agricultores exploram estas culturas. Cabe destacar a produção de tubérculos (macaxeira, inhame, cará, batata doce) que corresponde a 64,3% da produção agrícola. Em Bonito-PE, é a região onde existem mais áreas de exploração da cultura da banana (prata, da terra, comprida). Este resultado corrobora com os dados divulgados pelo IBGE, no qual mostra que a região tem uma produtividade de culturas permanentes como a laranja, a goiaba e a banana. Por outro lado, para atender as demandas de mercado, houve uma ampliação do cultivo de culturas temporárias como os tubérculos (macaxeira, inhame, cará). Esses resultados, confirmam de fato, que os agricultores familiares plantam diversas culturas, para atender ao PAA.

O cultivo de orgânico ainda é muito tímido. Porém, algumas culturas, por suas características, são possíveis explorá-los sem uso de químicos (adubos e defensivos agrícolas), é o caso da banana e da batata doce. Contudo, os respondentes informam que colocam veneno para matar o mato das plantações, vulgarmente chamado de “mata mato”, e as culturas podem sofrer influência dessas pulverizações. Na figura 10 é mostrado uma estufa de uma plantação orgânica de hortaliças na região de Bonito-PE.

Figura 9: Estufa com plantação de hortaliças orgânicas no Distrito de Água Vermelha, Bonito-PE



Fonte: Autora (2018).

4.4 Elementos para a sustentabilidade

4.4.1 Capacidade

4.4.1.1 Buscar novas oportunidades de negócios

Dos entrevistados, todos os produtores comercializam por meio do PAA e do PNAE. Porém, grande parte deles buscam outras alternativas para escoar seus produtos. Metade comercializam nas feiras livres; um outro dado importante é que 42,9% ainda vendem para atravessadores, o que implica menor rendimento para essas famílias. Em um menor volume, porém não menos importante, é que uma pequena parte comercializa com o CEASA, o CEACA e com frigoríficos da região. Alguns agricultores da região de Bonito-PE também comercializam com o IPA dessa região (ver tabela 2).

Tabela 2: Formas de comercialização da produção dos agricultores familiares participantes da pesquisa

<i>Formas de Comercialização</i>	<i>Número</i>	<i>(%)</i>
<i>PAA</i>	28	100%
<i>PNAE</i>	28	100%
<i>Férias livres</i>	14	50%
<i>Atravessador</i>	12	42,9%
<i>Frigoríficos da região</i>	1	3,6%
<i>CEASA</i>	2	7,1%
<i>CEACA</i>	1	3,6%
<i>IPA Bonito</i>	2	7,1%

Fonte: Autora, 2018.

A busca por novos mercados é resultado de uma séria de fatores, tais como limite no valor de venda para os Programas de governo, que reflete no tamanho da área produzida e no volume de produção. Uma parte significativa dos entrevistados ainda permanecem vendendo para atravessadores, e isso tem impacto direto na renda das famílias. Alguns produtores informaram que muitas vezes tem vontade de deixar de trabalhar a terra devido às condições da comercialização e a falta de subsídios recebidos dos representantes dos governos que não absorvem toda a produção.

De acordo com Grisa *et al.* (2011), o PAA sinaliza um novo estágio na comercialização, sobretudo, dos produtos oriundos da agricultura familiar. O Programa abre um canal que garante a comercialização para essa categoria, lançando mão de mecanismos diferenciados. Ademais, a garantia de comercialização significa o fortalecimento da autonomia dos agricultores em relação aos atravessadores.

Foi possível verificar essa independência comercial do produtor em relação aos atravessados quanto se tratou da comercialização dos produtores antes de aderirem ao PAA (ver tabela 3).

Para manter a sustentabilidade da agricultura familiar, é necessário que exista infraestrutura e canais de comercialização da produção. Foram feitos diversos apontamentos sobre a dificuldade de vender toda produção, nas condições atuais. A maioria dos produtores não conseguem escoar tudo que produz devido a vários fatores, dentre eles, dificuldades no acesso as regiões produtoras.

Grisa *et al.* (2011), aponta que existem grandes dificuldades para transportar os produtos do local de produção até o local de consumo. Essas dificuldades se materializam nas condições precárias das estradas, carências de veículos e custos elevados que são fatores que limitam a participação e a execução do PAA.

Tabela 3: Formas de comercialização dos agricultores antes de aderir ao PAA

<i>Formas de comercialização</i>	<i>Número</i>	<i>(%)</i>
<i>Atravessadores</i>	18	58%
<i>Feiras livres</i>	9	29%
<i>CEASA</i>	0	0%
<i>CEACA</i>	3	10%
<i>Frigoríficos</i>	1	3%

Fonte: Autora, 2018.

De acordo com a tabela 3, a maioria dos agricultores vendiam seus produtos para atravessadores e em feiras livres antes de aderir ao PAA. Muitos relataram que existiam muita dificuldade de vender a produção que antes era constituída, basicamente, por cana-de-açúcar, macaxeira e mandioca. Outros relataram que produziam uma quantidade menor, em decorrência da falta de mercado.

“Eu vendia nas feiras, mas para a cooperativa ficou bem melhor. As vezes a produção se perdia” (fala dos entrevistados, 2018).

“Antes não produzia muito e vendia principalmente para os atravessadores” (fala dos entrevistados, 2018).

Como apontado na literatura, o Programa de Aquisição de Alimentos, tem contribuído de forma significativa para a viabilidade na venda da produção da agricultura familiar. Por outro lado, estudos também apontam limitações quanto ao

valor máximo que o agricultor pode vender para os Programas de governo. Nesse aspecto, alguns entrevistados informaram que por ter um limite de valor anual, muitos produtos se perdem na roça ou ainda que eles são destinados aos atravessadores, o que muitas vezes, desanima os produtores de continuarem trabalhando a terra.

Vale salientar que os agricultores vêm ao longo dos anos, adaptando-se a dinâmica dos mercados locais e da demanda originada a partir da organização da cooperativa e da participação no PAA e no PNAE. Foi verificado que, os agricultores mudaram suas culturas ou mesmo plantam várias culturas como a banana o cará, o inhame, etc, buscando, efetivamente, garantir a renda da família. Outros relataram que, com orientações da assistência técnica vem adaptando os tipos de culturas e o período de produção. Ainda, os agricultores têm aumentado a área de plantio com o objetivo de aumentar a produção como também para atender a dinâmica dos Programas e do mercado.

As estradas para acesso a zona rural dos municípios pesquisados não possuem asfaltos. A falta de pavimentação tem impactos negativos na vida das famílias produtoras. Além disso, ainda existem dificuldades referente as condições climáticas da região que, no período de chuva deixa as estradas inacessíveis, o que, por vezes, gera perda da produção e o produtor tem perda no rendimento. Mais da metade dos entrevistados, informaram que não conseguem vender tudo que produz por diversos fatores. Alguns fatores são ressaltados como a falta de infraestrutura no que se refere ao acesso aos ambientes produtivos, o preço de mercado dos produtos muito baixo também faz com que o custo do produtor aumente e assim inviabilize o escoamento da produção. Por outro lado, grande parte dos entrevistados, relataram que conseguem vender toda produção porque foram diversificados os canais de comercialização. Na figura 10 é mostrado uma região de cultivo dos agricultores.

“Existe dificuldade de vender toda a produção, porque tem hora que não tem preço. As vezes a gente colhe a produção, mas não tem como vender tudo para a cooperativa, porque não tem como ela entregar tudo também” (fala do entrevistado, 2018).

“Hoje a dificuldade é por conta de transporte e estradas. No inverno a gente perde a banana porque não tem como sair daqui”. (fala do entrevistado, 2018)

“Tenho dificuldade de vender toda produção porque a cooperativa não suporta toda a produção da gente. A diferença de preço da cooperativa para o atravessador é o lucro todinho da gente”.

Figura 10: Região de plantio dos agricultores de Monte Sombrio, Bonito-PE



Fonte: Autora, 2018.

A figura 10 mostra a região onde os agricultores trabalham no município de Monte Sombrio-Bonito. A região tem características físicas das regiões de serras e montanhas. O acesso ao local de plantio é por estradas de terra, vale salientar que no período que foi feita a pesquisa já existia dificuldade de acesso, após as chuvas a região apresenta maiores dificuldades, de acordo com relatos dos entrevistados.

4.4.1.2 Acesso aos serviços técnicos

O acesso aos serviços técnicos aumenta a capacidade produtiva dos agricultores. De acordo com Castro (2015), a extensão rural visa promover o

aumento da produção dos estabelecimentos, tanto agropecuário quanto agrícola, [...] as tecnologias vigentes para a exploração agrícola, visa promover o desenvolvimento sustentável, principalmente no que se refere agricultura familiar. O autor salienta também que a inclusão de instituições não estatais na prestação de serviços técnicos, busca construir um modelo adaptado para cada região, desmembrando os sistemas estatais da década de 90 e; esse novo conceito permite a inclusão de novos atores no sistema, como por exemplo, as cooperativas.

Grisa et al. (2011), argumenta que a falta de assistência técnica aos participantes do Programa é um fator limitante. Dificulta a organização, o planejamento da produção e o atendimento da qualidade dos produtos exigidos pelo PAA. Percebeu-se que, no que concerne a assistência técnica vinculada ao PAA, os agricultores estão desassistidos. Grisa et al (2011), ainda salienta que é preciso que haja uma melhor articulação entre as políticas de apoio à produção e a comercialização desse grupo social.

Todos os agricultores desse estudo receberam algum tipo de assistência técnica agrícola. Principalmente, por meio da COOPEAFA, que assiste aos agricultores familiares cooperados. Vale ressaltar que os entrevistados da Região de Bonito recebem visitas técnicas por meio do IPA de Bonito, principalmente os agricultores da Distrito de Engenho Floresta, que informaram também participar do PAA executado pelo IPA de Bonito, na modalidade Compra com Doação Simultânea e que abastece as escolas municipais da região. Um participante da pesquisa informou que, após fazer parte do Programa, vem recebendo visitas técnicas.

Alguns entrevistados relataram que aumentou a produtividade e diversificou-se a produção após as orientações da assistência técnica agrícola. E que, criou-se uma conscientização a respeito da diminuição do uso de inseticida e agrotóxico nas plantações, e que, muitas vezes, os agricultores substituem o agrotóxico por insumos menos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

4.4.1.3 Acesso a financiamento

Dos agricultores familiares que financiaram as atividades agrícolas, 53,3% declararam ser usuário do PRONAF. Dos que responderam que já financiaram suas atividades por meio do PRONAF, 70% declararam que o financiamento atendeu de forma satisfatória. Porém, para 25% dos entrevistados, o financiamento não supriu

as necessidades de financiamento da produção. Alguns apontam a falta de mais programas de financiamento da produção agrícola familiar e que muitas vezes eles não conseguem pegar empréstimos por conta da burocracia existente. Registre-se que, 10% dos respondentes buscaram outras formas de financiar a produção, lançando mão de empréstimos particular ou bancário, que praticam taxas superiores aos programas de financiamento da agricultura familiar, como no caso do PRONAF.

Por um lado, os resultados mostram as dificuldades das políticas de financiamento em atender aos agricultores familiares, principalmente, porque exige maior grau de organização, que muitas vezes, os agricultores não tem, e por outro, aponta o grau de inovação dos agricultores, por assumir o risco de financiar a produção agrícola, que tem características peculiares, apontados pelos entrevistados, como a incerteza de que terá um retorno do investimento realizado.

4.4.2 Equidade

4.4.2.1 Melhoria na qualidade de vida

A qualidade de vida, é definida por Armatya Sen e Nussbaum como a representação de uma combinação de coisa que uma pessoa é capaz (capacitações) de fazer ou ser, e as funcionalidades, que representa partes do estado de uma pessoa, as várias coisas que ela faz ou é (SERGIO; FREITAS *apud* SEN e NUSSBAUM, 1995). Isso significa dizer que a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar as funcionalidades - desde nutrir-se, ter saúde, educação, até autorrespeito e integração social - (SERGIO; FREITAS, 2013).

Salas e Garzón (2013) argumenta que a qualidade de vida é como a percepção por parte dos indivíduos ou grupos de que satisfazem suas necessidades e não negam as oportunidades em busca de alcançar um estado de felicidade e realização pessoal. Também está relacionada a valorização subjetiva do estado de saúde, que está relacionado com sentimento de autoestima e a percepção de pertencimento a uma comunidade por meio da integração social.

“La calidad de vida puede definirse como bienestar subjetivo, reconociendo que la subjetividad de ésta es una de las claves para la comprensión de su estructura.

La calidad de vida refleja la diferencia, al vacío, entre las esperanzas y expectativas de una persona e su experiencia actual” (SALAS; GARZÓN, 2013).

Na pesquisa, utilizou-se das variáveis educação, saúde, melhoria na qualidade dos alimentos, compra de bens duráveis e participação política, como também foi verificado *in loco* a participação da mulher nas atividades e no negócio.

De acordo com os dados da pesquisa, no que concerne ao acesso à educação, foi sinalizado que os filhos dos agricultores estudam principalmente em escolas da rede pública. De forma geral, os entrevistados sinalizaram que participar do Programa de Aquisição de Alimentos tem contribuído para manter os filhos na escola. Mesmo porque, eles disseram que queria um futuro diferente para os filhos, o que sinaliza que a nova geração não gostaria de permanecer no campo. Mesmo não podendo matricular os filhos em escolas particulares, a renda auferida com o trabalho ajudou a comprar material escolar. A tabela 4 mostra a percepção dos agricultores quanto aos aspectos sociais do PAA.

Tabela 4: Percepção dos agricultores quanto aos aspectos sociais do PAA

<i>Aspectos sociais do PAA</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não soube informar</i>
<i>Participar do PAA tem possibilita que os filhos tenham acesso à educação?</i>	57%	7%	36%
<i>Após adesão ao PAA houve melhoria na saúde da família?</i>	39%	4%	57%
<i>Houve melhoria na qualidade dos alimentos consumidos por sua família após aderir ao PAA?</i>	82%	7%	11%
<i>Houve aquisição de bens duráveis após adesão ao PAA?</i>	61%	25%	14%
<i>Houve mais participação política após aderir ao PAA?</i>	96%	4%	

Fonte: Autora, 2018.

De acordo com a tabela 4, a participação no Programa ajudou a manter os filhos na escola para 57% dos entrevistados. 36% não soube informar, porque os filhos já haviam terminado os estudos e por isso não tem relação com a participação no Programa. Em relação a melhoria na saúde da família, procurou-se saber se ao ter a garantia da renda de parte da produção, se os agricultores buscaram fazer

exames, comprar remédios, cuidar da saúde. Dos respondentes, 39% afirmou que houve melhoria na saúde da família, porque houve um aumento na renda, o que antes não era possível devido a necessidade de vender para os atravessadores, o que implicava em uma menor renda para o agricultor. Alegou-se que o serviço de saúde do município é precário, e assim, o acesso ao médico, exames e cirurgias foram realizadas por meio de médico particular como também ajudou a comprar medicamentos. Para 4% da amostra, não houve melhoria na saúde e, 57% não soube responder se houve melhoria na saúde.

No que concerne à melhoria na alimentação, 82% dos entrevistados disse que houve melhoria na qualidade do alimento consumido. Foi apontado que, devido a diversificação dos alimentos plantados, a família pode alimentar-se melhor. Outro entrevistado informou que houve melhoria da qualidade dos alimentos, devido a substituição do cultivo tradicional pelo cultivo de orgânico, que alimenta toda família. Apenas 18% alegaram que consomem os mesmos alimentos que consumiam antes de aderir ao PAA. De forma significativa, percebe-se que os agricultores estão alimentando-se melhor, por um lado, devido a garantia da renda gerada com a venda dos produtos e, por outro, devido a diversificação do cultivo de alimentos.

Em relação a compra de bens duráveis, 61% dos entrevistados adquiriram bens móveis ou imóveis após aderir ao PAA. Alguns entrevistados construíram casas e a maioria comprou motos ou carros. Aqueles que não adquiriram bens móveis ou imóveis, investiram em tecnologia (material de irrigação) para atender ao aumento da área plantada.

“...de móveis eu não tenho quase nada, mas depois que entrei no Programa eu fiz uma casa para mim” (fala do entrevistado, 2018).

“Eu já participo do PAA há quatro anos, no meu caso eu já reformei a minha casa, coloquei madeira nova, já comprei um carro e uma moto” (falo do entrevistado, 2018).

“...com certeza, a gente não tinha quase nada, tudo que a gente tem hoje é por conta do Programa” (fala do entrevistado, 2018).

Vale salientar que, o agricultor provido de recursos, aumenta sua capacidade de auferir renda, pois, com a compra de bens como carro, por exemplo, pode-se alugar o veículo para transportar mercadorias da comunidade, como também, levar seus produtos para vender em outros lugares que antes não era possível. Nesse aspecto, o Programa tem demonstrado um certo grau de sustentabilidade para as famílias, que, devido aos adendos gerados, tem tido acesso a meios de produção e manutenção da agricultura familiar na região desse estudo.

No que concerne a participação política, 96% declaram que após a adesão ao PAA tem participado mais efetivamente das reuniões na cooperativa. As comunidades de agricultores familiares possuem suas próprias organizações ou associações, principalmente na região do Bonito-PE.

“Sou representante da comunidade e a gente sempre atua junto a COOPEAFA e o IPA. A gente já convidou o poder público, mas o poder público local é ausente da comunidade rural” (fala do entrevistado, 2018).

“Sim, já fui um “bocado” de “vez” para reuniões, mas depois da cooperativa” (fala do entrevistado, 2018).

Percebe-se que a comunidade, a partir das suas organizações sociais, tem um sentimento de pertencimento. Ao participar das decisões, pode-se aumentar a autoestima, gerar aprendizado, incluir-se socialmente, participar do processo político e das decisões a respeito da execução do Programa e conscientizar-se sobre a importância social da agricultura familiar local, regional e, no âmbito de maior ampliação do conhecimento, entender os mecanismos das políticas públicas que visa desenvolver o meio rural.

4.4.2.2 Prover recursos, oportunidades e capacidades

De acordo com a dados da pesquisa, os agricultores participantes do PAA, tem, por meio do Pronaf, garantido parte dos recursos que financiam a produção. Ainda, existem outras instituições que visam incentivar a agricultura familiar por meio de

capital financeiro. Os agricultores familiares das três regiões pesquisadas, tem acesso ao financiamento do Pronaf por meio da Cooperativa, pois é necessário que o agricultor possui DAP para se beneficiar com os recursos do Pronaf, ou seja, é necessário cumprir uma série de requisitos que muitas vezes os impedem de financiar a produção.

Nesse estudo, procurou-se identificar as políticas públicas ou programas de fomento da agricultura familiar executada no município. E dessa forma, pode-se constatar, junto aos entrevistados e ao gestor da COOPEAFA, que, dentre os diversos programas que visam desenvolver a atividade agrícola rural, cinco deles estão presentes de forma mais expressiva na região pesquisada, relatadas no quadro 6:

Quadro 6: Os instrumentos de política agrícola presentes nos municípios Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE

Programa	Descrição	Parceria	Finalidade	Beneficiários
PNAE	O programa compra da produção dos agricultores familiares local ou das organizações, como a COOPEAFA.	Prefeituras municipais em parceria com a COOPEAFA	Garantir renda ao agricultor e contribuir com a nutrição de alunos da rede pública de ensino	Agricultor familiar e estudantes da rede pública
PRONAF	Linha de crédito que visa financiar a produção do agricultor familiar	COOPEAFA em parcerias com os órgãos de financiamento	Aumentar a capacidade produtiva dos agricultores familiares	Agricultor familiar
PAA	Garantia da venda de parte da produção dos agricultores familiares	CONAB em parceria com a COOPEAFA	Garantia de remuneração dos fatores de produção e contribuir para o combate a fome de populações carentes	Agricultor familiar e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

Continua na próxima página

Quadro 6: Os instrumentos de política agrícola presentes nos municípios Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE. Continuação.

PGPM	Visa diminuir oscilações na renda e assegura a remuneração mínima do trabalho	CONAB junto a COOPEAFA/ produtor rural	Age para regular a oferta, incentiva a comercialização	Cooperativas e agricultores familiares
ATER	Visa ampliar conhecimento e oferta tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda dos agricultores.	IPA em Bonito e a COOPEAFA nos municípios da pesquisa	Auxilia na estruturação e melhoria da produção	Agricultor familiar
Compra Institucional	Aquisição de alimentos da agricultura familiar e facilidade de acesso no mercado das compras públicas	Forças Armadas e COOPEAFA	Visa o incentivo da produção familiar, fortalecer a economia local e estimular hábitos de alimentação saudável.	Organizações Públicas e Agricultor familiar

Fonte: Autora, 2018.

4.4.2.3 Inclusão da Mulher

A emancipação está relacionada um tema debatido na sociedade contemporânea: o “empowerment” ou empoderamento dos sujeitos ou comunidades. Em conformidade com Baquero (2012), o empoderamento das mulheres agricultoras está relacionado ao processo de capacitação, da conquista ao direito de exercer a cidadania plena, de serem atuante na defesa dos seus interesses e na participação na economia local, como forma de serem protagonistas da própria história. A figura 11 mostra uma agricultora familiar que participa do PAA.

Figura 11: Agricultora familiar que produz banana no Distrito de Engenho Floresta, Bonito-PE



Fonte: Autora, 2018.

Nessa perspectiva, percebe-se que as mulheres vêm aumentando sua participação social, principalmente, no que se refere a dinamização da economia local, pois, agora ela pode ser protagonista, no que se refere a decisão de consumo, administração do lar na perspectiva da educação e alimentação dos filhos.

Sen (2000), argumenta que a liberdade envolve os processos que permitem a liberdade de ações e de tomada de decisão em harmonia com as oportunidades pessoais e sociais.

Partindo dessa premissa, a liberdade da mulher pode ser entendida como a livre adesão e participação ao PAA. A condição de agente ativa das mulheres tem impactos significativos no bem-estar feminino – a garantia do direito de ir e vir na sociedade em que vivem, a participação na economia local e o direito de representação política.

“Há provas consideráveis de que as melhores condições socioeconômicas das mães, reduzem a mortalidade das crianças. [...] normalmente as mães dão bem-estar aos

filhos e oportunidades – quando sua condição de agente é respeitada e fortalecida – de influenciar as decisões familiares” (SEN, 2000).

Dessa forma, pode-se afirmar que, a qualidade de vida das famílias depende da forma com as mulheres lidam com sua realidade social, como se organizam, como são inseridas na sociedade, na democracia participativa vigente, autogestão e movimento social autônomo. Esses elementos democráticos apoiam a liberdade e a capacidade legitimada a mulher por meio da ativa participação no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e as outras formas de comercialização da produção apontadas nesse trabalho.

“...o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação a realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder” (BAQUERO, 2012a. p.181).

É salutar que a participação da mulher no PAA tem gerado impactos significativos. Contudo, percebeu-se que as agricultoras familiares ainda detêm pouca informação a respeito do negócio familiar e da importância de seu protagonismo social e econômica. As mulheres compõem 36% da amostra deste trabalho. Foi diagnosticado que 70% delas possuem o ensino fundamental completo e 30% o segundo grau completo. Estudos apontam que quanto maior o grau de conhecimento da mulher, maior a qualidade de vida dos filhos, e isso, permite que no futuro, essas crianças se desenvolvam e angariem modos de vidas melhores ou mais sustentáveis.

Em relação a gestão da propriedade, salienta-se que, quando tratou-se sobre a renda, quantidade produzida e área produzida antes da adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, a maioria das mulheres não soube informar quanto era o rendimento da família. Entretanto, ao analisar essas mesmas variáveis após a adesão ao PAA, registrou-se que algumas agricultoras familiares souberam informar sobre os rendimentos, e uma grande parte ainda não detém esse

conhecimento. Vale salientar que quando se tratou da área produzida, a maioria das entrevistadas sabiam qual a área de produção, mas não sabiam quanto se produzia.

Esses dados podem indicar aspectos importantes da inserção da mulher no desenvolvimento do espaço rural. Um primeiro aspecto, pode estar relacionado com a falta de educação do adulto, o que implica em desinformação econômica ou social da atividade agrícola. Um segundo aspecto, pode estar relacionado ao tempo de experiência das mulheres na gestão/cogestão do negócio familiar, *vis-à-vis*, o tempo destinado as obrigações domésticas.

4.4.3 Aspectos da Sustentabilidade

4.4.3.1 Aspectos ambientais dos agricultores familiares participantes do PAA

Em relação aos cuidados com o meio ambiente em que vivem e trabalham, percebe-se que a maioria dos agricultores se preocupam com as externalidades da atividade agrícola, mesmo que em pequena escala, a exploração agrícola demanda grande parte dos recursos naturais (terra, água, solo, etc.).

De acordo com a pesquisa, 71,4%, fazem uso de algum tipo de defensivo agrícola, enquanto 28,6% informou não usar defensivos, seja porque substituiu por adubo orgânico como esterco de vaca ou devido ao tipo de cultura produzida, como também fazem uso do óleo mineral, como informado pelos entrevistados. Porém, ao se questionar se há reciclagem ou devolução dos recipientes, 11,1% informou que não devolve ou recicla as embalagens, enquanto a grande maioria dos entrevistados dá algum destino as embalagens, como a queima ou mesmo devolução.

Em relação ao uso de técnicas alternativas de cultivo que agridam menos ao meio ambiente, 60,7% tem alguma plantação de orgânico, como foi explanado, os agricultores fazem uso de agrotóxico ou não, de acordo com o tipo de cultura produzido. O cultivo da banana, da batata doce e das hortaliças, requer menos uso desses produtos e, assim, eles entendem que agridem menos ao meio ambiente. Enquanto que 39,3% não usam nenhuma técnica agroecológica.

Ao se verificar se existem incentivos à produção de orgânicos, os resultados demonstraram que a grande maioria dos entrevistados, 66,7% já recebeu alguma orientação para cultivar orgânico, enquanto que 29,6% informou não ter recebido

nenhum incentivo para mudar as técnicas de cultivo da sua plantação. A tabela 5 mostra a percepção dos agricultores familiares sobre preservação do meio ambiente.

Tabela 5: Percepção dos agricultores familiares sobre preservação do meio ambiente

<i>Aspectos sobre preservação dos recursos naturais</i>	<i>Sim (%)</i>	<i>Não (%)</i>
<i>Preservar a mata</i>	58%	
<i>Uso do solo</i>	17%	
<i>Descarte de material</i>	4%	
<i>Uso de agrotóxico/inseticida</i>	13%	
<i>Cuidado com os animais silvestres</i>	4%	
<i>Rotação de Cultura</i>	4%	
<i>Há preocupação em preservar os recursos naturais?</i>	96%	4%

Fonte: Autora, 2018.

As informações evidenciam a percepção dos agricultores sobre o aspecto da preservação do meio ambiente. Quando se trata de preservação do meio ambiente, os agricultores compreendem, principalmente, que tem relação com a natureza, e devido a esse fato, a maioria fez referência a preservação das matas como forma de cuidar dos recursos naturais. Ficou mais evidente que os agricultores familiares, de forma geral, preocupam-se em preservar a mata e fazer menos uso de produtos químicos, por ter consciência da importância da preservação do meio natural para manutenção de atividade agrícola no longo prazo.

Em síntese, no que diz respeito às questões ambientais, os agricultores familiares que participam do PAA, tem um certo grau de cuidado com a natureza e uma consciência sobre as formas de preservação, de forma geral, e de forma particular, o agricultor e seus familiares dão contribuição, em menor escala, para preservar a natureza, *in loco*, onde pratica-se a atividade agrícola. A figura 12 mostra uma nascente preservada por produtores familiares.

Figura 12: Preservação de uma nascente no Distrito de Monte Sombrio, Bonito-PE



Fonte: Autora, 2018.

4.4.3.2 Aspectos econômicos dos agricultores participantes do PAA

Para analisar os aspectos econômicos da atividade agrícola, utilizou-se as variáveis, renda, preço, quantidade produzida, custos da produção. No que concerne a renda líquida, que é obtida após os dispêndios incorridos na produção, foi feita uma média para os agricultores que souberam informar os custos e a renda mensal.

$$Renda\ líquida\ (RL) = receita\ total - custo\ total$$

Dos respondentes, 39% soube informar sobre a renda, enquanto 61% não soube informar. Dos agricultores que souberam informar o valor aproximado da renda e dos custos mensais, a renda média foi de aproximadamente R\$ 12.788 reais mensais.

Se a *RL* for maior ou igual a 0, isso indica que a atividade é estável e tem possibilidade de expansão. Quando a *RL* é negativa, mas a receita gerada cobre pelo menos os custos operacionais, o produtor incorre em descapitalizar-se, no

entanto a atividade deve se manter no médio prazo (GUIDUCCI; LIMA FILHO; MOTA, 2012).

Considerando que as propriedades visitadas, tem uma renda líquida maior que zero, é fundamentalmente um indicativo de que, há sustentabilidade econômica da atividade agrícola. Nesse aspecto, o nível da renda (R) do agricultor foi maior do que 0, ou seja, $R > 0$. Demonstra-se, com esse resultado que o agricultor tem motivações para continuar produzindo e vendendo para o PAA. Na tabela 6 apresenta-se a faixa de renda dos agricultores familiares após adesão ao PAA.

Tabela 6: Faixa de renda dos agricultores familiares após participação no PAA

<i>Faixa de Renda dos agricultores (R\$)</i>	<i>Número</i>	<i>(%)</i>
937,00 a 2.000,00	6	20%
2.001,00 a 3.000,00	1	3%
3.001,00 a 5.000,00	3	10%
5.001,00 a 8.000,00	2	7%
8.0001,00 a 10.000,00	1	3%
10.0001,00 a 15.000,00	3	10%
15.001,00 a 20.000,00	1	3%
20.001,00 a 25.000,00	2	7%
Mais de 25.000,00	0	0%
Não soube informar	11	37%

Fonte: Autora, 2018.

Na tabela 6 tem-se as faixas de renda dos agricultores familiares, onde 63% conhece a renda líquida da produção. A maior parte dos agricultores possuem renda entre R\$ 927, 00 reais a R\$ 2.000,00 reais. Ainda aqueles agricultores que são souberam precisar a renda mensal, informaram que a renda auferida cobre os custos da produção.

Ao perguntar sobre a renda dos agricultores antes de sua participação no Programa, para os que tinha conhecimento do valor aproximada da renda, informaram que era em torno de 30% a 50% da renda atual. A maior parte dos entrevistados não soube precisar os valores, porém informaram que a renda era muito menor que a renda atual.

Em relação as quantidades produzidas, antes do Programa os agricultores relataram que a produção era mínima e que tinham pouca diversificação. Após a adesão ao Programa, os agricultores aumentaram a quantidade produzida bem como a diversificação da produção, com a finalidade de atender as novas exigências do mercado.

No que se refere à área produzida, o aumento foi bastante significativo, principalmente porque o aumento da área de plantio está associado ao aumento das quantidades produzidas bem como a diversificação das culturas. Em média, os agricultores aumentaram a área produzida em pelo menos 2 hectares após adesão ao PAA. A tabela 7 apresenta as faixas de área média em hectare dos estabelecimentos dos agricultores familiares.

Tabela 7: agricultores familiares – área média dos estabelecimentos (em ha)

<i>Área média da propriedade</i>	<i>Número</i>	<i>(%)</i>
<i>Menos de 2 hectares</i>	6	26%
<i>2 a 4 hectares</i>	7	31%
<i>5 a 8 hectares</i>	7	31%
<i>9 a 12 hectares</i>	1	4%
<i>13 a 16 hectares</i>	1	4%
<i>Mais de 16 hectares</i>	1	4%

Fonte: Autora, 2018.

Ao observar a tabela 7, percebe-se que a maioria dos agricultores familiares possui área média entre 2 e 8 hectares. Uma menor área de produção possibilita que a mão-de-obra seja predominantemente familiar. Contudo, os agricultores que possuem acima de nove hectares, já lançam mão de maior força de trabalho não familiar, e fazem contratações temporárias, principalmente no período de plantio e de colheita da produção, conforme relatos dos entrevistados.

O aumento do rendimento por hectare está associado também com a tecnologia. Nos municípios pesquisados os agricultores fazem uso da irrigação para ter capacidade de produção ininterrupta, fertilizantes e defensivos contra as pragas, principalmente para lavouras como os grãos e, frutas como a goiaba. De acordo com Alves (1986), além das técnicas citadas presentes na região da pesquisa, o aumento do rendimento por hectare também está associado ao aumento do rendimento das explorações existentes, ou substituição da exploração por outras

de nível mais elevado de rendimento, como a pecuária extensiva por intensiva ou por culturas anuais e perenes.

Outro aspecto importante sobre o aumento da área de cultivo é que esta pode estar associada ao emprego de mais mão-de-obra. E, como a migração rural-urbana afeta a oferta de trabalho no campo, é necessário que haja políticas públicas que favoreçam a permanência do homem no campo e que contribua favoravelmente sobre a oferta de trabalho. A figura 13 mostra uma família de agricultores familiares.

Figura 13: Produtores de inhame e cará na região do Distrito de Engenho Floresta, Bonito-PE



Fonte: autora, 2018.

Na figura 13 tem-se (pai e filho) apresentando dois produtores que aumentaram as áreas de plantio após a adesão ao Programa e onde a exploração é predominantemente familiar, no cultivo e na colheita da lavoura. A figura 14 refere-se a uma plantação diversificada de hortaliças.

Figura 14: Diversificação da produção de hortaliças (coentro e alface)



Fonte: Autora, 2018.

Na figura 14 mostra-se vários tipos de hortaliças cultivadas (coentro, alface americana, alface lisa, alface crespa) que tem em média 40 dias para a colheita. Essas culturas permitem maior aproveitamento do uso de tecnologia e do uso de recursos naturais.

4.4.4 Percepção dos agricultores familiares quanto a participação no Programa de Aquisição de Alimentos

No conjunto de questões do bloco 4, procurou-se verificar a percepção dos agricultores sobre o PAA e sua importância para sustentabilidade da agricultura familiar da região. Em média, os agricultores participam do PAA, há pelo menos dois anos, com uma amplitude de 9 anos, ou seja, no mínimo um ano e no máximo dez anos.

Os agricultores familiares têm percebido a importância do PAA, porque tem gerado renda para as famílias e vem corroborando para uma melhor qualidade de vida. Com base nos dados, percebe-se que, o agricultor depende de políticas como o PAA e o PNAE porque tem impacto positivo na vida das famílias (ver tabela 8).

Tabela 8: Percepção dos agricultores familiares quanto a execução do Programa nos municípios de Bonito-PE, Camocim de São Félix-PE e Sairé-PE

<i>Participação no Programa de Aquisição de Alimentos</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não soube informar</i>
<i>Participa de outras modalidades do PAA além da Compra com doação simultânea?</i>		100%	
<i>Recebe incentivos para produzir orgânicos?</i>	66,7%	29,6%	3,7%
<i>Existem regularidade dos pagamentos do PAA?</i>	67,9%	32,1%	
<i>Há dificuldades na entrega dos produtos ao PAA?</i>	7,13%	92,87%	
<i>Recebe visitas técnicas com regularidade</i>	96%	4%	
<i>O PAA contribuiu para desenvolver a agricultura local?</i>	96%		4%

Fonte: Autora, 2018.

Em relação as modalidades executadas pelo PAA no município, verificou-se que eles participam da Modalidade Compra com Doação Simultânea que é executada pela CONAB em parceria com a COOPEAFA. Foi identificada que, nos municípios desse estudo, a CONAB executa apenas esta modalidade (PAA DATA, 2018).

Ao verificar se eles recebem incentivos para produzir orgânicos, 66,7% já recebeu alguma orientação, porém há baixa adesão a este tipo de cultura.

Ao se questionar se existem atrasos nos pagamentos, 67,9% informou que há atrasos nos repasses dos pagamentos, informaram também que os atrasos, muitas vezes, dificultam o acesso a compra de matéria-prima ou pagamento dos trabalhadores temporários. Quando se trata da regularidade da entrega dos produtos, 92,87% informaram que entregam a mercadoria nos prazos solicitados. Na entrevista com o gestor da COOPEAFA, ele informou que busca alinhar os agricultores familiares do agreste a sertão, e que em 2017, vendeu R\$ 3.600.000,00. Contudo, não consegue comprar toda mercadoria que cada agricultor produz.

Visando minimizar as perdas dos agricultores, a COOPEAFA está com um projeto de desenvolvimento de uma beneficiadora de alimentos, visando, equilibrar os preços de mercado e contribuir para minimizar as perdas dos agricultores. Segundo o Presidente da COOPEAFA, o mercado é livre e os agricultores tem produtos para vender, mas é preciso que tenha infraestrutura para atender a novos

mercados. Contudo, ainda falta incentivos público e privado para desenvolver a região.

Em relação as visitas técnicas, 96% são orientados pelo técnico agrícola da COOPEAFA. Vale ressaltar que na região de Bonito-PE, os agricultores têm subsídio do IPA no que concerne a orientação técnica, de acordo com informações colhida com os agricultores.

Em relação a contribuição do PAA para o desenvolvimento da agricultora local, 96% informou que o PAA ajudou a desenvolver agricultura na região.

“Se não fosse o Programa, a gente tinha que parar de trabalhar” (fala do entrevistado, 2018).

“Desenvolveu a agricultura local, a gente planta outras culturas hoje” (fala do entrevistado, 2018).

“Sim, porque você vai trabalhar sabendo que tem um preço certo para vender sua mercadoria, e sem o Programa você não tem um preço fixo, isso ajuda muito” (fala do entrevistado, 2018).

“Contribuiu, depois do Programa todo mundo aumentou a área produzida” (fala do entrevistado, 2018).

Percebe-se na fala dos entrevistados que, o PAA tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura na região, principalmente, pela garantia na absorção de parte da produção, que antes os agricultores não possuíam. De acordo com os relatos, o agricultor tem condições de permanecer no campo, auferindo renda da terra, fazendo planos para o futuro e garantindo acesso a bens a uma melhor qualidade de vida.

Ainda, foi questionado se o PAA deixasse de existir, quais seriam as perdas para os agricultores. As respostas dos entrevistados constam no quadro 7.

Quadro 7: Percepção dos agricultores caso fosse extinguido o Programa de Aquisição de Alimentos

A perda seria muito grande
Iria continuar vendendo, porém bem menos
Seria ruim, porque quando o preço no mercado está menor a gente vende para o governo
A perda seria total, o ano passado foi vantajoso, mas devido aos cortes para o Programa esse ano a quantidade comprada foi reduzida
A gente ia sentir muita diferença
Teria muito desperdício porque na feira a gente vende pouco, e para a Cooperativa a gente vende mais
A gente teria que produzir menos porque não teria como vender
Iria ter que diminuir a área plantada, porque mesmo vendendo para atravessador ele não pega a mercadoria toda
As perdas seriam porque você não pode plantar muito sem ter para quem vender a mercadoria. Quando o preço está bom chega muito comprador, mas quando está ruim não chega ninguém para comprar
As perdas seriam de 50% da produção, porque as feiras livres não dão estabilidade como o agricultor precisa

Fonte: Autora, 2018.

Em síntese, os relatos revelam que, para a maioria dos entrevistados as perdas seriam enormes, caso o PAA deixasse de existir. É perceptível que o PAA e outros Programas como o PNAE, contribuem para manutenção da atividade agrícola na região. É salutar que, quanto maior for a produtividade, maiores serão as perdas.

Por isso, alguns entrevistados, informaram que, se não houvesse o Programa, eles conseguiriam vender a produção, pois, verificou-se, *in loco*, que esses agricultores produzem em menor escala e por isso dependem menos de Programas de governo para vender seus produtos que são escoados para frigoríficos da região.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi desenvolvida para verificar a influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na sustentabilidade da agricultura em Pernambuco.

Para alcançar o objetivo geral foram elaborados quatro objetivos específicos. O primeiro consistiu em **Identificar e analisar os desdobramentos dos meios de comercialização utilizados para os produtos da agricultura familiar no sentido de facilitar ou obstaculizar as vendas da produção**. Após análise dos dados, verificou-se que os agricultores familiares comercializam por meio do PAA e do PNAE e em um menor percentual, por meio da Modalidade Compra Institucional. Contudo, grande parte dos agricultores vendem seus produtos para atravessadores, principalmente, por não conseguir vendê-los aos Programas de governo.

É salutar que existem algumas barreiras, principalmente em relação ao valor de cada proposta por agricultor por ano civil, que é de R\$ 8.000,00 reais para o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea. Esta modalidade é a única executada pela CONAB na região da pesquisa, tendo em vista que, para que fosse possível executar a modalidade CPR Estoque, demandaria infraestrutura, como local de armazenamento e beneficiamento dos produtos, a qual a COOPEAFA ainda não dispõe.

Ressalta-se também que os agricultores produzem com a finalidade de comercializar a produção, ou seja, venda no mercado competitivo e por isso, muitos se adequaram as novas demandas de mercado, principalmente, após a adesão ao PAA e ao PNAE, que teria que cumprir alguns requisitos competitivos, como a qualidade do produto e a variedade da produção.

Constatou-se que, o PAA e o PNAE têm contribuído para a diversificação da produção local e a melhoria da qualidade do produto, por sua vez, vai gerar impactos positivos na renda e irá tornar a região mais competitiva para no mercado de livre comércio.

O segundo objetivo procurou **caracterizar e analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos na perspectiva da geração de renda nos sistemas de produção antes e depois da participação do agricultor familiar no Programa**. Identificou-se que os

agricultores familiares participam de mais de uma política pública. O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, foco desse estudo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE e a Compra Institucional. Esses Programas criaram um canal de escoamento da produção da agricultura familiar da região. Vem fomentando a manutenção da atividade no campo, por meio da geração de renda e emprego, valorizando a cultura local e contribuindo para minimizar a insegurança alimentar e nutricional, no caso do PAA, e garante a alimentação saudável a alunos da rede pública, no caso do PNAE.

No que concerne ao financiamento da produção agrícola no campo, constatou-se que os agricultores buscam financiar a produção por meio do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, este programa é pioneiro dentre os programas que fomentam a agricultura familiar no Brasil.

Salienta-se que, o financiamento da produção vislumbra um certo grau de inovação dos agricultores familiares e uma percepção da garantia do retorno do investimento a curto prazo.

Constatou-se que a renda auferida no sistema atual de produção é, em média, 70% superior a renda auferida antes da adesão do agricultor familiar ao PAA e ao PNAE. No que concerne as características econômicas, ressalta-se que há garantias de preço do produto quando comercializado por meio dos Programas. Porém, salienta-se que, segundo dados da pesquisa, os preços praticados no mercado, é instável e impacta na tomada de decisão do produtor em permanecer produzindo. Verificou-se também que, após adesão aos Programas os agricultores aumentaram a área produzida, isso tem a ver com o aumento da demanda como também, relaciona-se com a diversificação da produção na região.

Em relação ao terceiro objetivo **identificar e caracterizar indicadores que denotem melhoria na qualidade de vida das famílias participantes do PAA por meio das variáveis sociais**. Constatou-se por meio dos aspectos sociais dos agricultores familiares, que o PAA tem contribuído para manter os filhos dos agricultores na escola, pois os pais desejam um futuro melhor para os filhos.

Em relação ao acesso à saúde, pode afirmar que a renda auferida tem possibilitado que os agricultores custeiem exames e consultas, bem como a compra de medicamentos. Contudo, parte dos agricultores não soube informar sobre a melhoria na qualidade de vida por meio do acesso à saúde. Esse dado pode ser

analisado do ponto de vista da falta de preocupação com a exames de rotina e prevenção de doenças.

Referente ao acesso a uma alimentação de qualidade, constatou-se que a maioria dos agricultores tem melhorado consideravelmente a qualidade dos alimentos consumidos pelas famílias.

No que concerne ao acesso a bens duráveis, mais da metade dos agricultores tem conseguido realizar sonhos e desejos. Ainda, os agricultores têm estreitado laços sociais dentro de suas comunidades, de forma ativa, por meio da organização social, representação e participação política, de forma democrática, em suas associações/cooperativas.

Constatou-se ainda que, a inclusão da mulher veio por meio de uma exigência legal do programa. Porém, muitas mulheres agricultoras já tinham uma participação socioeconômica antes de aderir ao PAA. O PAA dá legitimidade e empodera as mulheres agricultoras, pois, a mulher exerce um papel fundamental na sociedade e na família.

Em relação ao último objetivo específico **identificar e caracterizar práticas ambientais sustentáveis, no âmbito dos processos produtivos da agricultura familiar**. Pode-se afirmar que a maioria dos agricultores tem preocupação em preservar o meio ambiente. E com isso, foi verificado que existem nascentes preservadas na região e, que a maior parte dos agricultores buscam dar uma finalidade ao lixo produzido, praticando, em sua maioria, a queima dos recipientes.

No que concerne à sustentabilidade da agricultura familiar considerando o modelo analítico proposto, na Capacidade os agricultores buscam diversas alternativas para comercializar a produção, porém, por ainda persistir as limitações referentes a quantidade comercializada por cada agricultor por ano/civil nos Programas, o agricultor familiar, se depara com o velho sistema de comercialização: por meio dos atravessadores. Esta forma de comercializar a produção tem gerado, ao longo dos anos, impactos negativos na renda da família; pois, nesse sistema grande parte do lucro acaba ficando com o atravessador.

O agricultor tem se adaptado a dinâmica do mercado e dos Programas, e com isso, tem demandado maior infraestrutura, principalmente, no que se refere ao acesso aos locais da produção. Assim, a ausência desta, tem dificultado o escoamento da produção, que, por vezes, tem gerado prejuízo aos produtores. Contudo, mesmo diante das dificuldades, os agricultores da região têm prosperado.

O acesso aos serviços técnicos vem aumentando a capacidade produtiva dos agricultores familiares da região. A análise dos dados aponta que os agricultores têm diversificado a produção e substituído velhas tecnologias. Eles vêm lançado mão da irrigação, da substituição de agrotóxico, em menor escala, porém não menos importante. Vale salientar que, o conhecimento adquirido tem gerado impactos significativos na produtividade e na qualidade dos produtos.

Em relação a capacidade de inovação, o agricultor familiar tem buscado por meio do financiamento público ou privado aumentar a capacidade produtiva. Isso mostra que o agricultor familiar não é avesso ao risco ou tem a certeza do retorno do investimento do curto prazo.

Em relação a equidade, analisou-se a qualidade de vida dos agricultores e de seus familiares. De forma geral, os Programas têm proporcionado uma melhor qualidade de vida as famílias. A garantia e constância da renda tem possibilitado o acesso a saúde, à educação dos filhos e ao alimento de melhor qualidade.

A equidade concerne também a promoção de recursos, oportunidades e capacidades dos agricultores. Identificou-se que os agricultores familiares estão inseridos em diversos instrumentos de políticas públicas voltados para este segmento social. Por sua vez, essas políticas têm promovido o desenvolvimento das capacidades da agricultura familiar da região.

Ainda, no que se refere a equidade, concerne também ao espaço cedido ao protagonismo feminino. É salutar que a mulher tem um papel fundamental na sociedade, e não seria diferente no meio rural. O PAA tem possibilitado a inclusão da mulher, por meio da Resolução do GGPA. Verificou-se que as mulheres têm participação ativa. Vale salientar que algumas mulheres ainda não detém o conhecimento sobre negócio, isso pode estar relacionado ao fato de que a participação da mulher no Programa é recente ou ainda que a mulher ainda dedica grande parte do seu tempo as atividades do lar.

Em relação a sustentabilidade, no que se refere aos aspectos sociais os quais fazem referência com a equidade e capacidade, foi verificado que os participantes do PAA informaram ter qualidade de vida, pois o PAA tem possibilitado o acesso a bens duráveis, a saúde e alimentação para as famílias por meio da renda auferida.

Também, os agricultores têm participado, mas efetivamente das decisões políticas, tanto na cooperativa quanto em suas organizações sociais local.

Quanto aos aspectos econômicos, constatou-se que o PAA tem garantido a manutenção e constância da renda para os agricultores familiares. Os custos da produção são supridos e assim, tem possibilitado que o agricultor familiar invista em tecnologia e amplie a área de cultivo. Foi verificado que antes de aderir ao PAA os agricultores familiares trabalhavam em menores áreas de cultivo e que a produção também era menor. A garantia do escoamento de parte da produção e a certeza de um preço fixo praticado, dá aos agricultores mais confiança para tornar a agricultura a principal fonte de renda da família.

Ainda, buscou-se analisar a percepção do agricultor familiar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Constatou-se que o Programa é de fundamental importância para a maioria dos agricultores familiares. Por um lado, a garantia da renda e a fixação dos preços permitem que o agricultor tenha um parâmetro de segurança no que se refere à comercialização. Por outro lado, o PAA tem dado subsídios para desenvolvimento da agricultura da região, em conjunto com outros Programas que visam garantir a sustentabilidade da agricultura familiar como o financiamento por meio do PRONAF e; no aspecto local, por meio da assistência técnica para os agricultores familiares. Em relação a permanência do PAA, os agricultores percebem que a extinção do Programa geraria muitas perdas na renda, na oferta de produtos e na área de plantio dos agricultores, por sua vez, teria impactos significativos na qualidade de vidas das famílias produtoras e na vida dos beneficiários do Programa.

Diante do exposto, e considerando que este trabalho buscou responder à pergunta de pesquisa: **O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem contribuído para a sustentabilidade da agricultura familiar no estado de Pernambuco**, conclui-se que o Programa de Aquisição de Alimentos tem fortalecido a agricultura familiar da região por meio da geração de renda, garantia de preço e geração de emprego, mesmo que ainda não mensurados. Porém os agricultores familiares não têm o PAA como principal forma de comercialização da produção. O valor disponível para cada agricultor por ano/civil fica aquém das necessidades dos agricultores e por isso, buscam outras alternativas, como a

venda para atravessadores, a qual tem inviabilizado o aumento da produção e tem impactado na renda da terra.

Em relação a sustentabilidade da agricultura familiar, conclui-se que a atividade agrícola da região tem contribuído para uma melhor qualidade de vida dos agricultores, com acesso a bens, saúde e alimentação, participação política e atendendo a resolução do Grupo Gestor do PAA, a inclusão social da mulher. Nesse sentido, pode-se afirmar que o PAA tem influenciado a sustentabilidade da agricultura familiar nos municípios de Camocim de São Félix-PE, Bonito-PE e Sairé-PE.

Sendo assim, o Programa de Aquisição de Alimentos executado em Camocim de São Félix-PE, por meio CONAB em parceria com a COOPEAFA, vem contribuindo, enquanto política pública, para viabilizar a comercialização da produção familiar e garantir alimentação as instituições beneficentes, contribuindo assim, para o acesso à alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Como limitação deste estudo, pode-se citar a não comparação com agricultores não participantes do PAA ou do PNAE, a fim de encontrar um grupo confractual para analisar as mesmas variáveis. Porém, não era objetivo deste estudo fazer comparação entre grupos participantes e não participantes do PAA.

Sugere-se para futuros trabalhos, aplicar o modelo de análise com outros grupos de agricultores familiares para identificar a sustentabilidade da agricultura familiar. Ainda, sugere-se que, busque-se aprofundar a análise da inserção da mulher no Programa de Aquisição de Alimentos e quais impactos tem gerado na qualidade de vida de suas famílias e no protagonismo da mulher no contexto a ser analisado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. – vols. 28, nºs 1,2,3 e 29, n.1.1998 e 1999.

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5 Ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, Eliseu. **Crescimento da demanda e da oferta de produtos agrícolas nos próximos dez anos.** In: Análise & Conjuntura. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. v.1,- n.1,- 1986.

ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implantação pela CONAB no Rio Grande do Norte.** 2012. 331 p. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **Indicadores de Sustentabilidade Social.** Conferência Internacional de Agricultura Sustentável em Região montanhosas tropicais e subtropicais com especial referência para América Latina. Rio de Janeiro. p.9-13.1998.

BRASIL. Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, 4 de julho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

BRASIL. Lei 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 16 de junho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

BRASIL. Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 14 de outubro de 2011; 190o da Independência e 123o da República.

CABRAL, Jaime J.S.P. et al. **Recurso hídricos e os brejos de altitude**. Disponível em < www.mma.gov.br>. Acessado em 06.06.2018.

CARMO, Maristela Simões do. **A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável**. In: FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. (org.). Para pensar: outra agricultura. Curitiba. UFPR, 1998. P 215-238.

_____. Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos. Programa de aquisição de alimentos: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2018. Disponível em < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf>. Acessado em fevereiro de 2018.

CASTRO, César Nunes de. **Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural**. Boletim regional, urbano e ambiental. 2015. Disponível em < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf>. Acessado em: 06.08.2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de.; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. **Políticas públicas e desenvolvimento**. In: MADEIRA, Ligia Mori. Avaliação de Políticas Públicas. Porto Alegre. 2014.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. Institute of development studies: Discussion Paper nº 296.1991.

COMPASSO, Héber Rodrigues. **Cartografia dos brejos de altitude**. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em < www.mma.gov.br/estruturas/chm/arquivos/parte2_brejos.pdf>. Acessado em: 26.06.2018.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL). programa de aquisição de alimentos – PAA: resultados das ações da CONAB em 2017. - v. 13.2018. Disponível em < www.conab.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2018, 2018a.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento (BRASIL).2018. Disponível em < www.conab.gov.br>. Acessado em maio de 2017.

_____. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG. Disponível em < www.contag.org.br>. Acessado em junho de 2017.

_____. Cooperativa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco (BRASIL). Relatório interno. 2018.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **O que se entende por agricultura sustentável.** In: VEIGA, José E.(org). Ciência Ambiental: primeiros mestrados. – 3. ed. São Paulo: Annablume. FAPESP.1998.

FERREIRA, Maria Aparecida Fernandes. **Boletim do clima: síntese climática.** Vol.05.n.9, setembro de 2017. Disponível em www.apac.pe.gov.br . Acessado em 26.06.2018.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. – n. 21. 2000.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. – n. 21. 2000a.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática de análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas. – n. 21. 2000b.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2018. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acessado em fevereiro de 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.2009.** GOMES, Ivair. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. Revista de Biologia e Ciências da Terra. 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50050107>>. Acessado em 4 de julho de 2018.

GRISA, Cátia. et al. **Contribuições do programa de aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar.** Agriculturas, v8 – n.3. set/2011. pg 32 a 41.

GUANZIROLE, Carlos Henrique; CARDIM, Silvia Elisabeth de C.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Projeto de cooperação FAO/INCRA. 2000. Disponível em <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iT4E7R59.pdf>>. Acessado em julho de 2017.

GUANZIROLI, Carlos H. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Relatório técnico. Acordo FAO-INCRA. 2000.

GUANZIROLI, Carlos H.; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABATTO, Alberto. **Dez anos de evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996-2006).** 2012.

GUIDUCCI, Rosana do C.N.; LIMA FILHO, Joaquim Raimundo de.; MOTA, Mierson Martins. **Viabilidade econômica dos sistemas de produção agropecuários: metodologia e estudo de caso**. - Brasília, DF: Embrapa, 2012. 535 p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL). 2018. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acessado em 06.06.2018.

_____. Instituto de Agronomia de Pernambuco (BRASIL). Disponível em <www.ipa.br>. Acessado em junho de 2017.

_____. Manual de Operações CONAB (MOC-CONAB). Disponível em <www.moc.conab.gov.br>. Acessado em fevereiro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (BRASIL). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: renda para quem produz e comida para quem precisa. 2018. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50050107>>. Acessado em março de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (BRASIL). Programa de aquisição de alimentos. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acessado em fevereiro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Programa de aquisição de alimentos. Disponível em: www.mds.gov.br. Acessado em junho de 2017.

MOREIRA, José Roberto. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade, 1999. 204p.

_____. Movimento dos Pequenos Agricultores (BRASIL). 2018. Disponível em <<http://mpabrasil.org.br/>>. Acessado em julho de 2017.

_____. Organización de las naciones unidas para la alimentación y la agricultura. Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030. 2017. Disponível em <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/es/c/1043666/>>. Acessado em setembro de 2018.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1998. 277 p.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2010.

PORTAL BRASIL. 2011. Disponível em <www.brasil.gov.br>. Acessado em junho de 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Bonito. História da cidade. Disponível em <<http://www.bonitope.com/site/historia-da-cidade/>>. Acessado em março de 2018.

_____. Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix. Nossa história. Disponível em <<https://camocimdesaofelix.pe.gov.br/historia/>>. Acessado em março de 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Sairé. História do município de Sairé. Disponível em <<http://saire.pe.gov.br/historia>>. Acessado em março de 2018.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond.2009.

SALAS, Carolina Z.; GARZÓN; Maria O. D. **La noción de calidad de vida e su medición**. CES Salud Pública.2013; 4: 36-46.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos de um estudo de caso**. IN: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN DIESEL. (ORG.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Desenvolvimento rural. tendências e debates contemporâneos. A agricultura familiar e o desenvolvimento local**. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; FREITAS, Tenise Dias. **Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural**. V.2, N.1. 2013: 121-142.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. – 2. ed – São Paulo. Cengage Learning.2015.

_____. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Declaração de Aptidão ao Pronaf. 2018. Disponível em <<http://dap.mda.gov.br/>>. Acessado em março de 2018.

_____. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. 2018. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/entenda-principais-mudan%C3%A7as-do-programa-nacional-de-cr%C3%A9dito-fundi%C3%A1rio>>. Acessado em março de 2018.

_____. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2018. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-fom-ater/sobre-o-programa>>. Acessado em março de 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano da; GROSÍ, Mauro Eduardo Del; FRANÇA, Caio Galvão de. **Fome zero: a experiência brasileira**. 2010.

SOUZA FILHO, Hildo Meireles de; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão integrada da agricultura familiar**. – São Carlos: EduFSCar, 2009. 359 p.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24. 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária nos Brasil. programas de reforma agrária: 1946-2003**. – 2. ed.- São Paulo: Expressão Popular.2012.

WILKINSON, Jonh et al. **Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável. agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil, características, desafios e obstáculos**. 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA PARA OS AGRICULTORES

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA com agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Prezado agricultor, este questionário faz parte de um trabalho de pesquisa para o Mestrado da Aluna Maria Josiane de Lima Guedes, que procura analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no município de Camocim de São Félix. Sua participação é de grande relevância para a pesquisa. Todos os dados serão confidenciais. Desde já, agradecemos sua participação.

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO E DA ATIVIDADE DA PROPRIEDADE

NOME: _____

CONHECIDO COMO: _____

MUNICÍPIO: _____

A. Gênero: 1- () Masculino 2- () Feminino

B. Idade:

1- () Até 25 anos; 2 – () 26 a 35; 3- () 36 a 50; 4- () 51 a 65;

5- () mais de 65 anos

C. Escolaridade:

1. () Analfabeto 2. () Ensino Fundamental incompleto, 3. () Ensino Fundamental completo, 4. () Ensino Médio incompleto, 5. () Ensino Médio completo, 6. () Ensino Técnico, 7. () Nível Superior incompleto, 8. () Nível superior completo, 9. () Pós-graduação

D. Qual o número de pessoas da família que moram com você? _____

E. Número de filhos: _____

F. Qual a idade dos filhos? _____

F. Qual a escolaridade dos seus filhos?

F. Todos os filhos vivem e trabalham na propriedade? Existem outras oportunidades de trabalho para os filhos?

G. Contando com você e os membros da sua família, quantas pessoas trabalham na propriedade?

1. () Até 3 pessoas, 2. () de 3 a 5; 3. () de 6 a 8, 4. () de 9 a 12, 5. () de 13 a 5, 6. () mais de 15 pessoas

H. Qual a principal atividade (produção) realizada em sua propriedade?

1. () Produção de grãos (milho, feijão, fava, soja, outro)
2. () Produção de hortaliças
3. () Produção de frutas
4. () Pecuária Leiteira
5. () Pecuária de Corte
6. () Produção Agroecológica e Orgânica
7. () Produção de Leguminosas
8. () Outro. Qual? _____

I. Qual a principal forma de comercialização da sua produção?

1. () Comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
2. () Comercialização em feiras livres
3. () Comercialização com a Prefeitura local
4. () Comercialização em supermercados
5. () Comercialização com atravessadores
6. () Outros. _____

J. Se marcou a opção 1 da questão anterior, qual ou quais modalidade (s) do PAA você participa?

1. () Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea
2. () Compras Direta da Agricultura Familiar - CDAF
3. () PAA SEMENTES
4. () Formação de Estoque para a Agricultura Familiar – CPR ESTOQUE
5. () Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite
6. () Compra Institucional

K. É usuário do PRONAF? () SIM () NÃO

L. O PRONAF atende as necessidades de financiamento da produção?

- () SIM () NÃO. Se não, o que falta para atender melhor aos produtores?

M. Qual o percentual das necessidades de financiamento que são supridas pelo PRONAF?

BLOCO 2 – ASPECTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS
--

1. ASPECTOS ECONÔMICOS

1.1 Existem dificuldades na comercialização de todos os produtos atualmente?

1.2 A produção oferece renda suficiente para suprir as necessidades da sua família?

1.3 Quais os custos de sua produção?

1.4 Qual a renda líquida da sua produção?

1.5 Atualmente, quantos hectares tem sua propriedade?

1.6 Houve ampliação da área cultivada após a adesão ao PAA? Qual foi a área ampliada?

1.7 Qual o volume de sua produção (em kg) ou em toneladas?

1.8 Qual o preço dos produtos?

2. ASPECTOS SOCIAIS

2.1 Na sua percepção, o PAA possibilita que os seus filhos tenham um maior acesso à educação? Por quê?

2.2 Após a adesão ao PAA, houve melhoria na saúde da sua família?

2.3 Houve melhoria/aumento na qualidade dos alimentos consumidos por sua família?

2.4 Houve aumento na compra de bens duráveis?

3. ASPECTOS AMBIENTAIS

3.1 Faz uso de algum tipo de agrotóxico em sua produção?

() SIM.

Quais? _____

() NÃO.

3.2 Devolve ou recicla as embalagens de agrotóxico?

3.3 Faz uso de alguma técnica agroecológica como plantação de orgânicos ou recuperação da mata ciliar?

() SIM () NÃO

3.4 Há incentivos à produção de orgânicos?

3.5 Se para a 3.4 a resposta for (SIM). Houve aumento da área cultivada com produtos orgânicos?

3.6 Há preocupação com a preservação do meio ambiente (fauna, flora, rios, solo)?

3.7 O que você entende sobre preservação ambiental?

- 3.8 Faz uso de irrigação na produção? () SIM () NÃO
3.9 Busca-se reaproveitar os resíduos? () SIM () NÃO

<p style="text-align: center;">BLOCO 3 - AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR POR MEIO DO PAA</p>

A. Há quanto tempo participa do PAA?

B. Como era feita a comercialização da sua produção antes do PAA?

C. Qual era o volume de produção antes de aderir ao PAA?

D. Qual era sua renda anual antes de aderir ao PAA?

E. Qual é sua renda anual atualmente?

F. O PAA possibilita melhoria das condições de vida da sua família?

G. O PAA contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar local?

H. Existe regularidade de pagamento e dos repasses feitos pela CONAB aos produtores e suas associações?

I. Há irregularidades na entrega dos produtos?

J. Se o PAA deixasse de existir, quais seriam as perdas para sua produção?

K. Busca-se alguma alternativa de comercialização dos produtos no mercado?

L. Há regularidade das visitas técnicas aos produtores/Associações/Cooperativas? Quem faz as visitas técnicas?

M. Na sua opinião, o PAA por meio do incentivo a agricultura familiar tem possibilitado a permanência das pessoas no campo? Por quê?

N. Na sua opinião, houve maior participação política dos produtores?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA COM O PRESIDENTE DA COOPEAFA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA com o Gestor da COOPEAFA

Prezado Gestor, este questionário faz parte de um trabalho de pesquisa para o Mestrado da Aluna Maria Josiane de Lima Guedes, que procura analisar a sustentabilidade da agricultura familiar no município de Camocim de São Félix. Sua participação é de grande relevância para a pesquisa. Todos os dados serão confidenciais. Desde já, agradecemos sua participação.

ENTREVISTADO:

DATA:

Endereço do Local:

PERGUNTAS

1- Quando surgiu a Cooperativa?

2- Quantos cooperados há hoje? Existe projeto para aumentar a quantidade de cooperados?

3- Com quais instituições a COOPEAFA mantém parcerias?

4- Para qual/quais Programa(s) de Governança a COOPEAFA vende a produção dos agricultores familiares?

5- A COOPEAFA participa de quais Modalidades do PAA?

6- Qual o volume de Recursos que vem do PAA? E do PNAE?

7- A Prefeitura local dá subsídios para desenvolver a agricultura no Município?

8- Há incentivos e infraestrutura para os agricultores familiares desenvolverem produção orgânica?

9 – A COOPEAFA compra toda a produção dos agricultores familiares?
